Reagrupamento Revolucionário



Ano VII Primeiro semestre de 2017 Nº09



A crise política brasileira e a necessidade de um programa classista e revolucionário

Fevereiro de 2017

Está consolidado o golpe de Estado realizado pelo Congresso e Judiciário, com auxílio chave da Polícia Federal. O golpe claramente veio para, dentre outras coisas, aprofundar em ritmo e intensidade os ataques à classe trabalhadora, os quais já haviam se iniciado sob a gestão de Dilma e do PT. A conclusão prática é que, pelo menos pelo próximo período político, a luta central deverá ter caráter defensivo, com o objetivo de resistir a tais ataques. Qualquer ilusão na possibilidade de anulação do impeachment de Dilma, ou ainda uma tentativa de emplacar um "volta Dilma" (como o que deseja o **Partido da Causa Operária, PCO [1]**) não só será infrutífera, como desviará criminosamente o foco da luta contra tais ataques.

As estimativas de que o governo golpista seria "fraco" entre aqueles que defendiam o "Fora Dilma" (caso do **Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PSTU [2]**) não bateram com a realidade. O governo Temer é governo altamente impopular, segundo recentes pesquisas de opinião, e vem sofrendo sistematicamente com envolvimentos de seu alto escalão em diversos escândalos de corrupção. Além disso, há vários indícios de que o PSDB, que tem conquistado cada vez mais espaço nesse alto escalão, tem travado uma luta contra o PMDB por detrás das cortinas, com o apoio do judiciário, que o tem blindado ao mesmo tempo em que tem caçado diversos "caciques" peemedebistas país afora. Todavia, isso tudo não significa necessariamente "fraqueza" do governo quando ele é apoiado pelo grosso do grande capital nacional e imperialista e por praticamente todos os partidos burgueses, além de seguir sendo blindado pelo cada vez mais autônomo e superpoderoso STF. Dessa forma, tem conseguido aprovar sua agenda de ataques sem grandes dificuldades (no que a atual incapacidade da esquerda de erguer uma poderosa resistência classista também tem que ser levada em conta).

Essa força do governo golpista se justifica pelo fato de Temer, seus ministros, sua base parlamentar e seus "padrinhos" do STF estarem se colocando claramente como porta-vozes das necessidades de setores-chave da grande burguesia nativa e imperialista. Trata-se de uma verdadeira "frente única" da burguesia – o que não significa que não há divisões e disputas internas, mas que elas se colocam dentro dos limites de um plano conjunto de ação. Até o momento,

essas disputas têm se dado de forma mais clara (ainda que muito por detrás das cortinas) entre o PSDB – que tem um bem definido projeto de longo prazo, de privatização e entreguismo ao imperialismo, e que vem galgando cada vez mais espaço no governo golpista – e setores do PMDB e dos partidos de aluguel do chamado "centrão", cujos "caciques" vem sendo alvo de investigações e até de prisão, parte certamente dessa disputa interna e também de uma forma de "mostrar serviço" contra a corrupção.

Para traçarmos um plano bem sucedido de resistência e virarmos a correlação de forças é necessário não só uma análise acertada, como também um programa adequado. Certamente muitos militantes de outras organizações que se reivindicam socialistas revolucionárias terão acordo com as análises aqui desenvolvidas e o programa apresentado ao final, mas é necessário que se perguntem se suas respectivas organizações realmente fazem desse programa a sua política cotidiana. Nós dedicaremos outro artigo a esse debate com as demais organizações da esquerda socialista brasileira e a questão de se sua prática realmente reflete o programa e a estratégia que dizem reivindicar **[3]**.

Continuidades e rupturas entre a era petista e o governo golpista

Um dos principais aspectos do novo governo tem sido o de extinguir os programas sociais da era petista, que disponibilizavam parte do fundo público para uma tímida (mas não desprezível) redistribuição de renda, para planos de obras de moradia popular e para investimentos em saúde e educação – o que era feito, cabe ressaltar, de forma a se reverter em consumo e parcerias com o capital privado, tendo gerado suntuosos lucros para os setores da burguesia então aliados do PT. Esse aumento no consumo também se beneficiou de políticas de crédito fácil, que endividaram milhares de brasileiros e fizeram a alegria dos bancos – os quais ainda ganharam enormemente com os juros da fraudulenta dívida pública, que o PT pagava religiosamente. Há uma clara ruptura do governo golpista quanto ao primeiro aspecto, mas quanto a esse segundo vemos continuidade: o único gasto público não afetado pela PEC 241/55 foi justamente o pagamento da dívida pública.

Outra ruptura importante se deu em relação aos programas de financiamento direto das operações de um limitado leque de megaempresas altamente monopolizadas e internacionalizadas, tidas como "campeãs nacionais" (Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Correia, JBS-Friboi, Grupo Eike Batista etc.). Enquanto o PT usou o fundo público (via BNDES e fundos de pensão) para financiar parte das operações altamente lucrativas dessas empresas, a Operação Lava-Jato desferiu um pesado golpe em parte delas, cujas operações (especialmente no altamente lucrativo plano da construção de navios-sonda) está sendo absorvida por oligopólios imperialistas.

Há, portanto, continuidades e rupturas quanto aos interesses de classe em jogo – um rearranjo entre as frações das burguesias nativas e imperialistas. Esse rearranjo tem se expressado muito claramente no outro aspecto principal das medidas do governo golpista: a rapinagem sobre a saúde, educação e previdência, na forma de profundos cortes de direitos e de verbas, que tem a clara intenção de diminuir a presença estatal nessas áreas e beneficiar o setor privado de forma muito mais direta do que vinha acontecendo sob as gestões do PT. A justificativa dos golpistas, encampada e reproduzida à exaustão pelos grandes oligopólios midiáticos, é de que a gestão anterior "bagunçou as contas" do país e que agora é necessário "apertar os cintos" para "por a casa em ordem" – a velha ladainha sobre "austeridade", que tem o claro objetivo de jogar a conta da recessão econômica nas costas dos trabalhadores.

Por um lado, há de fato um "rombo" das contas públicas, gerado pelas medidas adotadas pelo PT para sustentar os grandes banqueiros e o grande capital em crise após 2008, com enormes isenções fiscais, favorecimentos lícitos e ilícitos e "megaeventos". Por outro, há muita mentira, como no caso do suposto "rombo da previdência", setor que nos últimos anos gerou superávit bilionário. Assim, ao contrário do que dizem os porta-vozes da burguesia e a direita raivosa, os gastos não foram apenas "culpa do PT", mas planos encampados por praticamente todos os que permanecem agora no poder. Enquanto a ultra-direita preocupa-se com as melhorias dadas para os mais pobres, como o Bolsa Família, o Mais Médicos e outros programas sociais, os reais gastos foram para manter todas as medidas de apoio ao grande capital.

Passada a farra dos gastos com o empresariado, o país se encontra em recessão e crescem as demandas da burguesia por mais acesso ao fundo público, redução dos custos com a mão de obra, juros ainda mais favoráveis etc. Daí a "reforma" de Ensino Médio, passada a toque de caixa por Temer (e que já havia sido gestada sob Dilma), a qual "desobriga" as escolas de ensinar várias matérias (o que será entendido por várias secretarias estaduais e municipais como regra para não contratar mais professores e cortar direitos); precarizará o ensino com a desobrigação de parte dos professores serem especializados; e impelirá milhões de jovens a "escolherem" entre manterem seus trabalhos ou abandonarem os estudos, graças ao estabelecimento do turno integral. Mas a "reforma" também abre brecha para

Índice

Reagrupamento Revolucionário

Site: rr4i.org
Email: rr-4i@krutt.org
Facebook: facebook.com/reagrupamento

força-los a sair do mercado informal e adentrar estágios em grandes e médias empresas, o que será muito bom para parte da burguesia. É essa também a razão para o corte de vários programas da saúde (comemorada inclusive pelo próprio ministro golpista Ricardo Barros!) e os projetos de privatização do SUS; da já aprovada "PEC do fim do mundo", que vai limitar o gasto público à inflação anual por 20 anos – o que provocará desinvestimento maciço em todas as áreas sociais, atingindo os que mais precisam; e ainda da "reforma" da previdência, que tornará quase impossível ao trabalhador ter acesso à aposentadoria integral, o que disponibilizará mais recursos para o grande capital e ainda empurrará muitos a aderirem à previdência privada.

É preciso combater a narrativa de "economia consciente" dos golpistas e seus apoiadores. Pois enquanto realizam tais cortes, foram aprovados aumentos salariais do Judiciário (41%), que já recebe somas exorbitantes; aumento do repasse às grandes empresas de propaganda (que não à toa em muito ajudaram a consolidação do golpe); compra pelo governo de direitos de uso de softwares pagos a preços milionários onde antes eram utilizadas versões gratuitas; banquetes exorbitantes para senadores e deputados nas articulações dos cortes; aumentos de inumeráveis "auxílios" para parlamentares e juízes que já recebem dezenas de milhares de reais mensalmente; além da continuidade de uma verdadeira bagatela de cerca de 220 bilhões anuais em isenções de impostos ao grande capital e da proposta de entrega de 100 bilhões de dinheiro público para as companhias telefônicas (via PLC 79/2016, atualmente tramitando na Câmara). Onde está a "economia"? Pelo visto "economia" significa punir os trabalhadores que sustentam este país, que tudo produzem e quase nada usufruem. Enquanto isso, quase metade dos recursos captados pelo governo pagam empréstimos e amortizações e juros a banqueiros.

Outras batalhas virão na tentativa de reforma trabalhista que está sendo preparada por Temer, com possibilidade de cortes de direitos históricos, tais quais 13º salário, licença-maternidade, férias remuneradas e mesmo redução do tempo de almoço dos trabalhadores e aumento da jornada máxima permitida, além da generalização da terceirização (o que significará precarização). Mais uma vez, tudo que é exigido pelo grande capital para tentar se manter diante da crise do seu sistema, jogando a conta nas costas dos trabalhadores.

Estamos diante de uma dificílima conjuntura contra os trabalhadores. Trata-se de uma guerra implacável que vai se prolongar por, pelo menos, alguns anos. Em uma guerra, quem não se prepara e se organiza, invariavelmente sai derrotado. Porém, como temos apontado desde o começo dessa crise política, nessa luta não devemos ter nenhuma confiança no PT, que vai querer se fingir de aliado dos trabalhadores nos movimentos sindicais e populares, mirando nas eleições de 2018. Durante seus 13 anos no Executivo, foi conivente com muitos ataques semelhantes contra nós e se aliou a muitos destes que sempre foram nossos inimigos declarados. Por isso, é essencial denunciarmos esses ataques e nos mobilizarmos para detê-los, mas também é muito importante não permitirmos que se esqueça que cada um deles já vinha sendo pensado (ou mesmo parcialmente executado) pelo governo do PT. Dilma congelou milhões em recursos das universidades públicas em 2015, provocando uma onda de greves que se alastrou pelo país; também foi seu governo que introduziu as propostas de "reformas" da Previdência e do Ensino Médio, hoje defendidas pelos golpistas, envolvendo cortes de direitos de pensão e do seguro-desemprego; é importante lembrarmos das tentativas de repressão aos movimentos sociais, como a sua "Lei Antiterrorismo" (que o próprio Lula contraditoriamente denunciou na época em que surgiu, mas depois convenientemente se calou) e a participação direta na repressão às manifestações ocorridas durante "megaeventos" como a Copa do Mundo, em 2014. **[4]**

O giro dos golpistas na política internacional

O governo golpista representa uma ruptura com a era petista também sob o ponto de vista da política internacional. Mais especificamente em relação ao alinhamento do Brasil nesse período de conturbadas relações internacionais que envolvem a gradual decadência do domínio exclusivo americano do planeta e o crescimento dos apetites russos na Ásia e na Europa, além do peso comercial e produtivo da China. A escolha de José Serra (PSDB) para a chefia do Ministério das Relações Exteriores indicou claramente uma disposição de colaborar mais proximamente com o colosso imperialista do hemisfério norte. O esfriamento das relações de Temer com a Rússia e a China mostra que esses países que, por diferentes razões, escapam parcialmente aos interesses ditados pelos grandes imperialistas no mundo, não tem expectativa qualquer de que o governo Temer reflita sua agenda.

O governo de Dilma de forma alguma representou um freio ou oposição aos interesses imperialistas norte-americanos. Porém, sua diplomacia prezava a construção de uma multilateralidade para fortalecer interesses comerciais com os BRICS, especialmente com a China, que nos anos do PT tornou-se o principal parceiro comercial do país, e com o Mercosul. Para este bloco, a agenda dos golpistas também não é promissora. Serra se esforçou para articular a exclusão da Venezuela do Mercosul, não só como forma de fortalecer a oposição de direita que busca apear Nicolás Maduro do poder, mas para secundarizar essa forma particular de configuração capitalista "regionalista" e voltar à órbita direta dos Estados Unidos.

Aqui, mais uma vez, submissão aos interesses imperialistas não é exclusividade dos golpistas. Foi um acordo do então governo Dilma com a oposição liderada por Serra no Senado que aprovou a lei que permite a exploração do Pré-Sal por empresas estrangeiras. Em outubro, os golpistas na Câmara confirmaram tal lei, o que deve abrir novos lucros para as empresas americanas, canadenses e europeias à custa dos recursos naturais brasileiros e da exploração de nossos trabalhadores. Apesar de sua localização diferente na

balança de forças internacional, nem os golpistas e nem o PT representam o que os trabalhadores realmente precisam e o que o povo brasileiro necessita, que é o controle democrático sobre a riqueza que nós produzimos.

O autoritarismo do Judiciário, continuação da Lava Jato e fortalecimento da extrema direita

Os três poderes têm se coordenado na realização dos ataques contra a classe trabalhadora, a juventude e o povo pobre. As heroicas ocupações estudantis contra a reforma do ensino e a PEC 55 e as diversas manifestações de ruas foram e continuam sendo atacadas por juízes e pelas polícias em todos os cantos do país e por todas as esferas de poder. Depois de dar cobertura "legal" ao golpe, o STF e outros tribunais não param de proteger também cada medida importante do governo Temer contra os trabalhadores, deixando de lado a máscara de "órgãos que interpretam as leis" e assumindo o papel de defensores de toda e qualquer arbitrariedade que permita aos golpistas seguirem em frente com seus ataques. O STF, em particular, vem atuando de forma cada vez mais super-poderosa, se colocando acima das outras esferas e tendo se transformado em um verdadeiro partido político pró "austeridade", que chega a interferir em decisões do legislativo para acelerar os ataques e se blindar contra qualquer controle externo sobre si – o embrião de uma verdadeira "ditadura da toga".

Ao mesmo tempo, a Polícia Federal segue seu trabalho de "limpeza", prendendo figurões de vários partidos com a "Operação Lava Jato" de Sérgio Moro, que segue sendo aclamada pela grande imprensa como uma fonte maravilhosa de manchetes. Moro vem se tornando um "pequeno Bonaparte" ou "herói" que supostamente está acima da corrupção reinante dos meios partidários e institucionais. Nada se fala na grande imprensa das relações históricas de sua família com o PSDB ou do fato de que repetidamente abandonou investigações envolvendo esse partido e seus aliados, menos ainda do treinamento que recebeu de órgãos norte-americanos (Projeto Pontes), com os quais a Lava Jato tem cooperado de forma ilegal, entregando materiais colhidos nas investigações de forma comprometedora para a soberania nacional. Conforme Moro e seus aliados atacam cada vez mais quadros do PMDB e seguem blindando os tucanos – com a ajuda inestimável do novo "Arquivador Geral da República", Rodrigo Janot – o PSDB só faz crescer seu poder no governo. Com a indicação por Temer de Alexandre Moraes (PSDB), atual Ministro da Justiça e braço direito de Geraldo Alckmin, à vaga no STF aberta com a morte de Teori Zavaski, os tucanos alçam voo ainda mais alto e se colocam em posição cada vez mais favorável para blindar seus quadros e aliados.

A cassação e prisão de Cunha, as tentativas de derrubar Renan, e a prisão de caciques como Sérgio Cabral, mostraram que, depois do golpe, a PF e os golpistas no Congresso precisam manter certa aparência de "imparcialidade". Mas Lula continua sendo o principal alvo da Lava Jato, com a tentativa de impugnar sua



Folha

MBL, PSDB e Bolsonaros em maio de 2015, juntos ao hoje cassado e preso Eduardo Cunha: diferentes faces da direita.

possível candidatura em 2018, a mais forte entre as atuais pesquisas de opinião. Mais seriamente, a polícia e o judiciário realizaram recentemente prisões de lideranças do MST em três estados do país, sob acusações completamente fajutas, e já colocaram Guilherme Boulos, liderança nacional do MTST, na mira da repressão legal e policial – um conjunto de ataques que vai direto contra os movimentos sociais, ameaçando os mais caros direitos democráticos dos trabalhadores e dos oprimidos.

Enquanto isso, o grupo conservador travestido com máscara liberal MBL (Movimento Brasil Livre) e financiado por órgãos empresariais imperialistas (Students for Liberty / Atlas Foundation) atacava adolescentes nas escolas e universidade ocupadas, assumindo ares fascistas. E logo depois foi agraciado pela presença do juiz do STF, Gilmar Mendes, e outras figuras institucionais de peso em seu Congresso Nacional, de forma que ganharam um estímulo de legitimidade para continuarem atuando como tropa de choque do governo Temer contra setores dos movimentos sociais, no que tem sido acompanhados por grupos menores da extrema direita, abertamente fascistas e neonazistas. A isso ainda se soma o crescimento de figuras arqui-reacionárias no cenário nacional, como Jair Bolsonaro e sua família de parasitas. Bolsonaro foi o Deputado Federal mais votado no estado Rio de Janeiro nas últimas eleições nacionais e seu filho Carlos, que foi candidato a prefeito na cidade do Rio de Janeiro nas últimas eleições municipais angariou um número não desprezível de votos.

Enquanto há praticamente um consenso entre os três poderes e toda a grande burguesia sobre as medidas econômicas a serem tomadas, o mesmo não pode se dizer dos caminhos institucionais e do destino do país. A clara disputa ocorrida entre o STF e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), e a caça aos caciques peemedebistas mostra que nem tudo está em paz sob o teto dos golpistas. Há uma crescente disputa por influência e responsabilidades entre os partidos e os poderes. Temer está "em cima do muro" diante dos imbróglios envolvendo o Judiciário/Polícia Federal e os caciques de seu partido (Cunha, Calheiros, Cabral e outros). Cala-se e não toma nenhum lado, com medo de pôr em risco o próprio pescoço.

Está claro que se dá um crescimento do autoritarismo

contra os trabalhadores e o povo, tanto da parte de órgãos institucionais, quanto de velhos partidos da direita e de uma "nova direita" organizada nas ruas. O Estado brasileiro dá passos largos rumo a uma forma mais rígida, ocorra ou não uma mudança brusca de regime no futuro próximo. É preciso denunciar cada passo do Estado burguês na direção (ainda mais) autoritária, lutando contra superpoderes e autonomização de órgãos como o STF e disseminando entre os trabalhadores a mais profunda desconfiança na institucionalidade burguesa e seus diversos braços (PF, Judiciário, Congresso, Presidência etc.).

A exaltação da Lava Jato feita repetidamente por Luciana Genro e sua corrente, o **Movimento Esquerda Socialista** (tendência do PSOL) **[5]**, mostra uma adaptação absurda à crença nas possibilidades da "Justiça" dos poderosos e deve ser repudiada como um perigo mortal. Enquanto isso, grupos como o **PSTU** – e lunáticos que não merecem sequer a caracterização de socialistas (como o **Movimento Negação da Negação/ Território Livre**) – comemoraram a produção de supostas provas contra Lula pela Lava Jato **[6]**. Não é preciso ser um papagaio do petismo (papel assumido pelo **PCO [7]**) para perceber que essas movimentações contra Lula e também outros políticos reforçam os inimigos dos trabalhadores e devem ser vistas criticamente e com preocupação. É preciso denunciar os políticos corruptos da burguesia e suas maracutaias, mas também é preciso expor os falsos "heróis" supostamente imparciais como Moro, que nada tem a ver com os interesses do povo e só fortalecem suas próprias posições nos aparelhos policiais e jurídicos da classe dominante. Não se trata de tornar o capitalismo "ético", o que é impossível, mas de expor que a corrupção é um de seus meios de funcionamento.

Em suma, a burguesia ainda não parece ter um plano claro e unificado de como prosseguir para além de Temer e da implementação imediata dos ataques aos trabalhadores, seus direitos e condições de vida. Há diversas possibilidades na mesa, como a remoção do presidente e a ascensão dos tucanos ao executivo, através das frentes legais que já vem eliminando diversas figuras da política institucional nacional; aguardar até 2018 para realizar essa transição por via eleitoral; apostar no caminho do populismo de direita dos Bolsonaros; ou ainda apostar em vias mais "amenas", mas igualmente comprometidas com o projeto de austeridade, como a representada por figuras ao estilo Marina Silva. Isso caminha em paralelo a possibilidades de maior fechamento do regime, com a consumação do STF como poder principal e o uso sistemático da direita mobilizada ao estilo MBL para destruir nas ruas a possível resistência proletária e popular.

Eleições municipais: hegemonia golpista

As eleições municipais de 2016 mostraram uma falência generalizada do PT e uma hegemonia dos partidos golpistas. Verificando os resultados, podemos perceber que os partidos golpistas PSDB, PSD e PDT foram os grandes vencedores, pois aumentaram o seu número de prefeituras, além de conquistarem (junto com o PMDB) a maioria das capitais e grandes cidades. O PMDB praticamente manteve seu número de prefeituras, com um pequeno aumento. O PT foi reduzido a cerca de um terço do número de prefeituras que tinha anteriormente, além de perder São Paulo no primeiro turno.

Foram quase inexistentes candidaturas que expressassem uma linha de independência de classe e de propaganda pelo socialismo. As exceções foram, ainda que de forma deformada, alguns candidatos do **PSTU** em algumas poucas cidades (mas que sequer reconheciam a ocorrência do golpe e que não achavam que a conjuntura era reacionária), e outros ainda menos importantes do **PCO** (que não colocou nenhuma crítica séria ao projeto petista). Ambos tiveram resultados insignificantes. Outras correntes, como **MAIS** e **NOS**, concorreram pelo **PSOL** com um programa classista, com candidatos a vereador. Mas em geral, se colocaram a reboque dos grandes nomes desse partido, que meramente defendem "melhorar" o capitalismo (liberais reformistas), e não questionaram em nenhum momento o programa desses candidatos e a sua adaptação aos limites impostos pela classe dominante. Tais grandes nomes do PSOL foram uma decepção sob qualquer ângulo para socialistas revolucionários. Luciana Genro disse que defenderia parcerias do público com o grande capital e modalidades de terceirização em Porto Alegre; Marcelo Freixo buscou "diálogo" com o grande empresariado do Rio de Janeiro e disse que defenderia a Lei de Responsabilidade Fiscal; Edmilson Rodrigues se coligou com vários partidos burgueses (PV, PDT, PPL) em Belém, só para enumerar alguns exemplos. Por sua vez, os candidatos do **MRT/Esquerda Diário** (também concorrendo a vereador pelo PSOL) defenderam uma campanha anticapitalista e tiveram resultados interessantes com alguns milhares de votos, mas na última hora também decidiram apoiar Freixo no Rio de Janeiro. **[8]**

Continuamos acreditando que é possível usar taticamente as eleições burguesas (por serem um espaço no qual há maior atenção da população em geral para a política) para divulgar um programa revolucionário contra o capitalismo. Mas os altos números de abstenções e votos nulos mostram um "desencantamento" da população com a política burguesa. Isso não necessariamente é algo positivo, visto que não indica maior mobilização ou consciência política progressista, como reivindicam erradamente alguns grupos anarquistas ou que são permanentemente pelo "boicote eleitoral" ou pelo voto nulo. Mas este é um fator que não pode ser ignorado.

O que esse resultado confirma, acima de tudo, é o caráter das eleições como um jogo largamente manipulado pela grande mídia e pelos partidos da burguesia, com grandes financiamentos empresariais (sejam legais ou ilegais); restrição à participação da esquerda nos debates e no tempo de televisão e rádio; e uso para legitimação da ordem ("escolha democrática dos governantes") enquanto ninguém pergunta ao povo sobre as decisões políticas que realmente interessam.

A hegemonia golpista saiu fortalecida. O PT nada fez para impedir isso, já que continuou a sua prática de coligação com todo o espectro político corrupto da burguesia, inclusive os partidos que o removeram do poder (prática essa imitada em menor escala pelo PSOL). Esperamos que isso faça refletir àqueles grupos que apontam entre suas demandas principais a realização de novas "Eleições Gerais / Diretas Já". Essa é uma demanda progressiva quando não existe direito de eleição com sufrágio universal. O crescente autoritarismo no Brasil pode, em breve, torná-la uma demanda democrática da ordem do dia. Mas não é possível em momento algum defender essa demanda como algum tipo de "solução" ou caminho para resolver os problemas e as necessidades do povo trabalhador, que é como grande parte da esquerda a defende. Ela é uma demanda mínima, e portanto deve ser secundária no programa revolucionário mesmo nesses contextos em que é efetivamente significativa para permitir uma maior participação política, ainda que pequena.

Reforçamos: o momento é de disseminar entre a classe trabalhadora a mais ampla desconfiança na institucionalidade burguesa, não apresentar (falsas) saídas por dentro da ordem capitalista! A Lava Jato, ainda que não intencionalmente, colocou a nu o Estado burguês: ele é fundamentalmente, conforme Marx e Engels já haviam caracterizado no *Manifesto*, "o balcão de negócios da burguesia". Acreditar que é possível ocupar postos chave nesse Estado, seja no executivo, legislativo ou judiciário, com fins de "humanizar" e "tornar ético" o capitalismo – ou ainda para alavancar uma transição gradual ao socialismo – é uma perigosa ilusão. E aqueles que o sabem, mas se colocam a reboque dos que espalham tal ilusão, como fizeram os candidatos liberal-reformistas do PSOL nesses eleições, não podem ser seriamente considerados socialistas revolucionários.

Elementos de um programa classista e revolucionário para a nova conjuntura

Na guerra de classes constante que estamos travando, um elemento importantíssimo será o programa – ou seja, a consciência do que queremos, como queremos, por quem e contra quem queremos. Nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos defendido sistematicamente a necessidade de construção imediata de uma **frente única**, ou **frente de lutas** dos trabalhadores, da juventude e dos setores oprimidos, organizada democraticamente desde as bases que já se encontram mobilizadas e com espaço para que cada organização expresse seu próprio programa político. Não são poucos os setores atualmente em luta. O MTST tem protagonizado massivas manifestações de rua em prol de moradia; os servidores públicos do estado do Rio de Janeiro tem travado uma intensa luta em defesa do pagamento em dia de seus salários e contra o pacote de austeridade que o governo Pezão (PMDB), em sintonia com o Planalto, tem tentado passar no legislativo local; várias categorias em outras cidades e estados tem entrado em luta e/ou greve contra pacotes similares e atrasos nos seus salários; há poucos meses atrás os estudantes realizaram uma impressionante onda de ocupações de escolas e campi universitários por todo o país; operários tem resistido aqui e ali contra demissões; e por aí vai. Isso mostra que há disposição para a luta. O que falta é um instrumento capaz de unifica-las e coordena-las rumo à expansão e à vitória. E uma frente nacional de luta é precisamente esse instrumento.

Mas cabe ressaltar que essa frente que nós temos defendido é qualitativamente diferente do tipo de **"Frente de Esquerda Socialista"** que vem sendo defendida por organizações como o **Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS) / Esquerda Online** e a **Nova Organização Socialista (NOS)**. Diferente da frente única proletária que nós temos proposto, o que o MAIS e a NOS tem defendido e implementado é na realidade um bloco programático entre grupos distintos, muito mais focado em ser uma forma desses grupos compensarem seu pequeno tamanho ao adotarem um programa em comum, do que em ser um instrumento de unificação, difusão e organização das lutas em curso. **[10]** E igualmente diferente são as **Frentes Brasil Popular** (dirigida pela CUT, CTB e MST) e **Povo Sem Medo** (dirigida pelo MTST, com participação do PSOL), as quais são organizadas burocraticamente deste o topo (sem instâncias decisórias de base) e que tem sido incapazes de apresentar uma linha de independência classista em relação ao projeto petista de colaboração de classes, ou mesmo de ter uma agenda ativa de lutas, tendo se limitado a atos de rua ocasionais (bastante "carnavalescos", no caso da primeira).

O ponto de unidade da frente que defendemos não deve ser uma estratégia que seja a amálgama do programa de seus grupos participantes, mas sim uma unidade de ação contra os ataques de Temer e do Judiciário, e de mobilização ativa para derrota-los: a PEC 55, a restrição ao direito de greves, os cortes de direitos trabalhistas e previdenciários, a reforma do ensino, os cortes de verbas de áreas e programas sociais, as tentativas de prisão e repressão aos movimentos sociais etc. A necessidade de barrar tudo isso é sentida pela população e a agitação em prol de uma frente de lutas pode estabelecer as bases para uma unidade e solidariedade de luta nesse momento em que o programa revolucionário ainda é desconhecido das massas e as organizações dos trabalhadores divergem consideravelmente em várias questões táticas ou estratégicas. Assim, além de ser um espaço de mobilização, essa frente também pode e deve ser um espaço para se confrontarem as diferentes saídas de fundo defendidas pelas diversas organizações da esquerda – para o que é fundamental que seja um espaço democrático.

Como indicamos ao longo do texto (e já adiantamos alguns elementos), ao mesmo tempo em que devemos organizar a luta imediata contra o governo golpista e suas medidas nefastas, é preciso debater e construir um programa que confronte abertamente o sistema capitalista e seu Estado. Medidas sentidas e necessárias para resolver problemas graves dos trabalhadores, apesar de absolutamente lógicas e realizáveis (e, portanto, nem

um pouco “utópicas”), esbarram no poder que é mantido pelo grande capital e nas exigências da exploração. Defender um programa que dialogue com a realidade dos trabalhadores enquanto aponta a saída anticapitalista de sua resolução, falando claramente que é um programa contra o capitalismo, é um elemento imprescindível. Esse é o programa que nós do **Reagrupamento Revolucionário** defenderemos centralmente aqui. Também levamos em consideração as restrições crescentes às liberdades democráticas dos trabalhadores neste regime carcomido e a necessidade de defender e expandir tais direitos como forma de facilitar a luta contra o capitalismo.

***

(1) Em primeiro lugar, é preciso deter as arbitrariedades do Judiciário e do aparelho policial contra o povo e a juventude, como ficou patente com a operação policial contra o MST, os recentes ataques ao MTST e à sua liderança, bem como as várias decisões de reintegração de posse contra as ocupações estudantis e uso de violência policial contra grevistas e manifestantes. Os juízes, “representantes da Lei”, não foram escolhidos pelo povo e agem como verdadeiros “deuses”, recebendo salários altíssimos e mandando e demandando como bem entendem. Casos de seus “mandos” abusivos e autoritários não faltam em nossa história recente. A razão disso é que os juízes não representam a população trabalhadora, mas uma elite econômica e política. Eles próprios configuram um estrato burocrático e autoritário que, tal como é hoje, deve acabar.

Por isso, defendemos que os juízes devam ser escolhidos pelo povo e que possam ser retirados dos cargos a qualquer momento por mecanismos de controle popular, caso cometam arbitrariedades. Eles (assim como deputados e outros cargos de responsabilidade) também não devem receber nenhum salário ou “benefício” além daquele de um trabalhador comum. Os juízes e policiais que cometerem crimes contra o povo trabalhador, pobres, negros, a juventude etc. devem perder seus cargos imediatamente. Não é admissível que criminosos de farda ou de toga sigam atuando. Devem, inclusive, ser julgados por tribunais populares. Também é necessário demandar e lutar pela queda de todos os processos fajutos de perseguição política contra os lutadores das causas populares desde 2013 e a libertação imediata para Rafael Braga, vítima inocente da sede de sangue da repressão.

As polícias no Brasil funcionam como um verdadeiro exército contra a população, e matam em números chocantes, cometendo também inúmeros abusos e desrespeitos contra o povo (principalmente os negros e negras). Por isso, devemos defender o fim imediato de todas as tropas especializadas em repressão/guerra, como as Polícias Militares, a Força Nacional, os Batalhões de Operações Especiais e outros órgãos semelhantes, como um primeiro passo rumo ao fim de todas as polícias da classe dominante. Defendemos o direito dos movimentos sociais organizarem suas autodefesas para se protegerem de ataques policiais e bandos fascistoides (que sempre são protegidos pela polícia). Defendemos que a segurança do povo contra o crime, um problema candente na sociedade brasileira, fruto de um sistema social doente e com poucas perspectivas, deve ser assumido pelo povo, com guardas populares organizadas nas associações de classe dos trabalhadores e setores oprimidos para nos defendermos dos crimes (já que cada vez mais a polícia mostra que só protege os ricos e poderosos e parte das classes médias).

(2) Desemprego e inflação são dois medos da classe trabalhadora hoje. A insegurança de ficar sem trabalho (ou mesmo trabalhar e ficar sem pagamento, como tem sido comum entre os servidores públicos de diversas cidades e estados) é enorme. Também cresce a sensação de que os salários nada mais podem comprar e os trabalhadores se endividam cada vez mais com bancos. Ambos são elementos característicos do capitalismo e de suas crises cíclicas (como de 2008), que costumam ter repercussões globais e de longo prazo (como a atual recessão no Brasil). Porém, as coisas não precisam ser assim “por natureza”. Devemos lutar por um planejamento econômico nacional que garanta emprego (com plenos direitos trabalhistas) para todos.

As grandes empresas que cortarem custos e demitirem, sobrecarregando os funcionários, devem ser postas sob controle direto e sob propriedade coletiva dos trabalhadores (expropriadas), readmitindo os trabalhadores demitidos. Isso permitiria distribuir racionalmente o trabalho entre todos aqueles aptos, sem sobrecarregar e sem tirar direitos, acabando com o desemprego generalizado. O arrocho – que é a política de só dar aumentos salariais abaixo da inflação – é um desses mecanismos pelos quais os capitalistas diminuem o salário real dos trabalhadores para aumentarem seus lucros de forma disfarçada. É por conta disso que chegamos ao fim do mês cheios de dívidas ou passando necessidades.

Por isso, devemos exigir correções salariais todo mês, de acordo com a inflação (“gatilho salarial”), para impedir uma diminuição real dos salários. Isso é algo mínimo, pois sequer representa um “aumento”, apenas uma equiparação ao aumento real médio dos preços. Porém, os capitalistas nem isso podem oferecer. Será necessário acabar com seu poder para praticar essas duas demandas de forma garantida.

(3) Outra insegurança diz respeito aos serviços sociais. O trabalhador teme não ter ajuda quando precisar, com um sistema de saúde que é público, mas que vem


El País

Massiva manifestação contra a PEC 241/55, em Brasília, dezembro de 2016. É urgente a construção de uma frente nacional de lutas e uma orientação classista e revolucionária para a esquerda.

sendo precarizado há décadas, com cortes de gastos e de programas, com corrupção dos burocratas estatais com a intenção de favorecer os empresários com a privatização e concessão da infraestrutura e/ou gestão do sistema de saúde. Nossos familiares morrem na espera quando não podemos arcar com procedimentos caros nos hospitais privados. As aposentadorias, por sua vez, atrasam e os trabalhadores aposentados ficam muitas vezes desamparados, além dos valores medíocres após décadas de trabalho. Temer, que se aposentou aos 55 anos com um vencimento de 30 mil por mês, quer que trabalhemos até os 65 anos ganhando 1 ou 2 salários-mínimos (que não conseguem suprir as necessidades básicas de ninguém).

Hoje, de acordo com o cálculo do DIEESE, um salário-mínimo de verdade (capaz de pagar as necessidades constitucionalmente previstas) estaria em torno de R$ 3.400 (cálculo feito em novembro de 2016). Enquanto isso, militares e políticos (e seus herdeiros) recebem aposentadorias e benefícios altíssimos. O governo alega existir um "rombo" na previdência, mas, conforme constantemente denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida, ele na verdade faz malabarismos matemáticos para esconder que ela é superavitária e, assim, desviar recursos para iniciativa privada e tornar mais difícil o acesso dos trabalhadores aos benefícios do INSS.

Segurança na doença e na velhice são coisas mínimas que os trabalhadores merecem, mas que o capitalismo não conseguiu garantir no Brasil. Um passo grande pode ser dado estatizando todo o sistema de saúde e pagando um salário digno, com plano de carreira, aos profissionais da área. Os recursos necessários serão obtidos com a estatização dos planos de saúde e hospitais privados, cuja estrutura será posta a serviço de todo o povo, e taxando progressivamente as grandes fortunas (que hoje são praticamente isentas de impostos) para expandir as clínicas e hospitais públicos. Isso possibilitará também criar serviços para atender melhor aos idosos, crianças e mulheres. Medidas similares (estatização controlada pela população e taxação das grandes fortunas para financiar serviços públicos) podem ser adotadas nas áreas da educação, cultura e transporte, que deveriam ser para beneficiar a todo o povo e não somente aos que podem pagar. Na área da educação, isso permitiria um acesso crescente dos negros e dos setores mais pobres a uma educação de qualidade em todos os níveis, direito que foi negado pela dinâmica do acesso restrito a universidades públicas ou privadas de qualidade.

Na questão da moradia, o número de imóveis desocupados supera o número de pessoas em condições de insegurança habitacional (altos aluguéis, sem-teto, desalojados por catástrofes). Os grandes donos de imóveis, que lucram com a especulação da miséria alheia, deveriam perdê-los imediatamente e esses imóveis poderiam ser revertidos para quem precisa, quase sem custo adicional. A juventude trabalhadora não deve ficar sem emprego, dependente dos pais e sem educação de qualidade, como se dá atualmente. É necessário reduzir a jornada de trabalho (sem redução de salários) para que se crie novos postos e se erradique o desemprego. As medidas que já listamos vão diminuir muito o apelo a "maus caminhos" (como dizem os mais velhos) e garantir aos jovens uma perspectiva de futuro.

(4) Um dos setores da população trabalhadora mais afetados por esses problemas são os negros e negras. Há vários dados que indicam que esse setor é majoritário nos locais de moradia de pior infraestrutura, como as favelas e bairros pobres, onde não há saneamento básico e serviços de iluminação, água, gás etc. são fornecidos de forma precária e muitas vezes controlados pelo tráfico de drogas e milícias. Também são a maioria entre os moradores de ruas. A expropriação das moradias hoje utilizadas para fins de especulação deve atender principalmente essa camada da classe trabalhadora, cuja vida está com maior frequência em risco. Esse setor também seria o maior beneficiado com políticas de fim do desemprego, uma vez que é a maior entre os desempregados e trabalhadores precários, como aqueles do chamado setor "informal", ou trabalhadores temporários, terceirizados etc. Defender o fim da desigualdade de salários e direitos a que esses trabalhadores são frequentemente submetidos em relação aos trabalhadores brancos é urgente. Assim como é urgente o fim do vestibular, através da expropriação das empresas privadas de ensino e expansão da rede de universidade públicas, para que haja acesso a todos que queiram se qualificar e obter empregos melhores.

A defesa intransigente do fim das polícias, sem nenhuma ilusão de que policial é aliado potencial dos trabalhadores, também é uma questão de vida ou morte para essa parte da população, que se encontra submetida a um verdadeiro genocídio em nosso país. Da mesma forma, é necessário mudar completamente a legislação de drogas, que hoje serve para encarcerar os negros e negras em cadeias e penitenciárias onde reinam condições sub-humanas e constantes massacres, uma vez que a maior parte da população carcerária do Brasil é negra e composta de pessoas que sequer foram ainda julgadas, ou que cometeram pequenos delitos. Legalizar o consumo de drogas e colocá-las sob o controle da população é uma medida não só de saúde pública, mas de por fim à "guerra aos pobres" disfarçada de "guerra às drogas", onde os grandes barões do tráfico ficam intactos enquanto moradores de locais pobres são exterminados ou encarcerados cotidianamente, vivendo em verdadeiras zonas de guerra. Apenas através da aliança entre trabalhadores negros e brancos, sob um programa socialista revolucionário, é que essas demandas poderão ser conquistadas e o racismo eliminado em sua raiz.

(5) As mulheres não devem mais ser massacradas pelo trabalho doméstico, o que ocorre na nossa sociedade machista (levando a uma dupla ou tripla jornada). A alimentação, limpeza e cuidado com os filhos devem ser socialmente organizados, com funcionários homens e mulheres, bem pagos, que realizem esse trabalho em larga escala. Restaurantes, creches, lavanderias, serviços de conservação e limpeza públicos populares vão descarregar as mulheres e permitir que elas se dediquem, por um lado, aos seus próprios trabalhos

e, por outro, que desfrutem da vida como indivíduos.

As diferenças salariais enormes entre homens e mulheres (especialmente as mulheres negras) favorecem aos capitalistas, pois reduzem salários e pressionam todos eles para baixo. Devemos exigir sempre igualdade salarial para os mesmos trabalhos. O direito ao aborto até os 3 meses de gestação, quando não há redes neurais no feto, é um direito democrático reconhecido na maioria dos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos. Somente a influência nociva dos interesses religiosos reacionários, incluindo a "Bancada da Bíblia", impede o acesso gratuito a esse procedimento de saúde para as mulheres trabalhadoras. Afinal, as mulheres ricas não têm nenhuma dificuldade em pagar clínicas extorsivas ou viajar para o exterior. Somente as mulheres trabalhadoras continuam morrendo em abortos mal feitos ou mantém gestações indesejadas. É preciso acabar com o peso obscurantista da religião, que quer mulheres "submissas", como afirmam muitos ícones da reação.

O começo desses serviços pode ser financiado taxando as grandes religiões organizadas, que têm uma grande isenção de impostos e funcionam como verdadeiras empresas, que arrecadam milhões. Assim como em relação à população negra, a saída para o fim do machismo passa necessariamente pela aliança entre mulheres e homens da classe trabalhadora, contra a opressão de gênero sob um programa socialista revolucionário que de fato emancipará as mulheres da opressão do machismo aproveitada pelo capital.

(6) Defendemos também expropriar, sob controle dos trabalhadores, todas as grandes empresas estrangeiras (como as do petróleo, as indústrias e as financeiras) que atualmente exploram os recursos humanos e naturais do país. Não se trata aqui de "nacionalismo", pois nos países onde há empresas brasileiras explorando os trabalhadores e a natureza, também somos a favor de sua expropriação pelos trabalhadores locais, sejam eles bolivianos, moçambicanos ou canadenses.

Somos a favor da solidariedade internacional entre os trabalhadores de todos os países. Trata-se de acabar com a espoliação do país nos interesses de parasitas estrangeiros, que também exploram os trabalhadores em suas próprias terras. A "globalização" não é solidariedade econômica internacional, e nem tampouco "integração", mas sim a busca desenfreada dos capitalistas por força de trabalho mais barata e recursos naturais a serem consumidos em sua ganância por lucros que está destruindo o planeta. É preciso pôr um fim a isso. Solidariedade econômica real entre os povos só poderá ser realizada quando a economia for planejada e racional, no interesse da grande maioria. Tal medida também liberará recursos produtivos valiosos, que permitirão melhorar a vida do povo e reduzir os impactos ambientais como o de Mariana (MG), investindo também em formas de energia menos impactantes para a natureza.

* * *

Nenhum elemento desse programa é "irrealizável" ou "fantasioso", como tentam fazer parecer os demagogos da burguesia e os burocratas sindicais, adaptados ao sistema capitalista. Ao contrário, quase todas as medidas listadas podem ter início e efeito imediato (embora algumas levassem algum tempo até serem plenamente atingidas). São o caminho para prosperidade verdadeira, pois não se trataria mais de um "crescimento" que só enriquece grandes empresas, bancos e fortunas enquanto aumenta a desigualdade entre eles e os trabalhadores. É o caminho para a resolução dos problemas e das privações no povo e pelo povo. Mas esbarra no sistema capitalista e no seu Estado. Por isso, retomamos o grito levantado pelos que, em 1938, se lançaram numa tentativa de formar uma organização revolucionária internacional dos trabalhadores, a Quarta Internacional: ***"Se o capitalismo é incapaz de satisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, então que morra!"*** (*Programa de Transição*). No poder, os trabalhadores farão muito melhor!

NOTAS

[1] Ver *Anulação do impeachment ilegal: a única saída constitucional para o golpe*, de dezembro de 2016, disponível em: http://tinyurl.com/h6d7zce e http://tinyurl.com/zrtlvn2.
[2] Ver editorial *Se 2016 foi de lutas, 2017 precisa ser maior!*, de dezembro de 2016, disponível em http://tinyurl.com/hl4hz73.
[3] Ver *A esquerda ante a crise brasileira*, de março de 2017: http://tinyurl.com/hptadls
[4] Ver nosso artigo de março de 2016 *A agenda do governo e a resposta necessária da classe trabalhadora*, disponível em: http://tinyurl.com/z9skylm.
[5] Ver matéria da Revista Fórum de 19 de outubro de 2016: http://tinyurl.com/zjnwkcr.
[6] Ver a declaração de 15 de setembro de 2016 do principal dirigente do PSTU, Eduardo Almeida: http://tinyurl.com/hbfb7l5 e o editorial do MNN/Território Livre, *A esquerda precisa defender a prisão de Lula*, de 29 de setembro de 2016: http://tinyurl.com/hbrnnvj.
[7] Ver nossa polêmica *As capitulações do PCO ao governismo*, de julho de 2014: http://tinyurl.com/jv4wxv2.
[9] Para mais detalhes sobre a atuação desses grupos nas últimas eleições e sobre nossas posições, ver *Os revolucionários e as eleições burguesas*, de setembro de 2016: http://tinyurl.com/gpp5skx.
[10] Ver *Frente de Esquerda Socialista X Frente Ampla* (MAIS), de novembro de 2016, disponível em http://tinyurl.com/j23gtb7 e *A Nova Organização Socialista e a reorganização da esquerda* (NOS), de julho de 2016, disponível emhttp://tinyurl.com/zlk7yyj. Para um argumento mais detalhado, ver artigo da nota 3.



Estratégia revolucionária versus ilusões na institucionalidade burguesa

A esquerda ante a crise brasileira

Por Icaro Kaleb e Marcio Torres, março de 2017.



Portal da RMC

Protesto pelo "Fora Temer" na Av. Paulista (São Paulo), 04 de setembro de 2016. Na foto é possível ver faixas de diferentes grupos, com alguns dos eixos aqui debatidos.

Recentemente nós do **Reagrupamento Revolucionário** publicamos um artigo de análise da atual conjuntura nacional, que é marcada, de um lado, por uma profunda crise política nas instituições burguesas, com lutas intestinas ocorrendo nos bastidores, e, por outro, pela existência de uma sólida "frente única" da burguesia e seus representantes institucionais em relação aos duros ataques à classe trabalhadora. Também abordamos elementos preocupantes, como o crescimento da extrema direita, e a ausência até o momento de um instrumento capaz de unificar e expandir a resistência proletária e popular a tais ataques. Em tal artigo, realizamos algumas polêmicas pontuais com análises e posições da esquerda das quais discordamos e apresentamos o que encaramos serem os elementos básicos de um programa classista e revolucionário ante a atual conjuntura. (Ver *A crise política brasileira e a necessidade de um programa classista e revolucionário*, fevereiro de 2016).

Já no presente artigo, pretendemos focar em um debate de estratégia (como fazer tal programa triunfar) e nas diferentes respostas que a esquerda socialista brasileira tem dado para esse quadro extremamente complexo. Apesar de praticamente cada organização apontar um programa diferente, se verá que todas têm em comum o fato de se circunscreverem à institucionalidade burguesa, não colocando, ou colocando de forma completamente secundária na sua agitação cotidiana, a necessidade de superá-la. Ademais, nenhuma delas está seriamente engajada na construção de uma frente nacional de lutas, capaz erguer a defesa proletária e popular aos ataques da "frente única" pró-austeridade da burguesia. As que estão defendendo algum tipo de frente nacional, partem de um modelo bastante equivocado e até contraproducente, conforme detalharemos adiante.

É importante ressaltar que, com frequência, militantes de base de algumas das organizações aqui mencionadas respondem às nossas críticas argumentando que sabem muito bem que os programas defendidos por eles não são capazes de resolver os problemas mais básicos que sejam, mas que é necessário um programa mais "recuado" para "dialogar" com a classe trabalhadora e as massas populares. Defender publicamente um programa que se "sabe" equivocado é simplesmente absurdo para socialistas revolucionários. A experiência histórica mostra com clareza que revoluções bem-sucedidas não "caem do céu" e que, portanto, se faz necessário um paciente trabalho de educação e convencimento do proletariado em torno da noção básica de que o Estado burguês não pode e não irá resolver seus problemas, e que é necessário destruí-lo e substitui-lo por uma ferramenta da própria classe – um governo revolucionário dos trabalhadores, na forma de um Estado proletário, baseado em órgãos locais de autogestão.

Essa noção não implica de forma alguma abandonar as lutas por melhorias imediatas (o "programa mínimo"). Ao contrário, ela deve permear toda a propaganda e agitação, de forma a fazer a ponte entre a consciência imediata da classe a consciência revolucionária. Defender um programa circunscrito à institucionalidade burguesa, como fazem as organizações aqui criticadas, significa disseminar ilusões nela. Consequentemente, é algo avesso à estratégia revolucionária, por mais "bem-intencionada" que possa ser a "tática" de apresentar um programa mais "palatável" aos trabalhadores menos politicamente

desenvolvidos.

Um debate estratégico: o que é um Estado dos trabalhadores e porque devemos lutar por ele

A maior parte da esquerda brasileira e mundial abandonou ou se esqueceu completamente da perspectiva de construir um governo próprio dos trabalhadores. Não formalmente, já que a adesão em palavras a esse objetivo político ainda serve para atrair muitos militantes com impulsos revolucionários. Mas na prática, nas suas táticas cotidianas, na sua elaboração teórica e estratégica, essa perspectiva não assume forma concreta, no sentido em que não há relação entre esse objetivo proclamado e a sua política cotidiana. Ao invés, predominam tentativas diversas de (falsos) "atalhos" estratégicos, que passam necessariamente pela colaboração de classes e se colocam, assim, como barreira para uma saída independente e revolucionária do proletariado.

Peguemos como exemplo a proposta que unifica quase toda a esquerda brasileira nesse momento, que é a proposta por "Eleições Gerais / Diretas Já" contra o governo golpista. Ela é apresentada, com variados graus de entusiasmo, como objetivo a ser alcançado na luta contra o governo golpista de Temer, como forma apropriada de derrubá-lo. Mais à frente, vamos discutir porque essa perspectiva é um caminho sem saída. Nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos ido na contramão dessa tendência. Nossa agitação tem sido pela construção imediata de uma ***frente de luta dos trabalhadores e oprimidos contra os ataques do governo golpista***. Do ponto de vista da mudança de regime, temos apontado sempre para a necessidade de divulgar e falar de um ***governo revolucionário dos trabalhadores***, que na realidade só pode existir num tipo completamente diferente de Estado, nascido de uma revolução.

Um Estado de trabalhadores é um instrumento organizado pela nossa classe após derrotar o poder da burguesia (seu aparelho burocrático e suas forças armadas legais e ilegais) e seu controle sobre os meios de produção. Ele é baseado na força organizada e nas consciências dos trabalhadores, capaz de impor-se como a autoridade maior da sociedade e, a partir disso, executar um programa com base nos nossos interesses. Os trabalhadores serão os responsáveis pela administração dos meios de produção (fábricas, fazendas e maquinário, serviços, portos, rodovias, aeroportos etc.) e suas assembleias locais terão a responsabilidade maior em seus locais de moradia, trabalho, estudo e diversão.

Os trabalhadores também escolherão representantes (revogáveis a qualquer momento por quem os elegeu) para assembleias superiores, responsáveis por cidades, estados e por todo o país. Esses representantes não receberão nenhum salário diferente de um trabalhador médio. A administração de um país pelos trabalhadores se baseia na relação dinâmica entre os órgãos superiores, composta pelos representantes escolhidos (e revogáveis) a partir dessas assembleias espalhadas pelo país inteiro, e os poderes locais diretos. Uma assembleia de trabalhadores de um bairro da nossa cidade, por exemplo, teria autonomia para administrá-lo no seu melhor interesse, desde que não entrasse em conflito com os interesses gerais das assembleias superiores, responsáveis por toda a cidade, por exemplo.

Isso não é uma invenção nossa, mas elaborações extraídas da própria experiência de luta da classe trabalhadora, e já foi sintetizada e elaborada em maiores detalhes por Marx e Lenin. Concretamente, esse governo pode assumir diferentes formas. Nos primeiros meses do Estado operário soviético (1917-1918), construído com a vitória da revolução socialista no Império Russo, os conselhos (sovietes) eram órgãos desse tipo. Depois, conforme essa experiência se degenerou, em decorrência de todas as dificuldades enfrentadas (guerra civil, isolamento internacional etc.) e os burocratas da administração estatal (personificados por Stalin, que ficou no poder por quase 30 anos) mantiveram o poder permanentemente e contra os interesses dos trabalhadores, esses conselhos foram, cada vez mais, postos para escanteio e, no fim, completamente desmontados nos anos 1930. Hoje, a internet e os meios de comunicação permitem uma circulação maior dos debates e das informações, de forma que os trabalhadores poderiam ter uma participação muito maior nas decisões diretas.

Esse Estado teria condições imediatas de realizar medidas como a distribuição de moradias fora de uso para os que precisam e acabar com a insegurança dos aluguéis abusivos; de garantir trabalho com pagamento digno e direitos para todos, planejando o desenvolvimento econômico de acordo com os interesses dos próprios trabalhadores (o que também reduziria a jornada de trabalho sem precisar diminuir tais direitos); aumentos massivos na oferta de serviços de transporte, cultura, saúde e educação, que seriam organizados no interesse da grande maioria (pois não seriam mais propriedades privadas voltada para o lucro); o fim da diferenciação salarial entre homens e mulheres, brancos e negros. Esse Estado deverá ter como objetivo lutar pelo socialismo, que é o fim da exploração e da dominação do homem pelo homem, o que exige vitórias revolucionárias em outros países (sobretudo os países desenvolvidos) e uma integração mundial entre todos os trabalhadores, até o fim de todas as classes exploradoras.

A dualidade de poderes: caminho para o poder

Muitos grupos que se reivindicam socialistas revolucionários concordam com esse norte e falam abertamente dele. Porém, nenhum Estado proletário cai do céu pronto. Ele se consolida a partir de um embrião, que historicamente surge das lutas imediatas da classe trabalhadora. Os próprios sovietes russos se originaram a partir da reunião de representantes de comitês de greve contra a guerra e as péssimas condições de vida. Nós, trabalhadores brasileiros, não temos falta de motivos pelos quais nos organizar. Inúmeras greves e ocupações estão acontecendo no atual momento. Porém, não temos muita tradição política de organizar esse tipo de órgão para nos

representar de forma independente do Estado capitalista. Geralmente as lutas se limitam a cobrar dos governantes. Não nos preparamos para governar como classe.

Parte disso se deve às burocracias sindicais ligadas às grandes centrais, que, quando dirigem as greves e lutas, fazem de tudo para impedir a formação de comandos de greve e comitês locais organizados desde a base da categoria. Há também uma ausência de ações de solidariedade ativa (que vá além das palavras) entre as categorias de trabalhadores, como, por exemplo, quando uma categoria faz paralisações em solidariedade a outra que se encontra em luta. Mas para começar a ser uma classe consciente e capaz de decidir seu próprio futuro, não pode haver desconhecimento ou separação entre operários, carteiros, bancários, professores etc. É preciso unificar as lutas, agir com lealdade e conjuntamente. Isso potencializa as ações de protesto, fortalece reciprocamente as lutas. E aí torna-se necessário um órgão capaz de coordenar as expressões de luta dos trabalhadores como classe unida.

No Brasil, uma dualidade de poderes poderia surgir de várias formas. Uma delas seria um congresso de trabalhadores entre categorias (com representantes eleitos em assembleias nos sindicatos), que teria de ser convocado à revelia dos burocratas corruptos e vendidos que dirigem atualmente as centrais sindicais. Em uma conjuntura explosiva, um congresso como esse seria capaz de coordenar democraticamente a luta, impulsionar ações de massa contra o governo burguês, com vistas a impor um programa de trabalhadores. Um caso assim ocorreu na Revolução Boliviana de 1952, através da formação da Central Operária Boliviana (ainda que isso tenha se dado com vários desvios burocráticos). Para isso, é claro, não basta um formato radical e democrático, mas também é necessária uma consciência e uma liderança decidida e disposta e enfrentar de verdade os projetos e ataques da classe dominante. Outro formato possível seria um congresso formado a partir de representantes eleitos em assembleias de bairro. Essa forma, porém, é mais improvável nesse momento, visto que essa tradição é pouco comum no Brasil. De qualquer forma, com a posição política correta, um órgão como esse seria capaz de desafiar a hegemonia do Estado capitalista em relação ao funcionamento da sociedade.

Na tradição comunista essa situação é chamada de “dualidade de poderes”, porque o embrião de um Estado dos trabalhadores começa a assumir a nível local (no interesse da grande maioria) tarefas de organização da sociedade que geralmente ficam a critério somente do Estado capitalista: segurança (inclusive contra a polícia racista e criminosa), gestão da produção, manutenção e administração etc. Porém, suas possibilidades ainda são muito restritas, visto que os meios de produção ainda permanecem nas mãos dos capitalistas. Uma revolução é a destruição do poder político de uma classe por outra. A classe emergente assume o poder com seus próprios órgãos, imobilizando e depois desmontando e destruindo os órgãos da classe decadente. Muito provavelmente, a revolução só poderá ser feita pelos próprios embriões de poder da classe trabalhadora. Eles vão derrotar a polícia, a mídia burguesa, a burocracia de Estado e vão declarar o governo burguês e a lei burguesa letra morta. A sociedade passará a ser governada pelos próprios trabalhadores, que imediatamente vão colocar em prática os seus interesses.

Organização de frente única: da defensiva à ofensiva

Mas os próprios embriões de poder proletário e a dualidade de poderes resultante não brotam da terra automaticamente numa conjuntura apropriada. Em 2013, vimos uma explosão de descontentamento poderosíssima da população contra os governos. O estopim daquele movimento foi o aumento dos preços das passagens de ônibus em muitas grandes cidades do país. Os protestos e a ira popular foram tão intensos, com milhões nas ruas, que os governos das grandes cidades do país recuaram e voltaram atrás dos aumentos. Porém, a partir daí o movimento se dispersou, sem que fosse possível questionar a propriedade das empresas de ônibus, que permaneceu nas mãos dos grandes empresários, o que fez com que poucos meses depois os aumentos retornassem. Isso sem falar de como amplas massas foram para as ruas sob orientação direta da mídia burguesa, quando essa parou de criminalizar a jornada de lutas para tentar “capturá-la”, criminalizando de forma focalizada apenas os militantes de esquerda.

Mais de três anos depois, a sombra de 2013, da incapacidade da esquerda de ter aproveitado aquele momento, ainda paira sobre ela. Isso porque, quando houve a massificação dos protestos de rua, houve uma fusão dos mais diversos interesses nas manifestações: desde comunistas até anticomunistas; pacifistas e nacionalistas; anarquistas; autonomistas e os *blacks blocs*; várias pessoas contra os partidos políticos em geral, mesmo os da classe trabalhadora. O ímpeto dessa massificação surpreendeu a todos e engoliu qualquer forma de organização anteriormente existente. Deixou de haver uma pauta clara, assim como nenhuma organização conseguiu mais coordenar aquele movimento, que logo desapareceu. Ausência de organização e de um programa claro, que deveria ser o de estatização do sistema de transportes sob controlado da população, foram a causa desse minguar. Os trabalhadores não entraram no jogo como classe organizada, usando seus instrumentos de luta, mas o fizeram de forma diluída. Depois, essa camada foi dispersada entre pautas progressivas (por reformas e melhoras) e outras totalmente ralas e ditadas pela mídia (contra a corrupção, principalmente). Tudo teve fim numa fanfarra nacional pacifista, contra os “vândalos” e com “orgulho de ser brasileiro”, castrando totalmente o potencial questionador original das jornadas. **[1]**

Ainda assim, em muitas cidades, como no Rio de Janeiro e Porto Alegre, surgiram embriões de organização das lutas, que foram apropriadamente chamados, nesses dois casos específicos, de “Fórum” e de “Bloco” de Lutas. Em São Paulo, essa experiência não existiu, pois o movimento foi (des)organizado pelo **Movimento Passe**

Livre (MPL), que fez de tudo para que ele ficasse restrito unicamente à questão das passagens e recuou de imediato quando a passagem reduziu (e isso apesar de dizer que era pela "tarifa zero"), abandonando as ruas.

Falaremos principalmente da experiência do Rio, embora saibamos que ela se desenrolou de maneira similar em muitos outros lugares. O "Fórum de Lutas" do Rio de Janeiro conseguiu reunir, ainda que durante um período curto, todas as organizações de esquerda da cidade, além de vários militantes independentes. Ele organizou protestos de rua, panfletagens conjuntas, organização de autodefesas contra a violência policial, dentre outras ações com o objetivo de expandir e construir o movimento contra o aumento das passagens. No Rio, o movimento organizado pelo Fórum de Lutas, com todos os seus limites e problemas de organização resultantes de lideranças inexperientes, débeis, várias vezes oportunistas, precedeu as jornadas de lutas e foi um importante fator na massificação que elas atingiram em junho e julho de 2013.

Esse espaço de unidade não significou uma diminuição das polêmicas, mas sua intensificação. É nos momentos agudos que as organizações mostram suas verdadeiras caras, que ficam escondidas embaixo de várias camadas de aparência nos tempos de calmaria. O Fórum de Lutas, que no auge costumava reunir algumas centenas em suas assembleias e que em dada ocasião atraiu mais de um milhar, é de certa forma o que chamamos de "organização de frente única". Ele estava aberto a todos os setores dispostos a lutar contra o aumento das passagens naquele momento. Inicialmente incluiu até organizações governistas, como **PT** e **PCdoB**, mas que foram expulsas quando quebraram a unidade ao usarem de violência contra militantes do Fórum em dada ocasião.

É importante reconhecer que a experiência do Fórum teve muitas debilidades. Ele dificilmente conseguiria criar uma situação de dualidade de poderes, uma vez que a classe trabalhadora não participou de forma organizada das suas assembleias e ações. Alguns setores mais conscientes logo perceberam que, na própria luta contra o aumento das passagens, era necessário ganhar a simpatia dos trabalhadores rodoviários. Mas não houve tempo hábil para um desenvolvimento nessa direção, inclusive por indisposição de muitos dos grupos com maior peso naquele espaço. Ademais, o Fórum era mais a soma de pequenas organizações e vários militantes independentes do que algo de fato enraizado e representativo das bases mobilizadas (escolas, universidades, bairros, empresas), tendo sido feitos poucos esforços para que isso mudasse. Dessa forma, apesar da importância das suas ações e debates, ele ficou limitado a um "assembleião", onde a organização que levasse mais gente em dada reunião ganhava nas votações, sem que isso fosse um reflexo de seu peso real no movimento. **[2]**

Ainda assim, essa foi uma experiência razoável de frente única. Pois a frente única é uma unidade na luta de vários setores dos trabalhadores e movimentos sociais em torno de um objetivo concreto (geralmente pontual, pois os trabalhadores em geral ainda não têm plena consciência da necessidade da luta revolucionária). As diferentes tendências políticas da esquerda devem ter o direito de se expressar politicamente nesse espaço, além do ponto comum que as reúne na organização de frente única. A tradição de construir frente única precisa ser urgentemente relembrada e valorizada.

Atualmente é muito comum que, diante de um problema ou um ataque do governo, convoquem-se manifestações nos centros das grandes cidades. Mas muitas vezes esses protestos são convocados pelas redes sociais, sem nenhum tipo de organização ou direção. E isso é muito negativo, pois assim não há responsáveis, segurança organizada ou programa definido. Também é muito comum que a convocação se dê pela cúpula de organismos estudantis, sindicais ou populares, ou mesmo de alguns poucos grupos partidários, sem um esforço de coordenação democrática e pela base, que seria capaz de não só convocar muito mais gente, mas criar canais mais sólidos de mobilização e controle horizontal, de forma que os rumos da luta não fiquem nas mãos de um grupo limitado de pessoas.

No atual momento político, há uma necessidade imediata de organizar frentes únicas locais e uma frente nacional de lutas contra os ataques que o governo Temer, o Congresso, o Judiciário e os órgãos municipais e estaduais estão realizando contra os direitos sociais e democráticos dos trabalhadores. Por isso nós do **Reagrupamento Revolucionário** temos feito uma agitação sistemática em defesa de uma frente única (ou frente de lutas) contra as diversas faces do "ajuste fiscal", como os ataques aos direitos trabalhistas, à previdência, à saúde e à educação.

Uma organização de frente única muito provavelmente seria inicialmente composta apenas pelos partidos de esquerda, movimentos de luta contra as opressões e alguns sindicatos mais combativos, além dos setores da juventude e da classe trabalhadora que já se encontram mobilizados. Seria necessário um esforço constante para expandir seu escopo de atuação, fazendo pressão para que novas categorias de trabalhadores, bairros e setores da população se somassem. Seria um primeiro passo importantíssimo unir, na luta e por um interesse comum, os trabalhadores e o povo que percebem o que está acontecendo.

Uma frente única só poderia se transformar em um embrião de poder da classe trabalhadora em uma conjuntura propícia, na qual a burguesia esteja em claras dificuldades de governar e os trabalhadores dispostos a conseguir suas demandas a qualquer custo, com disposição revolucionária. Atualmente, não estamos em uma conjuntura desse tipo, mas a frente única é a forma mais eficiente e poderosa de organizar as lutas. Não se deve ter a ilusão de que a forma da frente única, por si só, resolverá todos os problemas dos trabalhadores. Ela é, geralmente, uma medida defensiva e pontual, como exige o atual momento político. Enquanto os capitalistas mantiverem seu poder por meio do Estado, poucas reformas e melhorias (por mais significativas que

possam ser) podem ser garantidas. Por esse motivo, é fundamental ter também uma política que, a todo momento, aponte a necessidade de derrotar e superar o capitalismo para conquistas verdadeiras e definitivas, desmascarando as ilusões no Estado burguês, sua mídia, seus partidos e representantes. Para isso, a frente única não é suficiente e um partido socialista revolucionário, hoje inexistente no Brasil, é também imprescindível, como instrumento que sintetiza as experiências (vitoriosas e fracassadas) em um programa de ação, com base no qual disputa insistentemente as consciências para criar a disposição necessária para tal. Falaremos mais da importância do partido adiante. Antes, vejamos as posições concretas, parte da agitação cotidiana, de diferentes grupos que se reivindicam embriões para tal partido e o quão distante estão de tudo que estamos apresentando aqui como saída estratégica para o proletariado.

Não-exemplos de frente única

A unidade ampla de que estamos falando, como pressuposto de uma frente única funcional, dificilmente ocorre no dia a dia, porque as organizações oportunistas e burocráticas têm medo da luta e dos riscos que ela envolve (a perda de confiança decorrente de uma eventual derrota, o surgimento de alas radicais oposicionistas etc.). Isso foi visto na recente onda de ocupações estudantis, que poderia ter dado um pontapé inicial nessa tarefa, caso tivesse ocorrido uma unificação em um fórum com representantes eleitos na base de cada ocupação, a partir do qual se poderia fazer um chamado à classe trabalhadora para que trilhasse o mesmo caminho e rompesse o seu isolamento. Mas não foi visto nenhum esforço significativo nesse sentido, nem mesmo da parte de grupos que se reivindicam socialistas revolucionários e tem peso no movimento estudantil.

O mesmo pode ser dito das várias lutas em curso a nível regional, especialmente aquelas do funcionalismo público contra atrasos no pagamento e pacotes de "austeridade" que envolvem perdas salariais e de direitos. Quando há algum tipo de unidade nessas lutas, é sempre pela cúpula dos sindicatos e com pautas muito recuadas, que disseminam confiança nos órgãos do Estado burguês (câmaras legislativas, Ministério Público etc.) e levam o movimento a um beco-sem-saída. Esse é o claro caso do **Movimento dos Servidos Públicos Estaduais (MUSPE)**, no Rio de Janeiro, que, desde os primeiros meses de 2016, vem sendo um enorme freio para a radicalização do funcionalismo fluminense **[3]**.

Por sua vez, as frentes como a **Brasil Popular** e **Povo Sem Medo**, criadas no contexto do impeachment de Dilma, mostraram total incapacidade de funcionarem como frentes únicas, pois são controladas por cúpulas (seja do **PT** e **PCdoB**, seja da direção do **MTST**) que não querem unificar-se ativamente com todos os setores em luta, o que as faria abrir mão de seu controle exclusivo da própria estrutura. Não abrem novas frentes de mobilização e não buscam reunir representantes dos setores e categorias em luta. Além do fato de que não estão dispostas, pelo programa político de suas direções, a uma luta ferrenha contra o governo golpista. Muitos militantes e ativistas que hoje participam das raras atividades chamadas por essas frentes, porém, poderiam participar de uma frente única de lutas contra os ataques concretos do governo golpista.



Site do MES

Plenária de lançamento da Frente Povo Sem Medo (outubro de 2015): ao invés de uma frente democrática de lutas, a Povo Sem Medo é um organismo de cúpula, e bastante recuado politicamente.

Além dessas duas frentes, há ainda uma campanha em prol de uma **Frente de Esquerda Socialista**. É muito comum, especialmente nesses períodos de reação, que haja uma pressão para suprimir as diferenças entre as correntes de esquerda em prol de uma "unidade". Muitas vezes essa pressão assume a forma de propostas inteiramente deformadas de frente única, que ao invés de reunir os grupos e partidos para darem os primeiros passos na formação de um organismo unificado para coordenar um dado conjunto de lutas, vira um bloco de propaganda baseado em um programa comum rebaixado, geralmente o dos grupos reformistas de maior peso e influência. Por mais que seja apresentada como algo com vários elementos de uma frente única, esse é na prática o caso dessa "Frente de Esquerda Socialista", que vem sendo defendida a nível nacional principalmente pelo **MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista)** e pela **NOS (Nova Organização Socialista) [4]**, já existindo em algumas cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo (sendo que, nessa última, se chama "Bloco da Esquerda Socialista").

No caso do Rio de Janeiro, de onde partiu a primeira iniciativa, a primeira reunião em prol dessa frente foi convocada pela **NOS** e por independentes atrelados a uma campanha por uma "Frente de Esquerda" nas eleições municipais locais. Ela ocorreu no começo de 2016 e atraiu centenas de ativistas e várias organizações. Apesar das grandes diferenças que se expressaram nas análises de conjuntura e nas propostas gerais de cada organização em como lidar com o momento (especialmente a questão do impeachment), claramente havia uma forte disposição para a criação de um instrumento unificado de luta, especialmente num momento em que uma onda de ocupações de escolas públicas estava em curso, o funcionalismo estadual estava iniciando sua atual luta e

algumas categorias estavam preparando greves salariais. A tarefa central naquele momento era a de formar uma **frente de lutas**, que dividisse tarefas para ir até esses setores que já se encontravam mobilizados e convocá-los a unir forçar em torno de um programa comum contra os ataques dos governos federal, estadual e municipal, em um organismo baseado em representantes eleitos e revogáveis de cada um deles.

Em vez disso, a **NOS** e algumas outras organizações engajadas na construção dessa "Frente de Esquerda Socialista" (**MRT**/**Esquerda Diário**, **LSR/PSOL [Liberdade, Socialismo e Revolução]**, **PCB [Partido Comunista Brasileiro]**, posteriormente o **MAIS**) optaram por focar na realização de um "seminário de programa", com o claro intuito de transformar a nascente frente em um bloco programático – ao ponto de deixar completamente de lado a tarefa de ir aos setores já mobilizados e buscar construir um instrumento unitário de organização das lutas. Assim, seguiram-se diversas assembleias nas quais sempre se repetiam os mesmos debates entre as diferentes organizações presentes, sem que nenhum indicativo prático significativo fosse tirado. Como consequência, a única ação significativa convocada pela Frente, um ato de 1º de Maio classista e combativo, foi um total fiasco, com bem menos pessoas presentes do que aquela primeira reunião. Além disso, em mais de uma ocasião, nós do **Reagrupamento Revolucionário** tivemos cerceado o nosso direito de fala nesse espaço, por iniciativa de burocratas que sabiam que possuíamos críticas ao formato que ele vinha assumindo. Graças ao desvio centrista, de querer transformar uma possível frente única em um bloco programático misturando políticas completamente diferentes, hoje a "Frente de Esquerda Socialista" não vai muito além de um bloco de intervenção conjunto da NOS e do MAIS, com a presença secundária de alguns outros agrupamentos – uma forma oportunista de compensarem a pouca influência que cada um possui individualmente, através de uma unidade programática rebaixada.

As propostas de "Eleições gerais / Diretas Já"

Apesar de termos enfatizado aqui o debate sobre estratégia revolucionária e o papel nela de elementos como a dualidade de poderes, a frente única e um Estado dos trabalhadores, estamos obviamente cientes que a situação nacional não é revolucionária. Isso significa que uma revolução não está na ordem do dia, embora seja historicamente possível e necessária. Mas como foi dito, isso não é desculpa para não apresentar essa perspectiva aos trabalhadores em todas as oportunidades, explicando a sua necessidade, possibilidade e o interesse que eles devem ter em conquistar o poder político como uma classe organizada. Já a construção de uma frente única contra os ataques de Temer é uma tarefa mais do que imediata e possível. E esse seria um espaço privilegiado para a agitação e propaganda da estratégia revolucionária. A tática, portanto, não é deslocada da estratégia: um partido revolucionário buscaria, ao máximo, lutar para expandir e fazer avançar uma organização de frente única, já que, além de ser uma escola de luta para os trabalhadores, numa conjuntura propícia, uma frente única poderia se transformar em uma dualidade de poderes.

Na ausência de uma perspectiva imediata de poder proletário, entretanto, a maioria das correntes da esquerda vem defendendo perspectivas circunscritas ao Estado burguês. Esse é o caso claro das diferentes propostas de "Diretas Já" (por eleições antecipadas para o Executivo) e de "Eleições Gerais" (tanto do Executivo, quanto do Legislativo – em alguns casos, em esfera federal e local), que vem sendo defendidas por setores do **PT** (no caso da primeira), por várias correntes do **PSOL** (**Insurgência, MÊS [Movimento Esquerda Socialista]**, **LSR**), pelo **PSTU**, pelo **MAIS**, pela **NOS** etc. (no caso da segunda). Vejamos algumas citações para mais detalhes de como cada um articula essa demanda:

> *"Precisamos de eleições gerais. Não podemos aceitar que um parlamento corrupto, onde 80% dos deputados receberam propina de empreiteiras, praticam tráfico de influência e criam leis para privilegiar grandes empresas determine o futuro. Temer, deputados e senadores não representam os interesses do povo, precisamos de uma reforma política que proporcione condições igualitárias da disputa. Defender a democracia é proporcionar a emancipação do povo, colocá-lo no centro do debate e ter em suas mãos os rumos do país."*
> ***-- MES (PSOL),* Que o povo decida! Fora Temer e eleições gerais para apontar saídas à crise política!**
>
> *"Precisamos apresentar uma saída democrática e de esquerda que permita uma participação direta da população sobre o que está em disputa. Por isso, defendemos a articulação de um amplo Plebiscito Popular. Uma construção coletiva de todos os movimentos sociais e organizações partidárias combativas, progressistas e democráticas que queiram uma saída popular para essa crise. Uma alternativa que seja capaz de polarizar a sociedade contra qualquer solução reacionária ou autoritária para esse colapso.*
> *"Defendemos um plebiscito que combine a ideia de novas eleições gerais com novas regras, que estimule a população a se pronunciar sobre as PEC do teto de gastos, da Reforma da Previdência, sobre a reforma educacional e outras questões.*
> *"Não há outra saída. Os podres poderes da República (um presidente golpista, uma maioria corrupta do Congresso Nacional e um poder judiciário extremamente seletivo) não têm legitimidade para resolver essa crise "por cima". Qualquer saída que venha deles não será democrática."*

-- Insurgência (PSOL). **A crise se agrava. O povo tem que decidir. Plebiscito popular já!,** ***dezembro de 2016.***

"A saída passa também por uma alternativa política. A nossa luta é pelo Fora Temer, mas também todo esse Congresso corrupto. Defendemos novas eleições gerais, para que o povo realmente decida. Mas precisamos ir além. Se o sistema político está se tornando imprestável para a própria classe dominante, esse é mais ainda o caso para o povo trabalhador. A reforma política votada por esse congresso não serve para nós, e tem como um de seus objetivos barrar o crescimento de uma verdadeira alternativa de esquerda. Novas eleições com as mesmas regras de hoje não traria a mudança necessária. Precisamos de uma assembleia constituinte exclusiva para refazer o sistema político, com representação dos movimentos sociais do país. Para disputar o poder, precisamos construir uma Frente de Esquerda Socialista, que una os partidos da verdadeira esquerda: PSOL, PCB e PSTU, com os movimentos sociais combativos, como MTST, CSP-Conlutas, Intersindical, etc."

-- LSR (PSOL), **Construir uma saída pela esquerda,** ***dezembro de 2016.***

"[...] A única forma de mobilizar a classe trabalhadora é para botar para fora Temer, suas reformas e esse Congresso corrupto. Não para que Dilma volte.

"As 'Diretas Já' que o PT defende é diferente da reivindicação de 'eleições gerais' que o PSTU propõe. Primeiro, que queremos Fora Temer pra valer e agora mesmo. Segundo, que queremos eleições também para o Congresso, governadores, etc. Uma ampla mobilização de massas e uma Greve Geral seriam capazes de derrubar esse governo e esse Congresso Nacional, e a partir daí convocar eleições gerais, com outras regras."

-- PSTU, **"Diretas já" do PT ou "eleições gerais"? Qual a diferença?,** ***setembro de 2016.***

"É necessária a constituição de uma ampla frente única para derrotar Temer e o Congresso. E a tarefa dessa frente, em primeira ordem, é a de disputar a consciência e mobilizar o povo trabalhador, dialogando com milhões. Só com o povo consciente e em ação será possível dar uma saída para a crise.

"Para cumprir esse objetivo, o instrumento nesse momento é a realização de um grande plebiscito popular, para que o povo possa decidir sobre as medidas de ajuste (PEC 55, Reforma da Previdência, Reforma Trabalhista e etc), mas também sobre novas eleições gerais para presidente e o Congresso. Esse plebiscito deve ser organizado por uma ampla frente única que reúna movimentos sociais, entidades sindicais, ativistas das ocupações e greves, coletivos, partido políticos de esquerda e todos que defendam o direito democrático de expressão da vontade da maioria do povo.

"Diferente da frente ampla defendida pelo PT e pelas forças do Lulismo, achamos que a tarefa que melhor unifica os movimentos de resistência se pauta pela mobilização da classe trabalhadora contra os ataques aos direitos e que afirme uma saída nas eleições, independente, sem incorrer nos mesmos erros do passado. Essa saída independente seria em nossa opinião uma frente de esquerda socialista encabeçada pelo PSOL e MTST, conjuntamente com o PSTU, PCB e os movimentos sociais combativos.

-- MAIS**, Por um plebiscito popular, já: só o povo pode decidir,** ***dezembro de 2016.***

"[...] Vamos forjar a mais ampla frente pelo FORA TEMER em todos os cantos desse país, e afirmar a soberania do povo em novas ELEIÇÕES GERAIS JÁ. Para as organizações de esquerda que não se entregaram ao modo petista de governar é mais do que necessário que nos unifiquemos em uma FRENTE DE ESQUERDA a nível nacional nas lutas e nas urnas. É tempo de recolocar a utopia, é tempo de recolocar o horizonte estratégico do socialismo."

-- NOS, **O golpe foi dado, e agora?,** ***setembro de 2016.***

É fácil ver a completa bancarrota dessas organizações diante da ilusão de que as eleições (sob o Estado capitalista) poderiam representar os interesses do povo. Elas dizem: "Defendemos novas eleições gerais, para que o povo realmente decida" (LSR/PSOL); querem "afirmar a soberania do povo em novas ELEIÇÕES GERAIS JÁ" (NOS); o PSTU quer "Uma ampla mobilização de massas e uma Greve Geral", mas não para forçar a burguesia a recuar, colocando na agenda a possibilidade de um governo revolucionário dos trabalhadores, mas sim para "a partir daí convocar eleições gerais, com outras regras", o que faria retroceder o moinho da luta de classes em falsas aspirações eleitoreiras; enquanto isso, o MAIS fala da necessidade de uma "ampla frente única", mas não para a realização de lutas (greves, protestos, piquetes, ocupações) até derrotar os ataques dos golpistas, mas sim para a realização de um "plebiscito popular, para que o povo possa decidir sobre as medidas de ajuste(...), mas também sobre novas eleições gerais para presidente e o Congresso", como se um plebiscito desse algum poder real de decisão aos trabalhadores; o mesmo plebiscito é defendido pela Insurgência/PSOL, como "uma saída democrática e de esquerda que permita uma participação direta da população sobre o que está em

Bananeiras Online



"Diretas Já" em faixa que encabeçou manifestação de setembro de 2016, em São Paulo. Assim como visto na foto de abertura, a perspectiva eleitoral burguesa tem predominado na esquerda.

disputa", sem explicar como tal "saída direta" eleitoral poderia simplesmente passar por cima do Estado burguês, que mantém o poder por meio da polícia, Judiciário e grande propriedade, que estão com tudo pelos ataques de "austeridade"; o MES/PSOL é o que menos surpreende, pois já está claro que sua pauta é eleger um governo "de esquerda" *a la* SYRIZA grego, que vai continuar realizando o que necessita a burguesia sob uma fachada "humana" e "ética", para melhor enganar os trabalhadores.

Diante do desinteresse da população brasileira com as eleições (visto os recorrentes índices altos de abstenções), a ausência de partidos da classe trabalhadora com expressão de massas, e a atual conjuntura, onde tem predominado o conservadorismo, eleições gerais no presente momento só serviriam para colocar algum outro governo ajustador e possivelmente ainda mais autoritário no poder, dessa vez com legitimação das urnas ("eleito pelo povo"). Mas essa sequer é a questão central. O pior é que essas organizações, algumas das quais se reivindicam socialistas revolucionárias, terem como um dos carros-chefe da sua política nacional do momento um tipo de política que dissemina ilusões em uma possível solução por dentro da institucionalidade burguesa, apontando que meramente substituir os gestores de turno, realizar um plebiscito ou mudar regras eleitorais poderia cumprir um papel importante para barrar os ataques em curso.

Disseminar esse tipo de ilusão em uma situação "normal" já seria ruim o suficiente, mas faze-lo logo após um golpe que sequer precisou alterar as normas jurídicas do país para se consumar é simplesmente cegueira. De que adiantaria mudar quem está no poder se as engrenagens que permitiram remover Dilma e o PT continuam intactas (na verdade até fortalecidas)? A Operação Lava Jato, ainda que não intencionalmente, deixou o Estado burguês nu, mostrando que os supostos representantes da população nada mais são do que funcionários do grande capital, que aprovam leis e encaminham medidas de acordo com as vontades daqueles que financiaram suas campanhas e continuaram irrigando seus bolsos com propinas ao longo dos mandatos. O momento, portanto, não é de reforçar as ilusões restantes da classe trabalhadora nesse Estado que não lhes representa, mas denunciar amplamente o caráter de classe dele e armar os trabalhadores para enfrentamentos futuros, ao educa-los sobre a necessidade de controlar a sociedade com suas próprias mãos e, portanto, se inserirem numa perspectiva de ruptura revolucionária e construção de um governo e Estado próprios.

As propostas de Assembleia Constituinte

Por sua vez, a demanda por uma Assembleia Constituinte – que tem sido defendida pela **Esquerda Marxista (EM)**, pelo **MRT / Esquerda Diário [5]** e, conforme visto, também pela **LSR/ PSOL** (combinada com a de "eleições gerais"), incorre no mesmo problema de disseminar ilusões na institucionalidade burguesa. Se erguêssemos uma luta massiva pela realização de uma Constituinte e conseguíssemos sua convocação, ela (que também se organiza por eleições) acabaria sendo uma faca na mão daqueles que estão removendo todos os pilares da carcomida democracia brasileira. Não à toa, já há partidos burgueses (PDS e Rede) defendendo essa proposta como forma de aprofundar ainda mais a onda de ataques. O **MRT / Esquerda Diário** em particular é cheio de ilusões na Assembleia Constituinte, demanda que ele e sua organização internacional, a **Fração Trotskista**, levantam sistematicamente ante várias ocasiões de protestos massivos e/ou crise institucional nos países onde atuam (para saber mais, ver nossa polemica de maio de 2016, *A demanda de Assembleia Constituinte do MRT*: http://tinyurl.com/homqhlo). Segundo essa organização, uma Constituinte no presente momento poderia resolver todos os problemas centrais que afetam a vida da classe trabalhadora brasileira:

> *"A **única saída independente** que os trabalhadores e os demais setores populares podem dar para a crise política econômica que o país está passando é por meio de uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana imposta pela luta. Só assim que os trabalhadores e demais setores populares poderão discutir medidas que questionem o regime, os privilégios dos corruptos e dos deuses da toga, fazendo com que ganham o mesmo salário de uma professora, por exemplo. Só assim que vamos fazer com que os grandes empresários paguem pela crise e ao mesmo tempo combater a impunidade dos políticos dos ricos."*
> **-- Crise sem fim: as saídas deles e a nossa*, de dezembro de 2016 (ênfase adicionada).***

Isso é uma ilusão sem tamanho, porque a Assembleia Constituinte é um regime burguês, ainda que seja "imposta pela luta". O Brasil ainda tem uma democracia burguesa, mas que está em plena decadência e, possivelmente, rumo a um regime mais autoritário, no sentido de mais blindado em relação às vontades da população. O que precisamos é organizar uma luta imediata dos trabalhadores contra essa transformação e a tentativa de arrancar direitos trabalhistas e sociais. Conduzir a luta dos trabalhadores para a realização

de uma Assembleia Constituinte só serviria para renovar alguma variante da decadente democracia burguesa.

É importante ficar claro que não somos contra nem a demanda por uma Assembleia Constituinte e nem a de "eleições gerais diretas" *por princípio*. Ambas caminham juntas, inclusive. Mas só fazem sentido quando esses direitos democráticos não existem. E os reivindicamos como direitos (são demandas democráticas mínimas), não a sua realização como suposta forma de resolver os problemas dos trabalhadores, que é o que tais organizações tem feito de forma oportunista. A única forma de garantir a realização dos interesses dos trabalhadores de forma consistente é pelo estabelecimento do seu Estado operário por meio da revolução.

Além disso, quando quem está no poder ameaça cada vez mais retirar nossos direitos, oferecer a eles a possibilidade de refazer a Constituição ou de se elegerem novamente (revestindo-se de maior legitimidade) pode ser um enorme desvio. Insistimos que, para deter a onda de ataques, o que urge é construir uma **frente única** e explicar a todo tempo a necessidade de os trabalhadores terem o poder político em suas mãos. Semear ilusões de que os ataques podem ser detidos por dentro do sistema eleitoral ou dos limites do Estado capitalista é um erro com consequências potencialmente fatais.

O grito de "Fora Temer" e o de "Fora todos"

Conforme visto pelas citações, em geral os grupos que estão chamando por novas eleições, plebiscitos e/ou Assembleia Constituinte também colocam no topo de sua agitação cotidiana a demanda de "Fora Temer". O grito de "Fora Temer" se popularizou a tal ponto entre a população, fruto do desprezo que o povo tem pelo governo golpista, que acabou virando um símbolo. Porém, o "Fora Temer" não deveria ser entendido como uma demanda concreta, visto que sua aplicação, na atual conjuntura, muito provavelmente se daria por meio de uma remoção encabeçada pelo Judiciário ou pelo Congresso, em uma manobra de setores dos próprios golpistas, que reforçaria os "superpoderes" do STF ou de algum outro órgão.

Já no caso de uma ampla mobilização nacional da classe trabalhadora e dos oprimidos em geral, que impusesse a remoção dos atuais governantes, se limitar a retirar Temer do poder para simplesmente dar passagem a novos representantes da burguesia continuarem aplicando a política de "austeridade", seria um tremendo desperdício de forças e, no plano estratégico, uma derrota.

Obviamente não se trata aqui de ser "contra" os chamados por "Fora Temer", mas de rejeitar sua interpretação como uma demanda imediata, que se apoiasse em um fortalecimento do viés autoritário dos "superpoderes" do STF e Cia., ou mesmo conduzisse ao beco-sem-saída das eleições burguesas (que são as únicas possibilidades imediatas de sua realização no atual momento). Queremos que qualquer governo burguês seja retirado do poder por uma revolução dos trabalhadores. Mas isso exige, neste momento, um processo de acúmulo de forças, construção de frentes de luta e também do partido revolucionário. Por isso, o chamado de "Fora Temer" tem grandes limites. Como pauta concreta, é muito mais produtivo ter demandas para barrar os vários ataques que estão ocorrendo, combinadas com um programa transitório que aponte a necessidade de superação do capitalismo a partir das necessidades atuais sentidas pelos trabalhadores.

Cabe acrescentar que há ainda grupos que chamam por um "Fora todos" e que, até a consumação do impeachment, chamavam pelo "Fora Dilma" – em especial os já mencionados **PSTU** e a **CST/PSOL (Corrente Socialista dos Trabalhadores) [6].** Eles geralmente dão um tom mais radical a essa demanda, apontando que quem deve governar são os trabalhadores (ainda que, no caso do **PSTU**, que também está chamando por eleições gerais, isso seja inteiramente contraditório):

> *"Não pode haver mais dúvidas sobre isso: é preciso colocar para fora todos eles! Temer e este Congresso cheio de corruptos e bandidos!*
> *"Quem deve governar? Os trabalhadores. Vamos formar conselhos populares nos bairros e cidades. Governando através de conselhos, o povo fará muito melhor ao país do que estas instituições podres e carcomidas que aí estão."*
> ***-- PSTU,* Precisamos colocar para fora todos eles, *dezembro de 2016.***

> *"Chega! Devemos ocupar as ruas nessa semana, nos atos do dia 13/12 pelo Fora Temer e contra a PEC 55. Em alguns estados ocorrem manifestações no dia 12/12 dos servidores estaduais e precisamos unificar essas lutas e gritar Fora Temer! Fora Todos**! Abaixo o Ajuste, a PEC 55 e a Reforma da Previdência. Temos que ocupar as ruas para derrubar Michel Temer e acabar com o ajuste e a contrarreforma da Previdência!!!** E junto com ele colocar para fora Renan, Maia, Jucá, Padilha, Moreira Franco, Serra e Aécio! Fora Pezão, Sartori, Pimentel, Jatene e Alckmin! Lutando contra o arrocho e as demissões, pelo pagamento dos salários atrasados e do 13º, em defesa de educação e saúde."*
> ***-- CST (PSOL),* Ocupar as ruas: Fora Temer e fora todos!*, dezembro de 2016.***

Antes da consumação do impeachment, era puro aventureirismo chamar pela saída imediata do governo do PT, quando só quem podia derrubá-lo era a investida golpista reacionária da oposição burguesa no controle do Congresso, com o apoio do STF e o auxílio da Lava Jato/PF e da grande mídia burguesa. Mais do que isso, era flertar perigosamente com a direita mobilizada em prol do impeachment, sob pautas inteiramente reacionárias. Já o atual chamado que continua sendo feito por essas mesmas correntes, "Fora Todos!", não passa de pura fantasia e abstração diante da dificílima conjuntura que enfrentamos,

e acaba distraindo das tarefas concretas para vencer os ataques de toda a burguesia.

O chamado por uma greve geral: mas por qual caminho?

Os chamados por uma greve geral, que vem sendo feito por grupos como o **PSTU, CST/PSOL** e **LSR/PSOL**, revelam um reconhecimento de que é o poder da classe trabalhadora que precisa ser mobilizado para derrotar o governo golpista. Porém, a greve geral é um ***meio de luta***, não um elemento de programa ou fim em si mesmo. Nós somos a favor do chamado por uma greve geral quando há uma percepção sentida da classe trabalhadora da possibilidade de uma ação conjunta para atingir determinado objetivo político. A greve geral pode ser uma tática decisiva na luta pelo poder, numa conjuntura de dualidade de poderes. Ela também poderia ser usada para derrotar determinada medida do governo ou dos capitalistas contra os trabalhadores. Porém, o controle que a burocracia tem dos sindicatos torna improvável tal uso "defensivo" de uma greve geral fora de períodos de dualidade de poderes.

Tornou-se usual a convocação, com o assentimento da burocracia sindical, de "greves gerais" de um dia, como na Grécia e na França nos últimos anos. Essas paralisações não afetam decisivamente o grande capital. A trajetória das lutas de classes nesses países mostrou que tais táticas não foram capazes de derrotar os ajustes de "austeridade" (cortes de direitos trabalhistas, previdenciários, serviços públicos). Em 2013, vimos uma sombra disso com a convocação de dois "dias nacionais de luta" pelas centrais sindicais, que sequer paralisaram efetivamente a produção em muitas cidades. O chamado por uma greve geral fazia sentido naquele contexto, mas ela teria que ser organizada contra as direções burocráticas da CUT, CTB, Força Sindical e outras centrais, que se limitaram a essas paralisações fajutas de um dia – e ainda assim apenas após muita pressão e milhares de pessoas nas ruas. Vejamos como as organizações mencionadas realizam esse chamado no atual momento:

> *"As direções [das centrais sindicais, e das organizações do movimento de massas] precisam construir, desde abaixo, uma greve geral com manifestações que pare esse país e que derrote a reforma da Previdência e esse governo. Desta forma, é possível inclusive reverter a derrota que foi a aprovação da PEC. Junho de 2013 mostrou como que, com o povo na rua, é possível avançar anos em dias. Naquele momento, as manifestações não derrotaram somente o aumento das passagens, mas o próprio passe-livre chegou a ser pautado no Congresso Nacional.*
>
> *"Um amplo movimento de massas, com a classe operária à frente, parando a produção e atingindo o lucro da burguesia, pode ainda mais."*
>
> **-- *PSTU,* A aprovação da PEC 55 não vai resolver a crise do governo Temer*, dezembro de 2016.***

> *"A saída pela esquerda passa, portanto, pela unificação das lutas contra os ataques. Para isso é necessário a construção de uma greve geral pela base, já que não podemos deixar essa tarefa com as direções burocratizadas das grandes centrais. Um passo importante seria a construção de um encontro nacional para organizar e coordenar a luta, incluindo a construção de uma greve geral."*
>
> **-- *LSR (PSOL),* Construir uma saída pela esquerda*, dezembro de 2016.***

> *"Até agora as direções da CUT, UNE, MST estão na contramão das lutas. Isolam as mobilizações em calendários fragmentados e se negam a marcar a data de uma necessária greve geral. Tudo por sua vinculação com os corruptos e sua cumplicidade com o ajuste. Diante dessa crise e dos novos ataques exigimos que eles convoquem de verdade suas categorias para os atos dos próximos dias e marquem a data da greve geral nas próximas semanas."*
>
> **-- *CST,* Fora Temer! Fora Todos!*, dezembro de 2016.***

Vê-se que não há consenso entre os defensores do chamado por uma greve geral sobre a forma como ela deve ser convocada: se pela pressão sobre as burocracias sindicais, ou se pelas bases e diretamente contra essas burocracias. Mas há um consenso de que tais burocracias não desejam ver uma ampla mobilização ocorrer, mesmo diante de todos os ataques em curso. Há assim uma clara contradição, entre o reconhecimento de que faltam meios concretos para realizar uma greve geral no momento, e o chamado por uma presente na agitação cotidiana dessas organizações.

Por encararmos que faltam os elementos para uma greve geral de verdade (e não as paralisações sem-vergonha que as burocracias usam para fingir fazer algo), nós do **Reagrupamento Revolucionário** achamos que os chamados por uma greve geral nesse momento são infrutíferos, pois inteiramente abstratos. Esse chamado pode até servir para despertar os trabalhadores contra os burocratas sindicais, mas a construção de uma **frente única** entre os setores que já estão mobilizados dos trabalhadores e da juventude seria o único caminho concreto para realizar uma greve geral verdadeira para derrotar os ataques no atual momento, em oposição à falsa perspectiva de "greve geral" de 8 horas ou de 1 dia das burocracias sindicais. Reforçamos, portanto, que a prioridade número um no momento deve ser a construção de uma frente única de luta.

A necessidade de uma organização revolucionária

A confusão e o oportunismo da esquerda seguem sendo fenômenos fortes após a queda definitiva do governo. É necessário firmeza para resistir aos momentos difíceis como o atual, mas também clareza das tarefas. Muitos grupos na esquerda combinam desapercebidamente os chamados por “greve geral”, “eleições gerais” e “Fora Temer” sem discutir a relação entre elas e desses chamados com uma estratégia real e concreta de resistência contra o governo golpista. A esquerda oportunista é viciada em “manias” e “fórmulas”, sem explicar como tais tarefas podem ser realizadas ou como avançam para a tarefa principal, que é revolução socialista. Sem ela, todas as conquistas são passageiras e limitadas.

Por isso, outra necessidade importantíssima é a construção de um partido revolucionário. Um partido da classe trabalhadora, construído em suas lutas, presente em sua realidade, que discuta e aponte as tarefas concretas para enfrentar as mais diferentes conjunturas. Ao mesmo tempo, precisa levantar demandas que dialoguem com a realidade dos trabalhadores e convençam cada vez mais a nossa classe, por meio da experiência conjunta, que só a vitória de uma revolução e a construção do seu próprio Estado pode alterar significativamente nossas condições de vida.

Para a construção de um partido assim, a polêmica e a disputa no interior da esquerda é imprescindível, de forma a levar a uma clareza cada vez maior de quais programas e estratégias são adequadas e quais não são. Assim, é fundamental a denúncia implacável tanto dos ex-governistas (**PT** e **PCdoB)**, que não apresentam nenhuma alternativa concreta ao golpismo (e que na verdade continuam conciliando com ele), quanto daqueles que capitulam a ele (**PCO**). E também a denúncia dos setores da esquerda que querem uma gestão “humana” dentro do capitalismo – como as correntes majoritárias do **PSOL** e seus principais parlamentares e candidatos eleitorais.

Mas as polêmicas não podem se limitar aos que defendem abertamente a ordem capitalista. É central que ela também seja feita entre aqueles que se reivindicam revolucionários, mas que na prática sempre apostam em “saídas”, “soluções”, “demandas” presas ao capitalismo, conforme debatido nas seções anteriores – **PSTU**, **CST/PSOL**, **LSR/PSOL**, **MRT/Esquerda Diário**, **Esquerda Marxista**, **MAIS**, **NOS** e outros. Esses grupos têm muitos militantes honestos e combativos, mas sua política invariavelmente apresenta profundas vacilações e desvios de uma trajetória esperada de uma corrente revolucionária, ainda que pequena. Não há dúvidas de que mesmo uma organização revolucionária saudável vá cometer erros vez ou outra, mas não é de forma alguma esse o caso de tais organizações. O problema delas é que esses erros emanam da sua orientação geral, de forma que se repetem sistematicamente, podendo levar até mesmo a traições em um cenário no qual estejam a frente de uma luta de grande monta.

A partir de tudo o que foi dito, não é possível afirmar seriamente que as organizações que hoje se reivindicam socialistas revolucionárias desenvolvem em sua política cotidiana a perspectiva de construção de uma situação de dualidade de poderes, necessária a uma estratégia revolucionária consequente e que se expressa numa permanente educação de suas bases para não terem nenhuma confiança na institucionalidade burguesa e almejarem construírem uma alternativa própria a ela. Ao contrário, tais organizações sistematicamente cedem a diversas formas de oportunismos, que deságuam na disseminação de ilusões nas instituições da burguesia. Isso se vê na capitulação a liberais reformistas nas eleições, indo a reboque de seus programas por um capitalismo “humano e ético”. Na adaptação à rotina burocrática dos sindicatos e outros organismos representativos (como DCEs e CAs no movimento estudantil), constantemente deixando de lado a propaganda revolucionária para assegurar (re)eleições de diretoria. Nas ilusões em (falsas) saídas por dentro da institucionalidade burguesa ante problemas enfrentados pela classe trabalhadora, como a confiança na “justiça” e na polícia dos patrões, na forma de “exigências” a órgãos como o Ministério Público e STF, em pedidos de mais policiamento contra a violência – e atualmente nas ilusões democráticas em “Eleições Gerais” e “Assembleia Constituinte”. Dessa forma, as organizações que dizem lutar por uma revolução socialista acabam criando um abismo entre sua prática e suas elaborações teóricas, que ficam reduzidas a abstrações. Por isso as chamamos de ***centristas***, por constantemente vacilarem entre a defesa abstrata da revolução e oportunismos diversos que a colocam a reboque da ordem capitalista e seus “reformadores”.

É central, portanto, debater com as várias concepções na esquerda, especialmente a que se reivindica socialista revolucionária, sobre um programa de ação e uma estratégia coerente, como forma de formar uma corrente e, posteriormente, um partido revolucionário. A discussão política ampla e honesta entre as correntes da esquerda não é (ou, ao menos, não deveria ser) um impedimento para solidariedade ativa entre os lutadores, ou para organizar ações conjuntas na luta. Mais do que nunca, porém, debater as divergências torna-se fundamental para acabar com a divisão que preside na esquerda. Não acreditamos que o amálgama ou a junção das correntes de esquerda, tais como são hoje, vai apresentar um resultado positivo, seja na forma de uma fusão de diferentes programas, seja na forma de “blocos” programáticos que ponham as diferenças embaixo do tapete. Prevaleceriam os métodos e o programa oportunista que hoje são dominantes, silenciando as críticas revolucionárias e contribuindo para confusão geral.

A formação de uma organização revolucionária necessita de um programa coerente, que se sobreponha e mostre o fracasso dos programas oportunistas (reformistas ou centristas). Ao ressaltarmos as questões teóricas do Estado dos trabalhadores, da dualidade de poderes

e da frente única estamos justamente apontando os elementos fundamentais da estratégia e tática socialista revolucionária, desenvolvida ao longo de mais de um século de duras experiências dos marxistas e do conjunto do proletariado. O objetivo que pauta a existência do **Reagrupamento Revolucionário** é precisamente o de contribuir com esse processo de construção de um partido que se paute por essa estratégia, donde o nosso foco polêmico com as estratégias reformistas e centristas dos demais grupos e nossa atuação prática no sentido de propor alternativas programáticas. Para nós, a tradição que melhor incorporou essa estratégia no século XX foi o trotskismo, apesar da sua degeneração nas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Por isso, nos pautamos pelo norte de reconstrução da **Quarta Internacional** enquanto partido mundial da revolução socialista, resgatando a síntese da estratégia revolucionária que ela incorporou, contra os desvios que marcam o grosso dos grupos trotskistas atuais, junto a contribuições de organizações e grupos do pós-guerra que foram capazes de estabelecer uma continuidade revolucionária com essa estratégia, resgatando-a e também atualizando-a ante novos desafios da luta de classes (ver nosso Arquivo Histórico online para materiais dessas organizações). Ante a atual crise brasileira, apenas uma estratégia revolucionária contra os cortes e o crescimento da direita pode nos levar a vitória. Por isso o debate aqui apresentado com a esquerda socialista se faz tão necessário.

NOTAS

[1] Para uma análise e um balanço mais detalhado, ver *Por autodefesas combativas e liderança proletária nas lutas*, de junho de 2013: http://tinyurl.com/hp5nog9 e *Um Balanço das Jornadas de Lutas de 2013 e Algumas Posições na Esquerda*, de janeiro de 2014: http://tinyurl.com/j2fzm38.

[2] Para nossa intervenção nessa experiência, ver o panfleto *Por um programa anticapitalista e luta proletária independente dos burocratas!*, de julho de 2013: http://tinyurl.com/zzx2ghg.

[3] Para nossa intervenção nessa luta, ver nosso *Panfleto sobre a luta dos trabalhadores estaduais*, de fevereiro de 2016: http://tinyurl.com/glrp4k6.

[4] Ver *Impulsionar a Frente de Esquerda Socialista. Um convite à construção de uma nova organização socialista* (NOS), de abril de 2016: http://tinyurl.com/jc7dha9. E *Frente de Esquerda Socialista X Frente Ampla* (MAIS), de 30 de novembro de 2016: http://tinyurl.com/j23gtb7.

[5] Ver *Após o impeachment, quais as perspectivas?* (EM), de setembro de 2016: http://tinyurl.com/jbuzu92. E *Crise sem fim, as saídas deles e a nossa* (MRT), de dezembro de 2016: http://tinyurl.com/z3nmt9f.

[6] Ver *Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles!* (PSTU), de 3 de dezembro de 2015: http://tinyurl.com/zha6hxj. E *Fora Todos! Fora Dilma, Cunha, Renan e Aécio! Lula e Dilma devem ser investigados e punidos!* (CST), de 4 de março de 2016: http://tinyurl.com/zfmc83v.



LSR/CIT: centristas a serviço de Bernie Sanders

Contra todos os candidatos capitalistas, por um partido da classe trabalhadora nos EUA!

Por Icaro Kaleb, agosto de 2016.


Site do Socialist Alternative

Kshama Sawant, importante figura pública da CIT, abraçada com Sanders

[*O presente artigo começou a ser escrito quando as primárias ainda ocorriam. Portanto, não aborda posições mais recentes da LSR / CIT. Mas cabe ressaltar que não foi feita nenhuma autocrítica das posições aqui debatidas.*]

As primárias para as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos chegaram ao fim. Pelo Partido Republicano foi escolhido Donald Trump, um figurão bilionário e estrela do reality-show empresarial "O Aprendiz". Ele não faz questão de esconder seus preconceitos contra latinos, muçulmanos e tampouco seu machismo. Ao contrário, essas características repulsivas são habilmente manipuladas como atrativos para uma base de apoiadores reacionários, que tem feito algumas manifestações em seu apoio. Apesar de um receio de "instabilidade" por parte de setores do Partido Republicano devido a seu estilo tão abertamente reacionário e provocador, Trump é mais um candidato do grande capital e, apesar do seu grau de independência – ele pode, por exemplo, financiar sua própria campanha sem depender de doações milionárias de outros capitalistas – não terá problemas em se ajustar aos interesses da grande burguesia caso seja eleito.

O mesmo pode se dizer de Hillary Clinton, ex-Primeira Dama e ex-Secretária de Estado, que foi a escolhida pelo Partido Democrata. De todos os pré-candidatos, Clinton é a que contou com a maior confiança de Wall Street e do grande capital americano, por sua ficha corrida de serviços prestados. Tenta apresentar uma fachada mais progressista, mas tem apoiado acriticamente o atual governo – o que inclui a manutenção da política de "lamentar" pelos crimes racistas cometidos pela polícia sem que nenhuma mudança seja feita, a continuidade da situação de instabilidade e superexploração de milhões de imigrantes ilegais, o prosseguimento das intervenções armadas mundo afora, incluindo na Síria.

O principal adversário de Clinton nas primárias democratas foi Bernie Sanders que, sem dúvida, representou algo de diferente nessa disputa. Sanders se intitula um "socialista" e organizou sua campanha apenas em torno de doações pequenas, sem financiamento empresarial. Ele contou com amplo apoio de setores da juventude que rejeitam o machismo, racismo e homofobia que imperam na sociedade, além de serem críticos aos males gerados pelo sistema capitalista. Sanders usou como um de seus carros-chefes contra Clinton a sua oposição, na época, à guerra do Iraque e a defesa de um sistema de saúde e de educação públicos, os quais Clinton não defende. Sua campanha venceu em vários estados nas primárias do Partido Democrata. O que esse fenômeno demonstra é a abertura de setores da juventude a ideias que fogem da típica polarização de liberais/conservadores, que geralmente encarna a disputa entre os Partidos Democrata e Republicano. No contexto que se segue a grandes movimentos contra o racismo após repetidos assassinatos cometidos pela polícia e por "vigilantes" contra os negros, diante de uma percepção clara, após anos de crise econômica, de que o capitalismo "não está funcionando", isso mostra que há perspectivas possíveis para a classe trabalhadora começar a construção de um partido revolucionário. Mas qual é a relação disso com

Sanders e sua campanha?

Nós do **Reagrupamento Revolucionário** encaramos que, apesar de propostas progressivas defendidas por Sanders, como de aumento do salário-mínimo para $15 por hora, saúde e educação públicos, taxação maior dos ricos etc., sua campanha defendia a manutenção do sistema socioeconômico que é contrário a todas essas perspectivas e a antítese da igualdade social e fim das opressões, que é o capitalismo. O próprio Sanders gosta de deixar claro que o seu "socialismo" nada mais é que o modelo de capitalismo de certos países europeus. Embora seja possível, como resultado de grandes lutas da classe trabalhadora, realizar no capitalismo algumas das reformas que ele propagandeia, a manutenção do poder pela burguesia garante que os capitalistas serão capazes de usar a sua posição social para reverter essas conquistas importantes. Isso por si só já é motivo suficiente para não ter qualquer ilusão em seu projeto político e alertar seus apoiadores progressistas do beco sem saída que é a tentativa de "humanizar" o capitalismo.

Mas Sanders não é apenas um "progressista" com apoio popular. Sua campanha era por um dos dois partidos do grande capital imperialista americano e buscava recrutar tal apoio popular para dito partido, com o qual é comprometido em vários aspectos políticos que de progressistas não tem nada. Ele sempre foi um seguidor do Partido Democrata em todas as questões importantes enquanto foi senador, embora tenha sido eleito como independente. Assim, apesar de ter sido contra a guerra do Iraque, apoiou muitas outras guerras de rapina do maior exército imperialista do mundo, desde os bombardeios na Sérvia no fim dos anos 1990 e a ocupação do Afeganistão em 2001, assim como as ações do governo Obama na Líbia e na Síria, mais recentemente. A certa altura das primárias, inclusive, deixou claro que apoiaria a candidatura de Hillary Clinton caso ela fosse escolhida a candidata do partido – apoio esse reafirmado ao final das primárias – o que demonstra seu compromisso com o partido.

Por isso nós nos opomos firmemente a candidaturas capitalistas, mesmo aquelas com ares supostamente "progressistas" como a de Sanders. Assim como defendeu a Internacional Comunista de Lenin e Trotsky, acreditamos que os trabalhadores não podem mudar a sua situação subalterna por meio das eleições burguesas. O interesse dos revolucionários nelas é aproveitar a atenção que muitas vezes os trabalhadores dão a esses processos para denunciar a falsa "democracia" capitalista assentada em desigualdade entre explorados e exploradores, incluindo todos os candidatos do capital. Os revolucionários não devem ter expectativa de transformar o sistema capitalista ou seu Estado "por dentro". Por mais que às vezes seja interessante aplicar a tática de "voto crítico" em uma candidatura comprometida com pautas da classe trabalhadora e que tenha independência em relação aos patrões e seus partidos, como uma forma de difundir essas pautas e também expor as limitações dos projetos reformistas e centristas, não era esse o caso com Sanders. Apoiar sua candidatura pelo Partido Democrata – cabe frisar, um dos dois partidos do grande capital imperialista – seria ajudar a submeter os setores da juventude e da classe trabalhadora a esse que, com frequência, é adequadamente chamado de "cemitério dos movimentos sociais", pelo seu papel histórico de ter submetido à ordem capitalista movimentos de massas contestadores e potencialmente perigosos ao grande capital, como o movimento sindical (anos 1930), o movimento pelos direitos civis dos negros (anos 1960), o movimento anti-guerra (anos 2000) e tantos outros.

Além disso, caso fosse vitorioso, Sanders iria muito provavelmente rejeitar suas promessas progressistas de campanha, ou modificá-las ao gosto dos grandes capitalistas. Ele sempre deixa claro que seu projeto não está pelo fim dos "1%" mais ricos e tudo o que representam, mas que quer apenas "diminuir o seu poder", o que, na verdade, não é possível enquanto eles detiverem o controle real na sociedade por meio da propriedade dos meios de produção, dos bancos, da burocracia de Estado, das polícias e forças armadas etc. Não há absolutamente nada sobre sua campanha que permita outra postura dos comunistas revolucionários que não seja a denúncia, alertando que a conquista de algumas das reformas propagadas por ele só podem ser obtidas por meio das lutas de massas. Mas essas mesmas conquistas só podem ser garantidas definitivamente com a obtenção do poder político pelos próprios trabalhadores. Mais do que nunca, agora que a classe trabalhadora americana está sensível a propostas mais radicais, é preciso romper com o Partido Democrata e construir um partido da classe trabalhadora, que lute pelos seus interesses imediatos e históricos: um socialismo muito diferente do "socialismo" capitalista de Sanders.

O **Socialist Alternative (SA)**, seção americana do **CIT** (Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores, CWI na sigla em inglês), uma organização que se reivindica trotskista, se destacou como um dos grupos que fez campanha mais entusiasta por Bernie Sanders. Organizaram um "Movimento por Bernie" com o propósito de apoiar sua nomeação e declararam que, caso não a conseguissem, defenderiam que lançasse sua campanha assim mesmo, de forma independente, transformando-a em uma campanha por um "partido dos 99%". Com isso, o SA / CIT prestou um completo desserviço à luta para construir um partido revolucionário dos trabalhadores nos Estados Unidos, pois ajudou a expandir o apoio da juventude e dos trabalhadores ao projeto enganoso de Sanders. Ajudou, portanto, a levar para um beco sem saída muitos jovens militantes que poderiam contribuir para a formação de uma vanguarda da classe trabalhadora americana. É claro que, ao fazer isso, o SA / CIT se revestiu de vários "argumentos" para se justificar diante daqueles que sabem da seriedade do que estava fazendo.

Sanders e o Socialist Alternative

A **LSR/PSOL**, seção do CIT no Brasil, publicou uma polêmica em resposta a críticas que recebeu do PSTU,

tentando defender sua integridade como organização revolucionária ([Os Socialistas e a Campanha de Bernie Sanders – um debate com o PSTU](), de 4 de março de 2016). A não ser que indicado o contrário, as citações utilizadas aqui foram retiradas desse artigo.

A LSR afirma que há duas possíveis armadilhas para a esquerda diante da campanha de Sanders. A primeira seria "uma postura acrítica e oportunista, sem criticar os erros de Sanders, alguns até tendo ilusões na possibilidade de girar o próprio Partido Democrata à esquerda". Depois afirma que "O Socialist Alternative nunca escondeu seus desacordos com Bernie Sanders". Segue-se a isso uma enumeração de certas críticas a ele, algumas muito parecidas com as que nós próprios fazemos, como a falsidade do seu "socialismo". O SA / CIT fala que na política externa, Sanders "tem adotado posições ***mais complicadas e mesmo equivocadas***" (nossa ênfase). Como nós chamamos as coisas pelo seu nome, dizemos que Sanders é um defensor da ação criminosa do imperialismo americano.

Mas será mesmo que o SA / CIT "nunca escondeu seus desacordos com Bernie Sanders"? Nos Estados Unidos, o SA / CIT tem uma vereadora eleita pela cidade de Seattle, Kshama Sawant, que tem usado sua popularidade para organizar várias manifestações do "Movimento por Bernie", impulsionado pela sua organização. Uma dessas atividades foi uma recepção a Sanders nas primárias do estado de Washington, na cidade de Seattle. O discurso de apresentação de Sanders foi feito pela própria Sawant. Nesse discurso, lemos:

> "Seattle, vocês estão prontos para uma revolução política? Vocês estão prontos para receber Bernie Sanders na primeira grande cidade que conquistou os 15 dólares/hora de salário-mínimo? […] É disso que se trata o socialismo democrático: colocar as pessoas e o planeta acima dos lucros! Precisamos de um presidente que lute pelo povo trabalhador, pelos sindicatos e pelos imigrantes. Nós NÃO precisamos de uma presidente que tenha recebido milhões dos bancos de Wall Street! Por que como Bernie diz, o Congresso não regula Wall Street, Wall Street controla o Congresso. Grandes corporações financiam e controlam esses partidos políticos. Eu concordo com Bernie, nós precisamos pensar grande e fora da caixa […]. Eu quero estar com Bernie até novembro [data das eleições gerais], e vocês? Precisamos construir uma revolução que possa realmente tomar nosso país das mãos dos bilionários e o ponha nas mãos do povo trabalhador".
> **– *Video: Socialist Kshma Sawant speaks at Bernie Sanders's mass rally*, 27 de março de 2016.**

Nesse discurso, assim como em toda a sequência de declarações entusiastas de apoio a Sanders do "Movimento por Bernie", nenhuma crítica a ele foi colocada. Ninguém encontrará nesse discurso uma só linha crítica a Bernie Sanders. Ao contrário, o SA / CIT parece fazer um amálgama entre os interesses dos trabalhadores, como uma revolução para "tomar o país das mãos dos bilionários" e a sua candidatura, que claramente não representava isso. Será que em momentos como esse, quando se encontrava diante de multidões de jovens e trabalhadores, não seria importante que os pretensos revolucionários do SA / CIT criticassem a falsidade do "socialismo" de Sanders, denunciassem seu silêncio e apoio velado ao governo Obama, seu apoio às intervenções imperialistas dos EUA e sua disposição declarada de votar em Hillary Clinton caso não ganhe as primárias? Será que com essas características, Sanders poderia ser "um presidente que lute pelo povo trabalhador"? Nada disso, é óbvio, está presente nos mais importantes discursos de Sawant ou declarações do SA / CIT.

A afirmação feita pela LSR de que "não esconde as críticas a Sanders" enquanto o apoia é uma mentira deslavada. Não passa de uma tentativa de se blindar de críticas pela esquerda dos que percebem a sua capitulação descarada à candidatura de Sanders. O máximo que faz o SA / CIT é divulgar críticas muito brandas (onde as traições e oportunismos de Sanders são chamados de "equívocos") em textos de menor circulação, como é o caso do que citamos. Nas suas declarações públicas, discursos para as massas, panfletos e outros textos de maior circulação, essas críticas são completamente "esquecidas".

Sanders e a luta por um partido dos trabalhadores nos EUA

O texto da LSR diz que "O Socialist Alternative vem desde o início colocando abertamente sua posição: defendemos a construção de um novo partido dos trabalhadores, um partido que defenda os 99%". Mas existe aí uma contradição, já que ao mesmo tempo em que diz defender essa perspectiva, estava apoiando um candidato interno do Partido Democrata, um dos partidos da burguesia imperialista (do "1%", por assim dizer). O SA / CIT defendeu que Sanders rompesse com os democratas e que impulsionasse a campanha por um partido político independente, mas também declarou que apoiaria sua campanha se ela fosse lançada pelo Partido Verde dos Estados Unidos, que também não é um partido da classe trabalhadora e cumpre o papel de atrair parte da população que é crítica aos dois grandes partidos burgueses:

> "Temos que reconhecer os riscos com a campanha de Sanders. O Socialist Alternative defendeu desde o começo que Sanders deveria ter lançado sua candidatura como independente, para não gerar ilusões nos democratas, que é um partido da classe dominante dos EUA. Uma campanha independente de Sanders, ou através de alguma formação radical menor, como o Partido Verde, seria um passo importante para a construção de uma alternativa dos trabalhadores. Mas diante do fato consumado, com o lançamento da campanha de Sanders, os socialistas tinham que tomar uma

posição. A posição do Socialist Alternative foi que a campanha de Sanders atrairia um grande apoio, especialmente da juventude, onde uma maioria diz preferir 'socialismo' ao 'capitalismo', é claro que ainda com grandes confusões sobre o que seria o 'socialismo'."

Mas apesar de reconhecer a contradição entre defender a criação de um partido da classe trabalhadora, que não existe nos Estados Unidos, e apoiar um candidato de um partido da burguesia, isso não impediu o SA / CIT de lançar seu movimento de apoio a Sanders, porque este "atraiu um grande apoio". Mas não se pode falar seriamente de romper com o Partido Democrata enquanto se apoia a candidatura Democrata de Bernie. Em cada edição do seu jornal, o SA / CIT defende "romper com os dois partidos do grande capital". Mas nos últimos meses, apoiou um candidato de um desses partidos.

Além disso, há a questão do apoio a Sanders independente de qual fosse a sua filiação partidária (Partido Democrata, Partido Verde, independente). A mudança dessas afiliações não mudaria as posições dúbias, pró-imperialistas, de colaboração de classes de Sanders, nem o seu "socialismo" capitalista. O apoio a Sanders, independente do partido pelo qual se lançasse, ou sem partido, constituiria uma capitulação. Que o SA / CIT tenha seguido com essa política mesmo diante do fato de que Sanders escolheu o Partido Democrata é sintomático de quão longe estava disposto a ir.

O SA / CIT está agora apoiando a candidata do Partido Verde, Jill Stein, ao mesmo tempo em que pressiona Sanders para concorrer como independente e começar a construção de um novo partido "dos 99%".

"É por isso que o Socialist Alternative está chamando Bernie a continuar concorrendo até novembro como independente se ele for impedido pelo processo viciado de primárias. Perdendo ou ganhando nas eleições gerais, uma campanha independente de Sanders poderia ganhar milhões de votos e estabelecer as bases para um novo partido dos 99%. Por outro lado, se apesar de todos os truques sujos contra ele, Sanders permanecer leal ao Partido Democrata e apoiar Hillary Clinton nas eleições gerais, isso significaria a desmoralização e desorganização do nosso movimento."

"Ainda há tempo para Sanders concorrer como independente ou faz um chamado a Jill Stein e ao Partido Verde para se unirem à sua candidatura. Enquanto os verdes têm permanecido alheios à campanha de Sanders, Stein tem indicado repetidamente que está aberta a colaborar com Bernie se ele romper com os Democratas."

— *Time to launch a new Party for the 99%*, 28 de abril de 2016.

(Como comentário à parte, podemos dizer que até o Partido Verde, que sequer é um partido que se reivindica marxista ou revolucionário, teve mais princípios do que o SA / CIT e condicionou o seu apoio a Sanders a uma ruptura prévia dele com o Partido Democrata.)

O SA / CIT relaciona diretamente a campanha de Sanders com um chamado para que ele impulsione um partido político. Os trotskistas chamam pela construção de um forte partido da classe trabalhadora como forma de se contrapor aos partidos da classe dominante. Queremos que o partido da classe trabalhadora pelo qual lutamos assuma um programa revolucionário, que represente não apenas os interesses imediatos dos trabalhadores e defenda melhorias das suas condições de vida no capitalismo, mas represente também a luta histórica pelo socialismo. Se surgisse um movimento por um partido operário, por exemplo, os trotskistas participariam lutando pelo seu próprio programa contra quaisquer variantes de reformismo ou centrismo que se apresentassem. Isso foi muito bem explicado por Trotsky em seus escritos sobre a demanda por um partido dos trabalhadores nos EUA, quando havia um movimento para a sua criação nos anos 1930:

"Seria absurdo dizer que nós defendemos um partido reformista. Nós podemos dizer aos líderes da LNPL [Liga Trabalhista Não-Partidária, movimento político ligado à federação sindical CIO – Congresso das Organizações Industriais]: 'Vocês estão fazendo desse movimento um puro apêndice oportunista para os Democratas'. É uma questão de exposição pedagógica. Como poderíamos nós defender a criação de um partido reformista? Nós dizemos: vocês não podem alcançar seus objetivos com um partido reformista, mas apenas com um partido revolucionário. Os stalinistas e liberais querem fazer desse movimento um partido reformista, mas nós temos nosso programa, queremos fazer dele revolucionário. […] Eu não vou dizer que o partido operário só pode ser um partido revolucionário, mas nós faremos de tudo para tornar isso possível. Em cada reunião, eu vou dizer: Eu sou o representante do SWP [seção americana da Quarta Internacional]. Eu considero-o o único partido revolucionário. Mas eu não sou um sectário. Vocês estão agora tentando criar um grande partido dos trabalhadores. Eu vou ajudá-los, mas eu proponho que vocês considerem um programa para esse partido. Eu faço tais e tais propostas. Eu começaria assim. Sob essas condições, isso seria um grande passo à frente. Por que não dizer abertamente as coisas? Sem nenhuma camuflagem, sem qualquer diplomacia."

— Leon Trotsky, *On the Labor Party Question in the United States*, abril-junho de 1938.

Ao chamar por um "partido dos 99%" com base na campanha de Sanders, o SA / CIT está conferindo autoridade ao programa dessa candidatura, em vez de denunciar que ele não pode servir aos trabalhadores. Além

disso, a confiança depositada em Sanders chega ao ponto de afirmar que se ele apoiar Clinton nas eleições gerais, isso significaria "a desmoralização e desorganização do nosso movimento". Não deveriam os revolucionários se antecipar, e dizer aos trabalhadores que não devem contar com Sanders para construir um partido que defenda seus interesses? E mais, não deveriam alertar que o programa de sua candidatura *definitivamente* não pode servir aos mesmos? Há mais do que "limitações" ou "equívocos" em Bernie: sua perspectiva é burguesa, de realizar algumas reformas no capitalismo, mas manter a burguesia como classe dominante explorando os trabalhadores e impondo o controle do imperialismo americano pelo mundo. A defesa feita pelo SA / CIT de um partido com base na política de Sanders atrapalha, em vez de ajudar, a luta por um partido da classe trabalhadora.

Um partido "dos 99%" organizado ao redor da campanha de Sanders muito provavelmente não seria um partido que falaria em nome da classe trabalhadora ou do socialismo. Mas mesmo nessa hipótese, o SA / CIT estaria desde já colocando essa demanda a serviço do programa reformista-burguês. No caso bastante improvável de que isso acontecesse e Sanders decidisse lançar um partido que apelasse aos trabalhadores, o SA / CIT estaria ajudando-o a fortalecer sua posição enganosa.

Algo de novo sobre Sanders?

Os seguintes trechos da mencionada polêmica da LSR/PSOL com o PSTU são ilustrativos da coleção de erros e contradições da política do CIT, de como ela é fruto, ao mesmo tempo, de falsas expectativas em Sanders e cinismo para fingir que não vê as suas posições traiçoeiras.

> "O apoio a Sanders reflete uma situação nova. Existe uma crítica profunda aos poderosos nos EUA, baseada na crise econômica e a fraca recuperação que trouxe aumento de renda para os ricos. A postura do PSTU, e outros da esquerda, é que nada mudou. Sanders é mais uma figura entre outras da esquerda dos democratas que já vimos antes, tem uma trajetória que vai 'claramente da esquerda para a direita' e vai ser domesticado como os candidatos de esquerda anteriores.
>
> "Lições históricas são importantes, mas não substituem uma análise concreta da situação. Se adotamos uma postura de que a história sempre vai se repetir, corremos o risco de ter revolucionários que se tornam conservadores. […]
>
> "Por que o Sanders seria diferente? Por que a situação é diferente. O apoio ao modelo capitalista está em crise e Sanders pode se dizer 'socialista' e defender uma 'revolução política' e isso é algo atrativo, não um obstáculo para obter apoio, especialmente na juventude. […]
>
> "A direção do partido democrata está ficando nervosa com a candidatura de Sanders. Quando ele lançou sua campanha, Clinton estava anos-luz à frente. A candidatura dele não era vista como um problema, pelo contrário, ajudaria a mobilizar para as primárias e avaliavam que ele no final iria apoiar a candidata majoritária, como ele sempre fez. De fato, ele declarou desde o início que iria apoiar Clinton se perdesse as primárias. […]
>
> "O fato é que ele agora é visto como uma verdadeira ameaça e tem uma alta popularidade na população em geral […]. Essa contradição vai crescer para quem apoia Sanders. Vai ficar cada vez mais claro que sua vitória só é possível derrotando o aparato partidário, que faz parte da mesma estrutura de poder que ele mesmo tanto critica. Uma camada importante não vai aceitar apoiar Hillary Clinton e estará aberta a romper com o partido, mesmo se Sanders apoiar Clinton."


Reuters

Sanders declara apoio a Hillary após perder nas primárias: uma amostra cabal do seu compromisso com a ordem burguesa.

O CIT afirma que o apoio da juventude a Sanders representa uma "situação nova" em razão da crise do capitalismo. Mas o próprio SA / CIT reconhece em outros momentos, apesar de suas meias palavras, que Sanders é uma variante desse mesmo sistema capitalista (não à toa, fala do seu "socialismo" entre aspas). Isso não impede, é claro, que o SA / CIT o apoie de forma entusiasta. Em seguida, o trecho aponta que quando Bernie se diz "socialista" e fala em "revolução política", atrai o apoio da juventude, e isso mostra a "novidade" da situação, pois a juventude recebe bem a esses termos. Mas ora, não é precisamente porque existe essa recepção positiva que seria mais necessário mostrar a falsidade com que Sanders se apropria dessas palavras? Que essas ideias angariem popularidade, de forma alguma prova que a campanha de Sanders represente uma perspectiva "nova" (que impediria sua colaboração com os Democratas).

Em seguida, temos o reconhecimento de que Sanders "declarou desde o início que iria apoiar Clinton se perdesse as primárias". Será, então, que ele é uma "ameaça" tão grande assim ao Partido Democrata? Esse dado por si só não prova que Sanders "tem uma trajetória que vai 'claramente da esquerda para a direita' e vai ser domesticado como os candidatos de esquerda anteriores"? (coisa que o SA / CIT afirma que não acontecerá). Para nós isso parece evidente. Aqui, o SA / CIT está claramente

ignorando “uma análise concreta da situação”.

Por fim, a última parte do trecho destacado aponta que Sanders não pode vencer se apoiando na estrutura do Partido Democrata, “que ele tanto critica” (mas, aparentemente nem tanto). Diz então que um setor dos que apoiam Sanders não apoiará Clinton, mesmo que Sanders a apoie. Não seria benéfico para os trabalhadores que os revolucionários desde o início denunciassem amplamente o apoio que Sanders havia prometido dar a Clinton caso perdesse? Denúncia essa, como vimos há pouco, que o SA / CIT não fez durante as primárias? O quanto a autoridade do marxismo seria reforçada entre esse setor mais radical se os revolucionários previssem desde antes que Sanders se adaptaria completamente à máquina do Partido Democrata a ponto de apoiar a “candidata de Wall Street”, Hillary Clinton? Isso é uma forma tremenda de mostrar que, afinal de contas, Sanders não é assim tão contra a “classe bilionária” e o “establishment”. Mas o SA / CIT preferiu negar que Sanders seja “mais uma figura entre outras da esquerda dos democratas que já vimos antes”. Nada mais falso.

Certamente há algo de “novo” em Sanders aos olhos de toda uma geração de jovens e trabalhadores, para não mencionar alguns mais velhos que não fizeram nenhuma experiência com candidatos que tem uma postura de aparente crítica ao capitalismo. É evidente que Sanders representa, para muitos, algo de “novo” na política americana. Mas para os marxistas, a retórica cheia de contradições, a falsidade do reformismo de Sanders não significa nada de novo. Os revolucionários deveriam servir como alertas para esses outros trabalhadores. Em vez disso, os dirigentes do SA / CIT endossaram a confiança deles em Sanders.

Um dos argumentos preferidos do CIT, sempre que questionado, é acusar de sectários todos os que não embarcaram na sua capitulação de apoiar Sanders. Como eles disseram: “Simplesmente dizer que os apoiadores de Sanders estão apoiando o ‘inimigo’, fecharia qualquer diálogo com centenas de milhares de jovens radicalizados, que estão abertos a discutir o que é socialismo e como chegar lá.” Certamente, um espantalho como esse é fácil de atacar. Estava claro que Sanders não era um candidato “tradicional”, tanto por seu discurso contra a “classe dos bilionários” quanto por se reivindicar um “socialista”. Os revolucionários devem se aproveitar disso, questionando a contradição entre esses elementos do seu discurso e os meios que ele propõe para realizá-los, suas posições pró-capitalistas, suas posições reacionárias etc. Mas o SA / CIT afirma que, para abrir diálogo com esse setor da juventude, seria necessário se iludir sobre o significado da campanha de Sanders:

> “Alguns grupos na extrema esquerda não tem feito nada além de denunciar Sanders, sem perceber as oportunidades inerentes na situação, com milhões de jovens e trabalhadores recentemente radicalizados.”
>
> **– *Sanders and the left: what is the role of Socialists?*, 1o de março de 2016.**

É precisamente porque havia um setor da juventude que encarava Sanders como parte de um processo de rejeição ao sistema e aos partidos capitalistas, que os revolucionários deveriam ser mais diretos e honestos sobre a sua campanha, e criticar duramente todos os seus compromissos com o capitalismo e com o Partido Democrata em particular. Isso não significa tratar os jovens e trabalhadores que apoiavam Sanders como “inimigos”. Não há razões que impedissem um diálogo com os apoiadores honestos de Sanders, que viam sua candidatura como uma expressão progressiva. Mas isso deveria ser feito para convencer tais apoiadores da sua contradição, não de seguir apoiando-o, como fez o CIT. Se muitos desses companheiros seguissem com Sanders, os revolucionários deveriam explicar que discordam, mas que esperam que esses companheiros percebam eventualmente a justeza da política marxista. Mas se o SA / CIT tem medo de ser temporariamente impopular, o que vai construir não é um partido revolucionário da classe trabalhadora, mas um partido que segue na onda de qualquer saída burguesa que tenha suficiente popularidade. Torna-se a retaguarda da classe trabalhadora, não sua vanguarda.

A tática de disputa dos apoiadores honestos de Sanders *contra* a política de Sanders é um elemento que depende de dizer qual é o verdadeiro significado da sua campanha. Em nenhum momento o SA / CIT se coloca como um concorrente de Sanders pelo apoio desses jovens e trabalhadores (e como poderia?). “Estar com as massas”, como a LSR/PSOL reivindica que os revolucionários devem fazer, tem um significado positivo quando quer dizer estar na linha de frente das lutas dos trabalhadores e dos oprimidos, chamando-os a construir um programa e um partido revolucionário anticapitalista. Mas essa frase “estar com as massas” assume um conteúdo oportunista quando implica aceitar as ideias retrógradas ou reformistas que existem entre os trabalhadores sob o capitalismo. As boas intenções dos apoiadores não podiam mudar o conteúdo da candidatura de Bernie Sanders. Essa contradição só poderia ser resolvida por meio de um rompimento com o seu programa, coisa que o SA / CIT fez de tudo para impedir, em vez de facilitar.

CIT, as “novas formações” e a revolução socialista

Feitas essas críticas, cabe questionar qual a raiz do apoio dos supostos trotskistas do CIT a Sanders, uma vez que trotskismo historicamente significou a antítese de todo e qualquer projeto de colaboração de classes – e, conforme visto, Sanders não só representa um projeto desses, mas ainda de preservação da supremacia do imperialismo norte-americano sobre o resto do globo. O seguinte trecho da mencionada polêmica da LSR/PSOL é revelador a esse respeito:

> “Hoje existe um processo que é internacional de

reconstrução de ferramentas políticas da classe trabalhadora, para substituir aquelas que perdemos após a queda do stalinismo no começo dos anos 1990, o que inclui o PT. O neoliberalismo perdeu o brilho dos anos 1990, quando dominava o cenário político, mas o processo de reconstrução da esquerda tem sido complicado e tortuoso. Partidos novos surgiram, como Die Linke na Alemanha, Bloco de Esquerda no Portugal, Syriza na Grécia, Podemos na Espanha, ou até mesmo o PSOL no Brasil. O processo passou também por figuras como Hugo Chávez ou Evo Morales. São processos que expressam a busca de uma nova esquerda radical, mas que traz muito elementos dos erros da esquerda antiga: reformismo com mudanças só por dentro do sistema, oportunismo eleitoral (com rebaixamento do programa, alianças com partidos da burguesia, etc.), vacilação nos momentos decisivos diante da mobilização da classe trabalhadora que não leva a luta a uma ruptura com o sistema, etc. etc. É um processo cheio de conflitos e contradições […]. Temos que entender esses fenômenos como parte de um processo, uma luta entre forças vivas […].”

Há algo de muito errado na definição feita pela LSR / CIT dos partidos e líderes burgueses ou reformistas como “ferramentas políticas da classe trabalhadora”. A começar pelos partidos que “perdemos” (?) com a queda do stalinismo. Não negamos que esses partidos tivessem, em alguns casos, influência de massas entre os trabalhadores. Mas eram agências contrarrevolucionárias no seu interior. As “novas formações” não são diferentes. Chávez, apesar das nacionalizações de certas indústrias (medida que deveria ser defendida e estendida pelos trabalhadores) e conflitos com o imperialismo americano, sempre fez de tudo para impedir um questionamento ao capitalismo e a emergência de um movimento independente e democrático do proletariado. Em menor escala, já que nunca chegaram a ter a mesma influência, o mesmo pode ser dito do Bloco de Esquerda português ou do PSOL brasileiro. A própria experiência do CIT dentro desses partidos mostra isso, já que é obrigado a reconhecer suas posições como “reformismo com mudanças só por dentro do sistema, oportunismo eleitoral, vacilação nos momentos decisivos diante da mobilização da classe trabalhadora”.

O problema com o CIT é que ele insiste em apresentar sempre uma outra cara: de falar nessas formações como expressões de um processo progressivo. Certamente todos esses fenômenos surgem de um processo de questionamento de setores da classe trabalhadora ao sistema capitalista. Mas isso não significa que, a partir disso, a consolidação de um partido ou movimento burguês/reformista seja algo progressivo. Ao contrário, é um desvio. É uma forma de impedir que esses setores que se radicalizaram possam chegar a conclusões revolucionárias, assim como fez a candidatura de Sanders com a juventude americana. É essa distinção fundamental que o CIT quer ignorar. É verdade que todo processo político envolve “conflitos e contradições” e é uma “luta entre forças vivas”. Mas o CIT precisa decidir de que lado fica dessa contradição e dessa luta: do lado que expõe abertamente as traições e oportunismos de alguns líderes e partidos, para que os trabalhadores rompam com seu programa reformista-burguês; ou do lado dos que preferem ignorar isso para “apoiar” um processo que é, na realidade, uma maneira de conter as aspirações dos setores da classe trabalhadoras que nele se envolvem. Em todos esses casos antigos e recentes, a postura do CIT tem sido a segunda. Vejamos o caso do Syriza, na Grécia, por exemplo. O CIT afirma que:

> “[…] o partido foi visto como uma ferramenta para tentar uma saída política e ganhou as eleições em 2015. O seu líder Tsipras poderia ter sido empurrado a ir além do que planejava, e com o referendo em julho abriu a brecha que o povo grego queria para dar o troco na classe dominante na Europa, com a grande vitória do ‘não’ ao acordo que impunha mais um pacote de austeridade contra o povo grego. Diante da tarefa e o mandato histórico do povo, Tsipras recuou. Foi uma batalha e derrota importante para classe trabalhadora, que vai trazer lições importantes, como a derrota da primeira Revolução Russa de 1905-06.”

Acontece que Tsipras não poderia “ter sido empurrado a ir além do que planejava” pois estava à frente de um governo de coalizão com a burguesia. Toda a sua trajetória e seus laços, suas posições, o prendiam ao Estado burguês. Foi isso que os revolucionários disseram na época, ao contrário do CIT, que nutriu ilusões com a possibilidade de que Tsipras cumprisse um papel progressivo. A afirmação de que a derrota da Revolução Russa de 1905-06 trouxe lições é verdadeira, mas aparentemente não ensinou nada para o CIT. O que mostrou essa revolução, segundo um de seus maiores intérpretes (Trotsky), é que nem sequer para transformações democráticas radicais a burguesia serve. Só do proletariado dependem as transformações socialistas e democráticas sérias, e mesmo reformas mais profundas. Ao sustentar que Tsipras, Sanders, Chávez etc. podem ser “empurrados” para posições importantes que sejam do interesse da classe trabalhadora, o CIT ignora as lições da Revolução Russa de 1905 e de todas as outras revoluções subsequentes. O que sempre foi necessário, em vez de esperar que eles pudessem ser “empurrados”, era criar alternativas a esses demagogos. E isso só pode ser feito denunciando amplamente seus oportunismos e suas intenções.

Em todos os casos recentes de “ressurgimento” de alguma tendência reformista-burguesa diante da crise do capitalismo, é preciso, sem dúvida, estar na luta de classes com os trabalhadores que acreditam nessas saídas, ouvi-los, dialogar com eles, apontar seus erros, prever a trajetória dos partidos ou líderes traidores. Isso tudo com o objetivo de facilitar a chegada desses trabalhadores a posições

revolucionárias, e não "apoiar" as "novas formações" que buscam, na realidade, domar o seu espírito de revolta contra as injustiças do capitalismo.

A afirmação mais nociva feita pelo CIT é de que "A postura de Lenin e Trotsky na Revolução Russa foi muito mais rica e cheia de nuances e levou ao crescimento do partido bolchevique de 8 mil em fevereiro a superar 200 mil em outubro", implicando que eles agiram diferente de denunciar inflexivelmente os enganadores da burguesia e os reformistas que se subordinavam a eles. Mas lembremos a postura de Lenin ao chegar na Rússia diante daquele governo burguês que fazia tantas promessas e mesmo algumas reformas democráticas:

> "Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramento, em vez da 'exigência' inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas, *deixe* de ser imperialista."
> "Reconhecer o fato de que, na maior parte dos Sovietes de deputados operários, o nosso partido está em minoria, e, de momento, numa minoria reduzida, diante do *bloco de todos* os elementos oportunistas pequeno-burgueses, sujeitos à influência da burguesia e que levam a sua influência para o seio do proletariado, desde os Socialistas Populares e os Socialistas Revolucionários até o CO [menchevique]."
> **– Vladimir Lenin, *Teses de Abril*, 1917:**

O crescimento do Partido Bolchevique se deu precisamente em razão de suas previsões e alertas sobre esse governo (em que tantos trabalhadores e "socialistas" tinham ilusões) terem se confirmado completamente. Isso nada tem a ver com as supostas "nuances" oportunistas do CIT, que significam não criticar abertamente, mas apoiar e ter a expectativa de que os partidos e dirigentes que colaboram com a burguesia possam ser "empurrados" para a esquerda. Como será que teria se posicionado o CIT em 1917 se considerarmos sua atual metodologia? Não foram poucos, mesmo dentro do Partido Bolchevique, que buscavam "aprofundar a revolução democrática", "apoiando criticamente" o Governo Provisório burguês – e contra esses Lenin e Trotsky travaram uma batalha encarniçada, encarando que a revolução seria derrotada caso tal linha prevalecesse entre os trabalhadores. Com base nisso, os apoiadores e militantes honestos do CIT devem refletir sobre como sua organização se posicionará também nas revoluções futuras. Sua política atual é incapaz de ajudar a construção de um partido revolucionário dos trabalhadores e dos oprimidos.



APÊNDICE
PSTU vs. CIT sobre "Estar com as massas"

Em resposta à crítica que recebeu do PSTU, a LSR esteve errada em praticamente todos os pontos. Mas em determinado momento, não deixou de dar um forte golpe nas credenciais supostamente revolucionárias do PSTU. O PSTU criticou a ação do SA / CIT, considerada oportunista, de se adaptar às posições erradas dos trabalhadores para "estar com as massas". A LSR respondeu a essa crítica da seguinte forma:

> "Podemos aqui citar o próprio Zé Maria, no seu editorial 'Fala Zé Maria' no Opinião Socialista de 26 de outubro de 2002, sobre a posição do PSTU para o segundo turno das eleições presidenciais. O título era 'PSTU chama voto em Lula' e dizia: 'Porque os trabalhadores acreditam em Lula e, sobretudo, querem a derrota eleitoral de Serra, candidato de Fernando Henrique, o PSTU se soma à classe trabalhadora e chama o voto em Lula.' Isso não foi 'estar com as massas'?"

Nós, que sempre criticamos todas as posições na esquerda de apoio a frentes de colaboração de classes com a burguesia ou candidaturas burguesas em geral, não podemos discordar. Repetidas vezes o PSTU cometeu essa traição, desde seu apoio a Lula nos anos 1990 e em 2002, até seus blocos mais recentes com o PSOL em chapas que receberam financiamento empresarial, ou mesmo certa vez numa chapa conjunta com o ex-governista PCdoB (Belém, 2012). O argumento de "estar com as massas" tem sido usado pelo PSTU também para justificar o seu apoio às várias forças militares "rebeldes" no Oriente Médio, que tal partido chama de "revoluções", mas que são forças a serviço da burguesia, e por vezes do imperialismo. O problema dessa resposta da LSR, é que ela tem pleno acordo com o PSTU e não aponta essa posição com a intenção de criticá-lo, mas de justificar sua política oportunista sobre Sanders:

> "Achamos que a postura do PSTU foi correta, por que era importante estar com a classe trabalhadora no momento de derrotar a política neoliberal do FHC e na eleição do primeiro presidente operário no país, mesmo alertando para o caráter que esse governo teria. 'O papel dos revolucionários é apoiar-se nas expectativas para combater as ilusões no governo e desenvolver as mobilizações', dizia o artigo do Opinião Socialista que analisava como seria o novo governo. Isso não pode valer para a campanha de Sanders? O PSTU mudou de opinião desde então?"

Exatamente: enquanto o PSTU se contradiz nessa questão de "estar com as massas", a LSR / CIT é bastante consistente na sua postura oportunista de apoiar as ilusões das massas em líderes enganadores.



Os revolucionários e as eleições burguesas

Setembro de 2016.



O Globo

Marcelo Freixo (PSOL) em comício no Rio de Janeiro: sua candidatura liberal reformista recebeu apoio quase acrítico de diversos grupos supostamente socialsitas revolucionários, uma situação que se repetiu em várias outras cidades.

[Este texto foi originalmente escrito como uma colaboração à discussão interna do Reagrupamento Revolucionário sobre qual posição tomar nas eleições de 2016. Posteriormente à discussão, ele foi expandido e adaptado para publicação.]

No Brasil, a esquerda possui um forte foco nas eleições burguesas, muitas vezes até mesmo priorizando o calendário eleitoral em detrimento do fortalecimento de lutas populares e dos trabalhadores. Isso força grupos pequenos como o nosso, atualmente incapazes de ter algum impacto no processo eleitoral, a afirmarem suas posições e a se diferenciarem da tendência geral de disseminação de ilusões nas eleições como uma via para mudanças que interessem ao proletariado. Organizamos essa primeira parte do texto na forma de teses que definem nossos princípios básicos para uma atuação revolucionária nas eleições. Posteriormente, discutimos nossa posição sobre o pleito de 2016.

1) As eleições de sufrágio universal são atualmente um dos principais mecanismos das democracias burguesas. Elas permitem o debate entre programas e indivíduos, atualizando o regime burguês de anos em anos (ou sempre que necessário, no caso dos sistemas parlamentaristas) para a luta de classe contra os trabalhadores – ou seja, o programa para melhor dominar. Elas também passam a falsa impressão de que os trabalhadores têm algum poder de decidir os rumos do Estado, melhor disfarçando o real sistema de ditadura de classe da burguesia. Pois as eleições são quase sempre um jogo de cartas marcadas, seja pelo pesado financiamento empresarial e apoio midiático às candidaturas preferenciais da burguesia, seja pela possibilidade de inúmeras interferências que cerceiam a democracia quando os pleitos não correm conforme o esperado. Sempre que a maioria da burguesia vê a necessidade de trocar o governo do seu Estado, mesmo passando por cima da legalidade, ela o faz, como ocorreu no Brasil no impeachment de Dilma Rousseff e no de Fernando Lugo no Paraguai, em 2012.

2) Por conta disso, os revolucionários têm como seu papel principal ante pleitos eleitorais o de denunciar o papel ilusório das eleições burguesas, como parte de uma crítica mais geral ao sistema capitalista e ao seu Estado, e não apenas ao governo de turno. As eleições não podem mudar a condição explorada e subalterna da classe trabalhadora. As promessas de reformas e melhorias que vem dos mais diversos candidatos esbarram no compromisso destes com a manutenção da ordem capitalista, seus acordos públicos ou por baixo dos panos com a grande burguesia.

3) Mas essa denúncia não significa necessariamente abstenção ou boicote eleitoral. Não nos opomos à participação nas eleições burguesas como princípio. Ao longo da sua história, o Partido Bolchevique russo soube tirar proveito do espaço de debate político proporcionado pelas eleições, lançando candidaturas revolucionárias em certas ocasiões. Já em outras, chamou os trabalhadores a boicotarem o pleito, quando o clima político entre as massas era favorável para tal (em geral, por se tratar de um momento de forte ascenso das lutas). No atual cenário brasileiro, embora alguns votos nulos sejam dados pelos trabalhadores em repúdio ao sistema eleitoral em sentido progressivo, tantos outros são dados por uma postura de rejeição à política, ou seja, uma postura conservadora. Reconhecemos que voto nulo é uma opção viável para os trabalhadores frustrados com o sistema eleitoral e com os partidos da burguesia, mas o foco dos revolucionários

deve ser a denúncia de todos os candidatos burgueses e dos oportunistas que cruzam a linha de classe. Dessa forma, a posição pelo voto nulo deve ser, nos casos em que não há outra opção, muito mais uma consequência da ausência de uma candidatura da classe trabalhadora do que algo a ser exaltado. Pelo mesmo motivo, campanhas de boicote ou abstenção eleitoral não devem ser um princípio, mas uma tática aplicada apenas em momentos adequados.

4) Enquanto setores expressivos da classe trabalhadora ainda nutrirem ilusões nas eleições burguesas, elas podem ser usadas pelos revolucionários para propósitos táticos de aliar consigo setores descontentes com o capitalismo e seu sistema eleitoral. Uma candidatura proletária poderia servir para esse propósito de demonstrar para a classe sua força crescente, além de usar o momento eleitoral, quando todos estão discutindo política mais avidamente, para divulgar as ideias socialistas revolucionárias. Da mesma forma, um parlamentar revolucionário poderia questionar o parlamento burguês de dentro, utilizando seu cargo como tribuna para os interesses dos trabalhadores, o que atrai mais atenção para o programa revolucionário e as lutas proletárias. O papel principal de uma candidatura revolucionária seria, portanto, o de usar a oportunidade das eleições para defender a necessidade da classe trabalhadora organizar seu próprio poder político, rompendo com a burguesia através de uma revolução socialista. Conforme sintetizam as teses do II Congresso da Internacional Comunista sobre o parlamentarismo (1920):

> "A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parlamentar a qualidade burguesa da instituição mesma. O Partido Comunista entra nele não para desenvolver uma ação orgânica, mas para solapar do interior a máquina governamental e o Parlamento (…) Esta ação parlamentar que consiste, essencialmente, em utilizar a tribuna parlamentar para fazer a agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias as massas prisioneiras de ilusões democráticas e que, sobretudo nos países atrasados, voltam ainda os seus olhares para a tribuna parlamentar, esta ação deve estar totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas. (…) A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das consignas da revolução proletária."

5) Vai contra as os princípios dos comunistas apoiar qualquer candidato da burguesia. Uma posição como essa revela algo sobre os "comunistas" que apoiam essas candidaturas: ou que tem ilusões nas promessas supostamente "progressivas" da classe dominante, ou que capitulam à histeria para votar no "menos pior" dentre as opções que ela oferece. Revolucionários não devem apoiar nenhuma candidatura de partidos burgueses, o que inclui aquelas de "esquerda" que são financiadas ou coligadas com a burguesia e seus partidos (às vezes chamadas "frentes populares"). Apoiar ou participar de candidaturas burguesas ou de colaboração de classes é se colocar a serviço da manutenção da ordem burguesa, por mais que isso possa ser feito sob o manto de propostas "radicais".

6) Mesmo sabendo que não alteram em nada a sua condição de classe explorada, os trabalhadores devem ser favoráveis a regras mais democráticas para as eleições, pois isso facilita o trabalho da promoção de ideias anticapitalistas. As regras para concorrer nas eleições do Brasil são extremamente antidemocráticas, pois não permitem a participação de um candidato independente (sem partido) e também dificultam muito o registro de novos partidos. Os candidatos dos pequenos partidos de esquerda recebem pouquíssimo espaço para propaganda na televisão e no rádio e são frequentemente excluídos dos debates. Denunciar isso também faz-se necessário para desmascarar o processo eleitoral.

7) Sempre que possível e oportuno, os revolucionários devem participar nas eleições burguesas com suas próprias candidaturas. Mas, para uma organização pequena, as eleições não permitem muitas possibilidades. Por isso, quando existe uma candidatura da classe trabalhadora que tem apoio de massas, a tática do "voto crítico" é uma alternativa viável. Significa apoiar uma candidatura socialista e independente da classe trabalhadora, de caráter reformista ou centrista, fazendo campanha crítica para ela entre os trabalhadores com o objetivo de quebrar as ilusões dos seus apoiadores, expondo suas contradições e, possivelmente, colocando-as a teste no parlamento ou poder Executivo. Lenin descreveu essa tática como sustentar os reformistas "da mesma forma como uma corda sustenta o enforcado". Trotsky propôs sua aplicação aos líderes da seção americana da Quarta Internacional (SWP), a ser direcionada aos stalinistas; assim como sugeriu-a ao Partido Trabalhista Independente (ILP) britânico, aconselhando que votasse no Partido Trabalhista (então um partido operário reformista) onde não tivesse candidatos próprios.

8) A tática de "voto crítico" não faz sentido se não for possível apresentar de maneira ampla a crítica e, portanto, "fazer a experiência junto às massas". Ela também não tem sentido ante candidaturas pequenas dos reformistas e centristas, que é o caso frequente no atual cenário brasileiro. Pois diante do pouco reconhecimento das candidaturas independentes da classe trabalhadora e da impossibilidade prática de tornar este apoio um "enforcamento", pareceria aos olhos da vanguarda como uma inclinação política aos grupos por trás dessas candidaturas. Assim, resta como alternativa um "voto de protesto". Isso significa uma declaração de voto, e a defesa para que a vanguarda faça o mesmo, como forma de expressar eleitoralmente uma linha de independência de classe. Mas, nessa mesma declaração de voto, é necessário explicar à vanguarda que, apesar dessas candidaturas terem o mérito de não cruzarem a linha de classe, elas possuem de uma série de deficiências

derivadas do programa reformista ou centrista de suas respectivas organizações.

Eleições de 2016

As campanhas eleitorais para prefeituras e câmaras de vereadores começaram oficialmente no dia 15 de agosto. Já vemos um festival de enganação dos grandes monopólios de mídia, da Justiça e dos partidos burgueses. Muitos tentam convencer ao povo de que representam a "mudança". Os partidos da situação pintam um cenário maravilhoso, o mais distante possível da realidade. A mídia fala em "festa da democracia", tentando convencer os trabalhadores que são eles que determinam o futuro do país. A ideologia dominante tenta lançar a culpa do que acontece nas costas dos trabalhadores, que "não sabem escolher seus governantes". Esquece-se de dizer que os trabalhadores não escolheram "ser governados". Existe entre muitos trabalhadores uma postura de que "todos os políticos são corruptos", geralmente apregoando o voto nulo, embora por vezes também se defenda voto em qualquer candidato da oposição, apostando que "algo tem que mudar". Infelizmente, nenhuma dessas posições aponta a natureza de classe do sistema eleitoral, que é a razão pela qual ano após ano a classe trabalhadora siga sofrendo e tenha a sensação de que "nada mudou".

Da parte do PT, do PCdoB, os partidos que sofreram o golpe institucional do impeachment, não se vê mudança alguma em sua prática de aliança com os grandes partidos da burguesia. PT e PCdoB se encontram coligados ao PMDB e outros partidos golpistas (PSDB, DEM) em milhares de municípios pelo país. Se eleitos, quaisquer deles prosseguirão a nível municipal as campanhas de ataques contra a classe trabalhadora que uma vez tentaram levar adiante a nível nacional, com seu "ajuste fiscal". Tais partidos há muito não passam de instrumentos da burguesia para amarrar os movimentos sociais à institucionalidade burguesa e frear suas lutas, e por isso devem ser combatidos, mesmo nos lugares onde por ventura estejam compondo chapas "puro sangue".

PSOL reciclando a colaboração de classes do PT

Desde sua origem, em 2005, o PSOL se propunha a ser um "PT das origens". Mas não no sentido fundacional do partido, de ser um instrumento de organização da classe trabalhadora contra os interesses do capital; mas sim daquilo em que ele rapidamente se tornou: um instrumento de conciliação de classes, para canalizar as lutas populares para dentro da institucionalidade burguesa, em especial o parlamento. É o chamado "Projeto Democrático e Popular": galgar postos no Estado burguês via eleições e fazer pressão via mobilizações populares para que projetos progressivos sejam aprovados. Sendo que, no caso do PSOL, sequer há uma ligação expressiva com a classe trabalhadora e suas organizações, como a que o PT até hoje possui, não obstante sua clara decadência. Com o golpe institucional contra Dilma, desferido em boa parte por forças até ontem aliadas e que reverterão facilmente as poucas concessões que os treze anos de petismo no poder angariou, sabemos bem ao que esse projeto leva.

Não obstante, nessas eleições o setor majoritário do PSOL, especialmente as correntes **Unidade Socialista** e **MES**, estão indo com tudo para assumirem o lugar deixado vago pela crise do PT. As principais candidaturas dessas correntes, bem como os "independentes" por elas referendados, nem sequer se esforçam para se passarem por porta-vozes da classe trabalhadora. O que todas elas almejam é um "governo para todos", assim como as campanhas do PT já faziam em 1989. Isso significa governar junto à burguesia, ou ao menos seus supostos setores "progressistas", e tentar encaminhar projetos que "humanizem" a barbárie que é o capitalismo por meio de reformas democráticas e econômicas bastante superficiais. Significa também entrar no jogo de "vale tudo" que é a política institucional burguesa, como demonstra a captação para o partido de controversas figuras sem qualquer vínculo com os movimentos sociais e suas pautas, apenas porque possuem mandatos em curso e podem, assim, fortalecer o PSOL institucionalmente.

É claramente esse referido papel que almeja a candidatura de **Marcelo Freixo** no Rio de Janeiro, onde foi feito um pacto de "relação fraterna" e apoio mútuo em eventual segundo turno com as candidaturas do PCdoB (Jandira Feghali, ex-secretária de cultura da gestão de Eduardo Paes/PMDB entre 2008-10) e da REDE (Alessandro Molon). Pacto inclusive feito à revelia da vontade de muitos que fazem campanha para ele nas ruas. Também é o papel almejado pela candidatura de **Luíza Erundina** em São Paulo, que tem ampla ficha corrida de serviços prestados à burguesia, desde sua gestão como prefeita de São Paulo em 1989-93 (na qual reprimiu violentamente uma greve de rodoviários) até sua mais recente campanha, pelo burguês PSB e com ninguém menos que Michel Temer como vice (2004); passando ainda por Ministra no governo Itamar (1993) e anos como deputada federal pelo PSB (1999 a 2016, quando se juntou ao PSOL). Cabe ressaltar que, ao entrar a pouco no PSOL, Erundina não fez autocrítica alguma desse seu passado, e nem a direção do partido exigiu que ela fizesse, pintando-a agora como se sempre tivesse sido uma genuína representante dos interesses dos oprimidos.

Mas, se Freixo e Erundina querem conciliar interesses antagônicos, cumprindo o papel nocivo de disseminar ilusões na institucionalidade burguesa entre os movimentos sociais, as candidaturas principais do MES e da US estão indo ainda mais longe. É o caso da candidatura de **Luciana Genro** em Porto Alegre (MES) e de **Edimilson Rodrigues** em Belém (US). Além de compartilharem das características das candidaturas de Freixo e Erundina, estas ainda por cima estão coligadas com partidos burgueses "alternativos" e sendo financiadas por empresários. A prática do financiamento privado, que inclusive contraria a posição defendida publicamente pelo PSOL desde 2012, já havia sido "estreada" por Genro em 2006, ao receber recursos da Gerdau e da Taurus,

e repetido em 2014, com financiamento do Grupo Zaffari. Edimilson também já a havia aplicado em 2012, conforme denunciamos em polêmica anterior (http://tinyurl.com/h2opn4g). Agora, além disso, Genro está coligada com o "Partido Pátria Livre" (PPL), racha do PMDB; enquanto a candidatura de Edimilson conta com os igualmente burgueses PV e PDT em sua coligação.

Por conta de suas políticas de "governo para todos" e suas práticas de colaboração de classes, não há motivos para revolucionários apoiarem essas candidaturas, pois elas não buscam representar a classe trabalhadora. Qualquer tipo de campanha a seu favor, mesmo que com críticas, serviria apenas para disseminar ilusões entre a classe trabalhadora, ou em outras palavras, ajudar na construção da hegemonia burguesa, ainda que por uma vertente "progressista". Os vínculos criados por essas candidaturas ou por seus apoiadores com os movimentos sociais servem ao nefasto papel de atrelar os mesmos à ordem burguesa e à tragicamente comprovada utopia que é o "Projeto Democrático Popular". Ademais, as recentes experiências do PSOL nas prefeituras de Macapá (AP) e Itaocara (RJ) já mostram que os trabalhadores não tem nenhum motivo para confiar neles, uma vez que tais gestões buscaram se enquadrar nos limites da governabilidade burguesa (como a Lei de Responsabilidade Fiscal), de forma que por mais de uma vez se colocaram contra demandas de grevistas e anseios populares.

Candidaturas que se reivindicam socialistas vão a reboque do PSOL

Em diversas cidades, grupos como o **PCB**, **PCR/Unidade Popular**, **NOS**, **MAIS**, **Esquerda Marxista** e mesmo correntes internas do **PSOL**, como a **CST** e a **LSR**, lançaram candidaturas a vereador e também a prefeito que falam da necessidade da classe trabalhadora construir seu próprio poder político, de forma independente da burguesia. Tais candidaturas denunciam o caráter de "jogo de cartas marcadas" das eleições burguesas e colocam suas campanhas a serviço das lutas sociais em curso.

Todavia, esses grupos e suas respectivas candidaturas estão comprometidos com aquelas dos setores majoritários do PSOL a qual nos referimos acima, cuja política de "governo para todos" produz confiança nas instituições burguesas, passando longe de uma política classista. Em alguns casos, há comprometimento até mesmo com candidaturas que são abertamente de colaboração de classes, como no caso do apoio do MAIS e do PCB à Luciana Genro em Porto Alegre. Ao atrelarem suas próprias candidaturas a figuras que não tem o menor comprometimento com a independência de classe, tais grupos acabam por colocar em segundo plano sua crítica ao sistema capitalista, caindo em clara contradição. Esses seus apoios, ainda por cima, tem sido inteiramente acríticos, cumprindo o papel oportunista de "pintar de vermelho" ditas figuras.

Por isso, só veríamos possibilidade de algum tipo de apoio (crítico) às candidaturas desses grupos se eles rompessem decididamente com essa política de ir a reboque dos que querem "perfumar" o capitalismo, conciliando com os interesses do capital enquanto prometem algumas concessões democráticas e econômicas aos trabalhadores. Nesse sentido, fazemos um chamado aos militantes honestos de tais grupos para enfrentarem essa contradição de frente e adotarem uma política de verdadeira independência de classe. Isso significaria romper e denunciar todas as coligações de colaboração com a burguesia ou com sua "sombra", em vez de emprestarem seu prestígio como defensores do socialismo a quem quer governar junto com a classe dominante.

As candidaturas com independência de classe e nossas críticas

Nesse duro cenário, apenas **PCO**, **PSTU** e **MRT** possuem candidaturas que falam abertamente da necessidade de organizar a luta da classe trabalhadora contra os patrões e contra o sistema capitalista; ao mesmo tempo, possuem coerência em não se vincularem a candidatos e coligações "para todos", com financiamento ou aliança com a burguesia e seus partidos. Dessa forma, apesar das nossas profundas diferenças estratégicas com tais organizações, expressas em várias polêmicas publicadas ao longo dos últimos anos, ***chamamos por um voto de protesto em suas candidaturas, como forma de expressar nas urnas uma posição de independência de classe***. Reiteramos que nosso apoio a essas candidaturas é condicional à manutenção da sua independência em relação aos candidatos capitalistas em geral. Mas é necessário deixar claras nossas diferenças pois, apesar desse caráter classista, as candidaturas de tais grupos expressam desvios seríssimos.

O **PCO** passou os últimos vários anos embelezando PT como um partido "de esquerda" que não seria "integrado ao sistema", conforme já discutimos (http://tinyurl.com/hf6uz6j). Por isso mesmo, o PCO sempre reproduzia o pânico de que o governo do PT fosse ser derrubado a qualquer momento. Que um golpe realmente tenha tomado forma por meios institucionais a partir da segunda metade de 2015 deve ter sido um grande alívio para os dirigentes desse partido, que o vinham "prevendo" pelo menos desde 2012. Em todo o último período, o PCO diluiu completamente a sua política na defesa do PT contra o golpe (http://tinyurl.com/gpn6t84), sem fazer qualquer crítica séria ao projeto de conciliação de classes deste. Essa capitulação se expressa nas eleições na forma de candidaturas focadas em denunciar o golpe institucional recém-consumado, mas sem um combate ao papel cumprido pelo petismo, que vinha atacando duramente a classe trabalhadora antes do afastamento de Dilma. Por conta disso, apesar de concorrer de forma independente, o PCO é incapaz de orientar a classe trabalhadora na luta contra a atual crise política e econômica do país.

O **PSTU**, por sua vez, se encontra no extremo oposto. Nega que tenha ocorrido qualquer ruptura da institucionalidade burguesa ou que passamos por um momento de crescimento da reação (http://tinyurl.com/

j2xeecz). Não lutou contra o golpe institucional quando disse querer que Dilma **"saia já"** (quando só a direita burguesa tinha condições de derrubá-la) e não participou de nenhuma mobilização contra o impeachment. Ao mesmo tempo, fez uma caracterização embelezada das manifestações que foram organizadas pela direita. Ademais, sua independência de classe na atual eleição é apenas circunstancial, conforme atesta sua participação na coligação da candidatura de Edimilson Rodrigues/PSOL em 2012 (http://tinyurl.com/h2opn4g), com financiamento empresarial e presença do PCdoB. Suas candidaturas, apesar de terem independência de classe, giram em torno da demanda de "Eleições Gerais" como pretensa solução para a crise atual, o que contraditoriamente dissemina perigosas ilusões na democracia burguesa.

Já o **MRT** corretamente se opôs ao golpe institucional (chega inclusive a acusar o PSTU de "golpista"), mas defende um programa incoerente. Sua demanda por uma "Assembleia Constituinte livre e soberana" como "solução de fundo" para a crise igualmente dissemina ilusões na democracia capitalista. O MRT apresenta tal instituição burguesa como capaz de resolver problemas estruturais que afetam a classe trabalhadora, desde a subordinação do país ao imperialismo, o problema agrário e inclusive fazer os capitalistas pagarem pela crise, como nós já criticamos (http://tinyurl.com/homqhlo). Na atual conjuntura de desmobilização da esquerda e ofensiva organizada da burguesia, uma instituição como a Assembleia Constituinte não seria capaz de "mudar as regras do jogo", nem aprovar medidas a favor dos trabalhadores. Ao contrário, corre o risco de ajudar a legitimar ataques contra nossa classe.

Dessa forma, por mais que defendam uma linha básica de independência de classe e mereçam um apoio na forma de voto de protesto, é necessário deixar claro que nenhuma dessas candidaturas é capaz, pelo seu tamanho e pelo oportunismo de suas respectivas organizações, de representar adequadamente a classe trabalhadora no terreno burguês das eleições. No atual cenário, o central é reforçar o chamado por uma frente única proletária para lutar contra os ataques do governo Temer e de seus aliados, sem nenhum apoio ao PT ou ao "volta Dilma" e nem ilusões em saídas para a crise nos limites do regime burguês. Essa deve ser uma frente para unidade na luta e nada tem a ver com uma frente eleitoral de esquerda para gerir o Estado burguês. Tampouco com variantes de "frente de esquerda" na forma de blocos políticos programáticos, que visam compensar a visibilidade limitada de cada organização ao realizar uma amálgama com base em algum denominador comum.

O voto nulo e as campanhas de "boicote eleitoral"

Por fim, é necessário deixar claro que no atual contexto político não vemos como taticamente frutíferas as campanhas por "boicote eleitoral", como costumam fazer algumas correntes anarquistas e os maoistas do jornal **A Nova Democracia** (http://tinyurl.com/zhrc6gf), que se negam por princípio a participar das eleições. Enquanto a maioria da classe trabalhadora não tiver superado as expectativas na democracia burguesa, devemos usar o espaço das eleições como tribuna para divulgar o programa socialista e a necessidade da revolução, denunciando o sistema e o caráter das eleições sob o capitalismo. Para fazer tal denúncia e agitação, de forma a auxiliar às lutas, não é preciso defender que os trabalhadores "boicotem" inutilmente as eleições, já que disso não resultará (no atual contexto) nenhuma vantagem política. Ao contrário do que parecem pensar alguns dos defensores do "boicote", as massas não estão prontas para lutar pela revolução, de forma que deveríamos dispensar o uso do momento eleitoral ou do parlamento burguês. O fato de que a esquerda oportunista prioriza as eleições burguesas em detrimento das lutas não justifica a recusa dogmática em fazer uso daquelas como um "ponto de apoio secundário".

O voto nulo, que recentemente tem sido expressivo em algumas cidades brasileiras, por si só não expressa nenhuma desconfiança progressista em relação à ordem burguesa. Em geral, muitos votam nulo ou se abstém por conta de uma descrença despolitizada, que iguala a podre política burguesa à política em geral. Vemos o voto nulo como alternativa apenas onde não haja candidaturas com independência de classe. O voto nulo pode também marcar um voto de protesto contra as candidaturas burguesas; mas votar em uma candidatura que represente a independência dos trabalhadores (apesar de todos os seus erros e oportunismos) exprime de forma mais clara uma linha política classista.

- Abaixo os vários candidatos burgueses e seus partidos corruptos!
- Abaixo a mentira da conciliação de classes e a ilusão de um capitalismo mais humano!
-Abaixo as restrições antidemocráticas à participação dos partidos de esquerda nas eleições e nos debates!
-Votar nos candidatos do PCO, PSTU e MRT (e nulo onde não houver tais opções)!
- Eleições não vão transformar a vida dos trabalhadores: lutar pela construção de um partido revolucionário e pelo socialismo!

***

ADENDO - 04 de outubro de 2016

Sobre o voto do MRT em Marcelo Freixo (PSOL Rio de Janeiro)

Pouco antes do dia das eleições burguesas, realizamos uma alteração da posição eleitoral descrita em nossa declaração. Não por mudarmos nossos princípios ou tática, mas pela informação de última hora de que o MRT (Movimento Revolucionário dos Trabalhadores) daria apoio eleitoral à candidatura de Marcelo Freixo (PSOL) no Rio de Janeiro **(**http://tinyurl.com/zq34lta**)**. Como havíamos declarado sobre o voto de protesto nas candidaturas independentes da classe trabalhadora, "nosso apoio a essas candidaturas é condicional à manutenção da sua independência em

relação aos candidatos capitalistas em geral.”.

Anteriormente, o MRT estava fazendo certo silêncio sobre a candidatura de Freixo, embora tivesse declarado não apoiar as candidaturas do PSOL comprometidas com a burguesia. Ao defender o voto em Freixo (apesar de contraditoriamente recusar apoio à candidatura de Erundina em São Paulo), mudou também nossa postura com relação ao MRT. Essa organização se colocou a reboque de um candidato capitalista do PSOL, ainda que a candidatura de Freixo represente apenas a “sombra” da burguesia (já que nenhum grande partido burguês integrou sua campanha). Porém, Freixo já havia, inclusive, realizado um “pacto” com o PCdoB e REDE para apoio mútuo num segundo turno eleitoral.

Consideramos a posição do MRT um oportunismo que cruza a linha de classe, e que não se diferencia qualitativamente da situação das candidaturas do PCB, MAIS, NOS, CST ou LSR, que reivindicam o classismo e o socialismo, mas vão a reboque de candidatos capitalistas do PSOL, que “não veem nenhum problema com o mercado”, como Freixo declarou durante sua campanha. Portanto, retiramos no último momento a possibilidade de voto de protesto que daríamos ao MRT. Mantivemos a posição de voto de protesto nas candidaturas proletárias do PSTU e PCO (mantendo nossas críticas às posições oportunistas de tais organizações, que já discutimos em nossa declaração).

Pelo voto nulo no segundo turno

Aproveitamos para reafirmar que as eleições burguesas não são um caminho viável para a classe trabalhadora obter grandes mudanças, embora possam ser taticamente úteis à agitação revolucionária. Os altos índices de abstenção e votos em nulo e em branco mostraram que a população não se vê representada pelos candidatos da classe dominante; como afirmamos, porém, isso não é um sinal de avanço das ideias socialistas. O que é necessário para lutar contra a hegemonia burguesa agora é a construção de frentes únicas proletárias para lutar contra os ataques da classe dominante, como forma de começar a acumular forças na difícil conjuntura pós-golpe em que vivemos. No segundo turno que ocorrerá em algumas das grandes cidades brasileiras, declaramos desde já nossa postura pelo ***voto nulo***, diante da ausência de qualquer candidatura da classe trabalhadora, assim como a denúncia das várias candidaturas capitalistas que seguem concorrendo. 

Continuação da p. 44

considerarem-no um golpe reacionário (como o PSTU e a CST/PSOL). Criticamos também aqueles que realizaram acordos políticos com os então governistas, acordos que foram muito além da colaboração prática para fins da luta contra o impeachment. Esse é o caso da maioria das correntes do PSOL, por meio das frentes com o PT e PCdoB (Frente Povo Sem Medo) nas quais tiveram uma postura acrítica aos mesmos. E também o PCO, que se tornou uma linha auxiliar do PT, diluindo-se completamente na colaboração de classes. Não compartilhamos tampouco da posição daqueles que deixaram de lado o programa de transição para adotar alguma variante de um programa democrático-burguês, como “Eleições Gerais” (PSTU, MES/PSOL) ou “Assembleia Constituinte” (MRT, Esquerda Marxista).

Houve pequenas correções de linha nessa questão: **(a)** apesar de ter se oposto ao impeachment desde o começo, o RR inicialmente não havia caracterizado esse processo como golpe, por considerar que ele era distinto do processo vivido em 1964, o qual instalou um regime militar no país. Posteriormente, o RR reconheceu que o impeachment se configurou como um tipo de golpe por meios institucionais, que forçou uma troca de governo fora do que é previsto constitucionalmente e fortaleceu instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário, embora isso não tenha significado uma destruição do regime democrático-burguês, nem tenha sido acompanhado do mesmo grau de violência que em 1964; **(b)** o grupo OQF levantou a demanda de uma “Assembleia Constituinte que exclua os partidos e elementos [burgueses] engajados nesta ordem corrupta”. Posteriormente, decidiu abandonar essa formulação por entender que, embora ela tivesse a intenção de falar de um governo dos trabalhadores (diferente da agitação de “Assembleia Constituinte” capitalista de grupos como o MRT), o uso do termo poderia gerar confusão. Concluiu-se que a defesa de uma “assembleia geral de trabalhadores” ou de um “governo revolucionário dos trabalhadores” para decidir os rumos do país contra todas as variantes da burguesia era uma formulação mais apropriada.

2 — A defesa incondicional que os revolucionários devem fazer das nações oprimidas atacadas pelos imperialismos ou onde os imperialismos manobram para fazer valer seus interesses. A luta pelo programa de transição e pela construção de partidos trotskistas em tais países (que incluem a Líbia, a Síria, o Iraque, o Mali só nos últimos anos) se complementa com a sua defesa contra o imperialismo. Em certos casos, isso implica a defesa tática militar de um setor da nação oprimida (mesmo que burguês) que se confronte com as forças imperialistas, mas sem endossar qualquer de suas posições políticas, mantendo contra esses setores burgueses o combate programático. No caso da intervenção imperialista na Líbia em 2011, por exemplo, acreditamos que os revolucionários deveriam ter se localizado no campo militar do ditador



Muammar Gaddafi quando seu governo se confrontava com o bloco dos imperialismos francês, britânico e americano e o "Conselho Nacional de Transição" da burguesia nativa (após este se passar definitivamente ao lado dos imperialismos). Criticamos as posições na esquerda daqueles que viram nos exércitos "rebeldes", dirigidos por forças reacionárias e pró-imperialistas, processos "revolucionários" (PSTU) ou "progressivos" (MRT), e que não tomaram uma defesa consistente da nação oprimida ao abrir mão de se posicionar no campo militar contrário ao imperialismo.

3 — O significado reacionário da restauração do capitalismo por contrarrevoluções nos antigos Estados operários deformados ou degenerados do Leste Europeu (1989-90) e da União Soviética (1991). Todos esses regimes necessitavam de revoluções proletárias socialistas contra a burocracia (revolução política), para estabelecer o controle democrático dos trabalhadores sobre os meios de produção, sobre o Estado e forças armadas. Ao mesmo tempo, os trotskistas deveriam defender as conquistas sociais que foram obtidas com a derrocada do capitalismo, pois a vitória da contrarrevolução implicaria pesados fardos sobre os trabalhadores. Isso ficou claro com as contrarrevoluções que ocorreram entre 1989-91.

No pós-guerra, as revoluções que derrotaram o capitalismo no Leste Europeu, na Ásia e em Cuba não culminaram na construção de democracias proletárias internacionalistas, mas em regimes similares à URSS. Atualmente, concordamos que Cuba e Coreia do Norte permanecem sendo Estados operários burocraticamente deformados, apesar da considerável penetração capitalista por concessão das burocracias nos últimos anos. Mantemos para esses países o programa trotskista de defensismo revolucionário em face de possíveis contrarrevoluções internas e externas, ao mesmo tempo em que apontamos a necessidade de uma revolução política proletária que arranque o poder das burocracias e estabeleça uma democracia proletária baseada em órgãos de autogoverno (sovietes).

Aqueles na esquerda que afirmam que o capitalismo foi restaurado em Cuba e Coreia do Norte devido às contrarreformas da burocracia, como diz o PSTU com relação a esses e aos demais casos, sequer explicam de que forma os Estados não capitalistas que lá existiam teriam sido destruídos e como/quando teriam se erguido novos Estados burgueses no lugar. Outras correntes, como o MRT, concordam com nossa posição para Cuba e Coreia do Norte, mas não fazem uma caracterização coerente com relação à China, onde dizem que o capitalismo "não foi plenamente restaurado" mas, ao mesmo tempo, que o Estado chinês é um "Estado burguês em construção" ou mesmo um "Estado de transição entre operário deformado e capitalista" (?).

Apesar de reconhecer que largas porções da economia chinesa têm sido privatizadas através do aval de seus dirigentes burocráticos, o RR defende que o Estado chinês permanece sendo um Estado operário deformado. Tais medidas prejudicaram consideravelmente e colocaram em cheque o caráter (burocraticamente) planejado de sua economia e criam largas aberturas que aumentam as chances de vitória de uma contrarrevolução capitalista, mas esta ainda não ocorreu. Já o grupo OQF ainda mantém dúvidas sobre a classificação da China neste cenário atual, o que será tópico de discussões mais detalhadas entre os dois grupos. Algumas outras questões a serem discutidas no futuro incluem também as posições diante dos processos concretos que levaram à restauração do capitalismo no bloco soviético e a caracterização de Estados como o Vietnã e o Laos, sobre os quais ainda temos dúvidas devido às poucas informações disponíveis.

4 — O papel traidor cumprido pelas coalizões de colaboração de classes de organizações dos trabalhadores e da esquerda com representantes da burguesia nas eleições e governos (as chamadas "frentes populares"), as quais o PT fez desde 1989, por exemplo. Os revolucionários não têm lugar e nem dão nenhum apoio ou voto a quaisquer blocos desse tipo. É preciso, nessa questão, nadar contra a corrente de grande parte da esquerda brasileira que, especialmente no caso do PSOL e PCB, estão participando em várias chapas com partidos burgueses "menores" (PV, REDE, PPL) nestas eleições de 2016. O PSTU também já fez parte de várias coalizões desse tipo, notadamente com o PSOL, na qual receberam financiamento empresarial, ou mesmo quando estavam coligados com partidos envolvidos na administração do Estado burguês, como o PCdoB (Belém, 2012).

5 — O fato de que os membros dos aparatos de repressão profissionais não são proletários, ainda que possam ter origem nas fileiras da classe trabalhadora. Temos acordo com a afirmação de Trotsky de que "*O fato de que os agentes de polícia tenham sido recrutados em grande parte entre os operários social-democratas não quer dizer absolutamente nada. Aqui também a existência determina a consciência. O operário que se torna um policial a serviço do Estado capitalista é um policial burguês, não um operário*" (*Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, 1932). Repudiamos, portanto, a presença de policiais no movimento sindical e não apoiamos os movimentos de policiais por "melhores condições de trabalho", que nesse caso significam maiores condições de reprimir a classe trabalhadora e o povo pobre. Somos pela dissolução de todas as polícias da classe dominante.

6 — A suma importância do combate dos revolucionários a todas as formas de opressão social, inclusive aquelas que não têm relação direta com o mundo do trabalho. A luta contra o racismo e o machismo, especialmente, é estratégica para ganhar os setores mais explorados e oprimidos do proletariado para o programa da revolução socialista. Também o combate à homofobia ganha enorme contorno no atual momento político nacional, no qual tantos ícones da reação burguesa se apoiam em pilares religiosos e buscam usar a população LGBT como bode expiatório da corrupção e falta de valores do capitalismo em decadência. Defendemos

plenos direitos sociais e políticos, fim das desigualdades econômicas e salariais entre esses grupos, denunciamos as formas de violência (institucionais ou individuais) sofridas por mulheres, negros, LGBT etc. e afirmamos que apenas a vitória da revolução socialista pode dar um primeiro passo para o fim definitivo dessas formas de opressão das quais o capitalismo se beneficia. Defendemos também a autodeterminação dos povos indígenas.

7 — Defendemos a reforma agrária por entendê-la como uma demanda democrática legítima e um problema especialmente candente, sobretudo nos países semicoloniais. No entanto, entendemos que dentro dos quadros de exploração capitalistas – onde herdeiros da exploração colonial, grileiros de terras e os latifúndios das multinacionais buscam avidamente seus lucros – qualquer proposta de reforma agrária ampla e democrática seja inviável. Nesse cenário, enxergamos que um projeto de reforma agrária somente pode ser levado a cabo mediante a direção dos trabalhadores da cidade e do apoio do campesinato pobre organizado pela base (democracia direta de tipo soviético), consolidando um governo operário-camponês. Impondo assim um programa de expropriação e coletivização do latifúndio e da agroindústria nacional e internacional. Igualmente, enquanto o território das nações oprimidas for objeto de lucro e a floresta gerar cifras milionárias, a luta pela preservação do ambiente é utopia. Somente em uma nova sociedade, onde os recursos sejam utilizados em face das necessidades humanas e não em face da concorrência do capital, é que nossos recursos naturais poderão ser preservados.

Os pontos de acordo que temos até o momento serão aprofundados e expandidos com a discussão de novas questões. Pretendemos discutir mais a fundo, por exemplo, a continuidade revolucionária da Quarta Internacional do pós-guerra e analisar de forma crítica o papel cumprido pela Liga Espartaquista e outras organizações que resistiram ao oportunismo que dominou o movimento trotskista. Também pretendemos discutir uma caracterização mais precisa da atual configuração dos imperialismos.

Além disso, no próximo período devemos iniciar também discussões organizativas, para pensar como se dará o funcionamento de uma organização em cidades diferentes, as prioridades e tarefas de grupos pequenos como os nossos. Para nós, o funcionamento interno saudável de uma organização não é um "detalhe", mas um imperativo para que ela cumpra um papel revolucionário. Sem disciplina, por um lado, e plenas condições e liberdades de discussão interna, por outro, torna-se impossível corrigir erros da direção e da organização e armar politicamente o grupo para os desafios da luta de classes. O centralismo democrático verdadeiro é, portanto, uma necessidade absoluta para uma organização revolucionária.

O estabelecimento de relações fraternas não implica, desde já, um compromisso fechado em defender as exatas mesmas posições políticas por parte de nossas organizações. Mas ao contrário da falta de seriedade de muitas organizações que se reivindicam revolucionárias, nos preocupamos ativamente com a clareza de ideias e pela coerência para um futuro processo de fusão. Não acreditamos que simplesmente a mistura ou o amálgama vagos são capazes de cumprir os objetivos que almejamos: dar passos significativos para contribuir com a construção de um partido revolucionário. Não pretendemos apressar o processo de discussão antes que haja uma firme confiança e uma coerência de método e programa entre nossas organizações, ampliando o que já foi alcançado até o momento.

Essa declaração marca um momento significativo para o futuro de ambas organizações. Enquanto a esquerda reformista e centrista se degenera e se esfacela a olhos vistos, os revolucionários devem unir forças, com base no programa do marxismo revolucionário atualizado para nossa época, para galgar o caminho na construção do partido. Para a vitória dos trabalhadores, não há nenhum outro "atalho" que não seja o trabalho perseverante para a sua construção. *Pela unidade entre os revolucionários! Pela unidade da classe trabalhadora contra o capital! Pelo renascimento da Quarta Internacional!*

Grupo O Que Fazer? e *Reagrupamento Revolucionário*



CONFIRA TAMBÉM, APENAS EM NOSSO SITE (rr4.org):

O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra (1944-1963), novembro de 2016, contribuição do historiador Marcio Lauria Monteiro: http://tinyurl.com/hyofyky

Moreno e Trotsky: Compare e contraste. Notas para uma crítica revolucionária ao morenismo, Marcio Torres e Icaro Kaleb, junho de 2016: http://tinyurl.com/h7wt2wo

A demanda de Assembleia Constituinte do MRT, maio de 2016: http://tinyurl.com/h4cbvm2

Dois panfletos sobre conjuntura nacional, abril e junho de 2016: http://tinyurl.com/jdzfdbm e http://tinyurl.com/jhvfkkl

Os problemas do MAIS e o legado do PSTU/LIT

É preciso romper com o morenismo para não ser “mais do mesmo”

Por Pablo Pedrosa, novembro de 2016.



Portal de la Izquierda

Faixa conjunta do MAIS e do Juntos! (juventude do MES/PSOL) pede “Fora Temer” e “Eleições gerais”.

Ao completar 22 anos, o **PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)** tem pouco a comemorar: o partido sofreu um enorme racha depois de perder vários membros nos últimos três anos. Com centenas de militantes, entre eles históricos dirigentes como Valério Arcary, o novo grupo lançou seu manifesto “Arrancar Alegria ao Futuro” e logo organizou-se com o nome de **MAIS (Movimento por uma Alternativa Independente Socialista).** Há cerca de um ano, ex-militantes do PSTU também reuniram-se em um outro grupo, consideravelmente menor, o **Movimento ao Socialismo (MAS)**. Esses dois movimentos romperam em momentos e contextos distintos, mas tinham algumas posições em comum. Em especial a discordância com a política nacional do PSTU, sobre o impeachment da presidenta Dilma – o PSTU dizia que o impeachment era “insuficiente” e lançou a palavra de ordem: “*Fora Todos Eles, Eleições Gerais Já!*”, dizendo que a saída de Dilma correspondia à vontade dos trabalhadores (independentemente de como se desse). E também a crítica ao isolamento do partido do restante da esquerda, especialmente a oposição da direção nacional a uma frente eleitoral com o PSOL em 2016. Ambos os rachas defendem oposição ao impeachment, sem se comprometer com o governo Dilma. Também defendem a formação de uma Frente de Esquerda contra a política de “ajuste fiscal”, aglutinando partidos como o PSOL, PCB, PSTU, movimentos como o MST e MTST e organizações sindicais como a CSP-Conlutas.

Enquanto o MAS formou a **Nova Organização Socialista (NOS)** junto a outros grupos e se afastou do morenismo que orienta o PSTU, o MAIS se manteve nas fileiras da internacional dirigida por esse, a **Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT)**. A direção da internacional adotou uma posição “fraterna” em relação ao novo grupo, evitando assim a fragmentação destes militantes insatisfeitos, e o aceitou como seção simpatizante. O MAIS segue defendendo a trajetória e política da LIT, e no que poderíamos considerar uma posição mais coerente com os preceitos clássicos do legado morenista, defende a formação de frentes de colaboração política com a esquerda reformista, em oposição ao PSTU atual, que seguiu isolado na defesa deslocada do “Fora Todos” e de que nenhuma mudança desfavorável aos trabalhadores ocorreu com o impeachment, assim como insiste que não teria ocorrido nenhum golpe.

O que será do futuro?

O MAIS é, corretamente, crítico às políticas defendidas pela direção majoritária do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade):

> “Rejeitamos qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT, como faz hoje a direção majoritária do PSOL. A redução da luta de classes à luta parlamentar, as alianças com os setores supostamente progressivos da burguesia nacional, a transformação dos deputados, senadores e prefeitos em figuras todo-poderosas, que só devem satisfações a si mesmos – tudo isso já foi feito. E fracassou. Não trilharemos este caminho” (http://tinyurl.com/gokydy4)

Mas defenderam formar uma frente com este partido para as eleições burguesas, bem como uma unidade

programática com ele no movimento, indo muito além de uma unidade nas lutas:

> “Para ser efetiva, essa saída precisa ser construída de fato por todas as correntes e organizações combativas do movimento social, por todos que desejam sinceramente conformar esse terceiro campo alternativo da classe trabalhadora. Defendemos a unidade deste terceiro campo também nas eleições municipais de 2016. Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajustes que são aplicados por todos os governos e prefeituras. Nos colocamos desde já a serviço dessas grandiosas tarefas.”

O grupo faz críticas corretas sobre até onde a vitória de candidatos do PSOL pode de fato trazer um resultado positivo na realidade da população. Também faz considerações críticas sobre os candidatos, forma de financiamento de suas campanhas e formação de suas coligações. Porém, nestas eleições municipais, o MAIS apoiou candidaturas do PSOL que fazem justamente aquilo que foi criticado, inclusive aquelas com “alianças com os setores supostamente progressivos da burguesia nacional”. Apoiou a candidatura de Luciana Genro em Porto Alegre, coligada com o fisiológico “Partido Pátria Livre” (PPL) e que recebeu dinheiro empresarial. Também apoiou as candidaturas de Erundina em São Paulo, que tem ampla ficha corrida de serviços prestados à burguesia brasileira, e de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro, que não vê problema algum em governar “para todos”, supostamente atendendo tanto os interesses dos pobres e trabalhadores quanto dos empresários – portanto, sem qualquer delimitação de classe.

Essa “confusão” indica o caráter *centrista* do MAIS. Para revolucionários, a participação nas eleições burguesas serve como um momento para denúncia contra o regime, demonstrar suas contradições e a forma como o capitalismo é a razão principal de suas agruras, não personificado neste ou naquele representante deste sistema, como se fosse mera questão de gestão. Por isso nós do **Reagrupamento Revolucionário** somos contra o boicote às eleições por princípio (como fazem anarquistas, por exemplo), mas também somos contra apoiar candidatos que não fazem demarcação de classe e que não deixem claro que é necessário enfrentar o capital para melhorar a vida dos trabalhadores. Dar apoio a candidaturas assim é contraproducente para o projeto revolucionário, por disseminar ilusões nas instituições da burguesia e na possibilidade de um capitalismo mais “humano”. (Para mais detalhes, ver nossa declaração *Os revolucionários e as eleições burguesas*, de setembro de 2016).

O centrismo do MAIS se faz ver também na forma como ele concebe a relação com o restante da esquerda. Fazendo valer sua “inspiração” no morenismo, o grupo faz apelo pela formação de “Frentes de Esquerda”. Mas que frentes seriam essas senão a aglutinação de organizações, com ou sem registro eleitoral, em torno de um *programa comum*? Esses grupos têm, cada um, uma estratégia e uma política distinta. O PSOL, por exemplo, tem divergentes tendências internas, mas que em geral seguem uma perspectiva parlamentarista. O PCB tem uma perspectiva de “Poder Popular”, mas que poderia representar (de acordo com o próprio PCB) governos “progressistas” bolivarianos, por exemplo (Evo, Chávez etc.). O PSTU, como o próprio MAIS critica, tem uma posição oportunista na conjuntura contra o golpe, rejeita mesmo que estejamos num contexto de avanço das forças reacionárias.

Uma coisa é uma *unidade de ação* entre vários grupos diferentes para construírem uma luta em comum, deixando claras as suas diferenças e propostas de como levar a luta à vitória (a fórmula política da Frente Única, sintetizada na noção de “bater juntos, marchar separados”). Outra é um *bloco político* com grupos heterogêneos, com base em um programa comum – o que só poderá significar, se não em um silenciamento, pelo menos um “esquecimento” às críticas dessas correntes entre si, em prol da defesa de um programa misto, que não é de ninguém e de todos ao mesmo tempo (embora sempre prevaleça aquele dos setores maiores). Qual desses programas (PSOL, PSTU, PCB, programa “misto”) é capaz de responder às necessidades da luta? Será que da mera união desses grupos vai emergir um programa socialista coerente?

Tradicionalmente, o morenismo busca construir a liderança revolucionária justamente com base nesse tipo de aliança oportunista com outros grupos da esquerda que possuem uma série de incoerências programáticas (reformistas ou centristas). O foco do MAIS na “unidade da esquerda” mostra que ele pouco avançou para além da raiz de muitos dos erros do PSTU. (Para mais detalhes sobre alguns dos pilares do morenismo e sua diferença em relação ao legado de Leon Trotsky e da Quarta Internacional, ver *Moreno e Trotsky: compare e contraste*, de junho de 2016)

O caráter *eleitoral* de uma frente do tipo que propõe o MAIS torna a questão ainda mais complicada. A participação dessas frentes nas eleições prioriza os “figurões” dos partidos principais, que se tornam a cara pública das mesmas. Exemplo disso é o caso de Freixo no Rio. Freixo defendeu o recebimento de “doações” de empresas privadas no passado, apoia o Estado de Israel, defendeu “criticamente” as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) até meados de 2013 e defende PPPs (Parcerias Público Privadas). E ele com frequência “ameniza” outras posições, na esperança de ganhar a “opinião pública” e, assim, se apresentar como alguém capaz de governar o Estado capitalista. Isso ficou evidente ao longo do segundo turno, com ele recuando cada vez mais, buscando o “diálogo” com a iniciativa privada e removendo de seu programa propostas como a de fim da superisenção de impostos das empresas de ônibus e a de IPTU progressivo. Para não mencionar a completa ausência de propostas básicas da esquerda socialista (até a reformista), como a

de estatização do sistema de transporte e fim da gestão privada na saúde e educação.

Construir a frente em torno de candidatos que defendem uma gestão do capitalismo, ainda que “ética” e “humana”, determina os limites do programa da mesma. Apesar de ter feito algumas (poucas) críticas ao seu “prefeiturável”, o MAIS seguiu firme na campanha de Freixo. E o mesmo ocorreu em relação a Genro e Erundina. Qual foi a contribuição disso para o projeto socialista revolucionário, que demanda uma cotidiana e persistente luta para gerar a mais profunda desconfiança em relação ao Estado burguês e sua ordem capitalista? Tais campanhas, ao contrário, serviram para disseminar ilusões em ambos e o MAIS lamentavelmente auxiliou nisso, emprestando um verniz de vermelho para programas que sequer falavam em socialismo.

A frente que devemos formar neste momento é uma *frente de luta*, que combata as contrarreformas do governo Temer. Uma frente de ação prática, que traga às ruas a população e coloque em pauta suas reivindicações. Essa frente deve ser formada pela base, a partir da unificação dos vários setores que já se encontram mobilizados, através da eleição de delegados revogáveis e em número proporcional a cada categoria em greve, cada escola e universidade ocupada etc., de maneira a formar comissões operativas para tocar o dia-a-dia da frente. Mas ela não deve se limitar aos setores já mobilizados, deve também se pautar pela ativa tentativa de expandir a mobilização para outros setores, de forma que estudantes e professores em greve ajudem a trazer para a luta os terceirizados e desempregados; que os servidores públicos, garis e petroleiros ajudem a mobilizar os trabalhadores informais.

Uma frente dessas, urgente no atual cenário nacional, deve ter também vários eixos específicos dos diversos setores mobilizados, para além de seu eixo geral de unidade contra os ataques. E deve ser amplamente democrática, no sentido de abrir espaço para que se expressem as diferentes posições estratégicas e táticas das organizações políticas e militantes independentes sobre como atingir a vitória. Somente assim a consigna da “greve geral”, tão defendida no momento, pode sair da agitação abstrata e se tornar um norte concreto. E somente assim pode haver base para um “*Fora Temer!*” que não desague em mais um governo capitalista “ajustador”, mas com “legitimidade”.

Em uma frente como essa, pela qual nós do **Reagrupamento Revolucionário** vimos fazendo agitação desde o começo do ano, atuaríamos apresentando a bandeira estratégica de “governo revolucionário dos trabalhadores”, o que significa colocar a decisão dos rumos do país nas mãos da classe trabalhadora e liquidar o capitalismo, em oposição aos programas eleitoreiros, reformistas ou centristas.

O PSTU insiste em não enxergar o golpe e seus efeitos…

Na sua declaração sobre a ruptura do MAIS, o PSTU basicamente insistiu em todos os erros que levaram ao racha. Pôs um sinal de igual entre o governo do PT e a direita golpista, entusiasmada pela possibilidade de derrubá-lo, como se não houvesse um interesse claro dessa direita em atacar ainda mais duramente os trabalhadores – o que efetivamente estava em jogo. O PSTU se apoiou no sentimento de frustração de parte da população com o PT, mas sem perceber que tal sentimento não era fomentado por um instinto socialista, ou mesmo classista, mas pela investida reacionária da imprensa e dos movimentos golpistas:

> “Os trabalhadores queriam que o governo saísse, e esse sentimento era correto e justo. O governo Dilma não era “progressivo” frente a uma alternativa burguesa qualquer, como Temer, por exemplo. Para os trabalhadores, eram iguais. Portanto, não há que se defender um contra o outro e sim lutar contra os dois. Fora Dilma, Temer Cunha e Aécio! Fora todos eles!” (http://tinyurl.com/gmn6ums)

Com o impeachment de Dilma assumiu Michel Temer, com a missão de “acertar as contas”, logo aliando-se à antiga oposição, somando esforços com mídia, empresários e suas entidades, lançando seu pacote de medidas apelidado de “Ponte para o Futuro” e, na onda do “arrocho necessário”, formulando a nefasta PEC 241 (agora PEC 55), ou a “PEC do fim do mundo”. Diferente do que o PSTU defendia, não há sequer o espectro de qualquer vitória para os trabalhadores, sequer parcial ou “misto de vitória com sabor amargo” (http://tinyurl.com/j2no5rb). E porque não? Porque não foram estes, os trabalhadores, que botaram Dilma pra fora. Os deputados e senadores reacionários do Congresso seguem firmes em suas cadeiras. Para piorar, após as eleições municipais temos ainda mais prefeitos e vereadores alinhados aos esforços pela retirada de direitos. O judiciário reforça seus “superpoderes”. O PSTU fechou os olhos a quem estava liderando a queda de Dilma, negando o aspecto reacionário de quem utilizava-se da impopularidade do governo para impor uma alternativa ainda mais reacionária: um grave erro.

Dilma – assim como Lula – deu o pontapé inicial aos ataques, mas por conta do seu caráter conciliador de classes e sua fraqueza estes vieram de forma dissimulada e “por partes”. Agora Temer surge como o “reformador”, e para isso precisa pôr abaixo pequenas concessões oferecidas pelo governo petista no decorrer dos últimos 13 anos, “regalias” estas que seriam as responsáveis pelo déficit no orçamento (quando na realidade foi a transferência de suntuosas somas de verba pública para a iniciativa privada a responsável).

Corrupção, cooptação, e má gestão são outros argumentos usados pelo PSTU (e pela direita) para defender o impedimento da presidenta como algo positivo. Mas então o que temos como resultado? Os setores alinhados ao PT continuam defendendo a mesma política, só que agora extremamente enfraquecidos. Temer é uma velha raposa política, conhecido por sua íntima relação com empresários

e facilidade em “conquistar” aliados. A gestão não muda, o Estado, a serviço dos capitalistas, segue defendendo seus interesses, agora com mais vigor. Vemos avançar com força a proposta de limitar gastos do governo no decorrer dos próximos anos como medida para garantir que o país será capaz de “honrar” sua dívida. Serão bilhões de reais desviados de áreas fundamentais como saúde e educação. Em relação à última há ainda a proposta pela reforma (MP 746) que reduzirá a formação dos estudantes de escolas públicas, levando à demissão de professores, fechamento de salas de aula, piora nos já ruins índices de educação e um distanciamento ainda maior do nível de ensino em colégios públicos em comparação aos particulares.

Esses são os resultados da saída de Dilma em um contexto em que quem entrou, e só quem poderia entrar dada a forma como Dilma saiu, foram os golpistas e o que há de mais reacionário da burguesia. O PSTU, em vez de ter alertado disso os setores da classe trabalhadora e da juventude que o seguem, se colocou “criticamente” ao lado do golpe, ao reivindicar o “Fora Dilma, fora todos” imediato e “já”, e afirmar que o problema do impeachment era apenas que ele era “insuficiente”.

Para piorar, o PSTU também condenou a participação em manifestações contra o golpe:

> “por considerar que o ‘Não ao impeachment’ e a participação em atos da Frente Povo Sem Medo significava, na prática, a mesma postura política da campanha contra o suposto golpe, deflagrada pelo PT para tentar manter Dilma no governo. A Frente Povo Sem Medo, encabeçada pelo MTST e o PSOL, foi simplesmente a ala esquerda da campanha pelo ‘Fica Dilma’.”

De fato foi isso que ocorreu com a maior parte das mobilizações contra o golpe, mas esse caráter da Frente Povo Sem Medo deve-se à postura de capitulação de suas direções em relação ao antigo governo do PT. Essa posição oportunista do PSOL e da direção do MTST (assim como do PCO e dos ex-governistas da CUT, MST, UNE e UBES) não justifica, por outro lado, o abandono da luta contra o golpe. Dever-se-ia participar dessas mobilizações sempre que possível, diferenciando-se todas as vezes dos setores governistas e também daqueles que capitulavam ao governo. Foi o que nós do **Reagrupamento Revolucionário** defendemos em nossas intervenções e materiais ao longo dos últimos meses.

… e o MAIS insiste nas “Eleições Gerais”

No mesmo contexto, a Direção Nacional do PSTU bradava por “Eleições Gerais Já” como forma de “pôr para fora todos eles”. O partido defendeu organizar a população pela derrubada não só do falido governo Dilma, mas que se fizesse uma “faxina” na política brasileira. Além da presidenta, senadores, deputados e governadores deveriam ser destituídos e “eleições gerais” deveriam ser convocadas para tal. Apesar de ser contra a linha do PSTU de “Fora todos” como “resposta” ao impeachment, o MAIS manteve contraditoriamente essa política de “eleições gerais”:

> “É preciso trocar tudo. E por isso estamos juntos com todas as organizações da esquerda socialista que estão propondo novas eleições gerais. Não porque acreditamos na saída eleitoral. Acreditamos que se for pela força da mobilização popular que isso se concretize, estará estabelecida uma nova correlação de forças, capaz de forjar um novo projeto que não repita o passado, um projeto de real enfrentamento com o capital e não de conciliação com ele.” (http://tinyurl.com/gnwn9qe)

Para um partido que se reivindica revolucionário, defender que “eleições gerais”, mesmo que com “regras diferentes”, possam apresentar alguma alternativa de mudança real para os trabalhadores (“forjar um novo projeto que não repita o passado”) em um regime burguês é uma contradição. É possível defender “eleições livres” em regimes autoritários, como uma demanda democrática básica. Mas mesmo nesse caso, que não é o brasileiro, também não se deve espalhar ilusões de que eleições seriam suficientes para derrotar a burguesia e colocar no poder um projeto dos trabalhadores.

E no atual contexto nacional, quando há um crescimento da reação direitista, conservadora e anticomunista entre a população, defender a realização de “eleições gerais” não pode trazer resultados positivos, muito pelo contrário, como mostraram as recentes eleições municipais. Apesar de diferentemente do PSTU, o MAIS reconhecer o caráter reacionário de quem tomou a dianteira pelo golpe institucional, o grupo mantém seu apelo por



Esquerda Online

MAIS com Luciana Boiteux, vice de Freixo, em comício da campanha: um apoio quase acrítico a uma candidatura liberal reformista.

Eleições Gerais, ou seja, deposita esperanças que dentro do regime, com poucas modificações que tornem os pleitos mais democráticos e fechados aos "corruptos", a população possa ser "capaz de forjar um novo projeto que não repita o passado". Aqui, mais uma vez, se faz presente a marca do morenismo, que busca se pautar por lutas de cunho "democrático" (a chamada "revolução democrática"), como a suposta antessala da revolução socialista (ver *Moreno e Trotsky: compare e contraste*).

A relação do MAIS com a LIT e o legado morenista

Os fundadores do MAIS são cautelosos ao falar de sua organização de origem:

> "Reconhecemos o PSTU como uma organização revolucionária. Não pensamos que é menos revolucionário agora do que antes. Mas às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização. Apostamos na possibilidade de uma separação amigável, e portanto exemplar, muito diferente das rupturas explosivas e destrutivas que o passado tanto viu. Mantemo-nos, por isso, nos marcos da Liga Internacional dos Trabalhadores, na qualidade de seção simpatizante."

Resta a dúvida: se o PSTU deve ser reconhecido ainda como uma organização revolucionária, por que romper, e com isso, enfraquecer uma organização tradicional no país em vez de somar esforços pelo seu crescimento? Romper com qualquer organização só deve ser tido como algo positivo quando as críticas feitas, discordâncias e contradições levem ao avanço das posições. É assim que deve formar-se o verdadeiro partido revolucionário dos trabalhadores.

Como dissemos, outra característica do MAIS é a sua condição de seção simpatizante da LIT. A Internacional foi leniente com o racha para que assim não perdesse forças no Brasil. Não fez nenhuma crítica ao grupo e, tanto o PSTU quanto o racha são diplomáticos ao tratar de suas críticas. Inclusive a nova organização está mais próxima das posições clássicas do morenismo do que sua seção oficial no país. Como é característico do morenismo, defendem aliar-se politicamente com setores "inconscientemente revolucionários" (a forma como Moreno se referia a reformistas e centristas com influências de massas), como o MAIS está fazendo em relação ao PSOL.

O PSTU é corretamente criticado por não reconhecer uma conjuntura de avanço da reação com o impeachment e por acreditar que a queda de Dilma foi progressiva independente de como se deu. Isso no Brasil. Porém, não é feita qualquer autocrítica sobre as posições tomadas pela LIT na sua política internacional nos últimos anos (muito menos historicamente) que assemelham-se muito a essa metodologia. O MAIS nada disse até o momento sobre a defesa escandalosa que na época seus líderes fizeram do golpe militar no Egito, ao afirmar que era uma "revolução democrática" vitoriosa, enquanto na verdade a conjuntura era perigosíssima aos trabalhadores (ver nossa polêmica de outubro de 2013: http://tinyurl.com/z3ytwfd). O mesmo pode se dizer com relação à Líbia, na qual apoiaram a derrubada do governo de Kadafi como supostamente parte de uma "vitória revolucionária", apesar de ter sido conduzida pelos imperialistas (ver nossa polêmica de novembro de 2011: http://tinyurl.com/hbv4ko4). Ou no caso da Ucrânia, em que declararam "revolucionária" a saída do presidente corrupto por mobilizações hegemonizadas pela direita fascista e protofascista.

Há um íntimo vínculo entre essas posições internacionais do PSTU/LIT e a sua posição na conjuntura brasileira, mas o até o momento o MAIS não parece disposto a ir na raiz dessas posições. Não se pode "arrancar alegria ao futuro" com todas essas tragédias no passado. É necessário um balanço sério desse "vínculo", que é precisamente o legado teórico e programático de Nahuel Moreno, nos marcos fundamentais do qual o MAIS se mantém.

A questão dos Estados operários burocratizados

Uma dessas situações em que o PSTU/LIT apoiou a derrubada de regimes como "progressiva" sem considerar quem os derrubava foi a destruição dos Estados operários deformados e degenerados do Leste Europeu e da URSS. De forma aparentemente contraditória ao legado do morenismo, o MAIS considera que o desmantelamento dos Estados operários burocratizados não foi uma "vitória dos povos contra o stalinismo" (como afirmou a LIT à época), mas sim uma ofensiva burguesa:

> "Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelos revolucionários neste início de século 21 encontram sua explicação mais profunda no impacto reacionário da restauração capitalista na URSS, leste europeu, sudeste asiático e Cuba. A ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica do imperialismo, os discursos sobre "o fim da história" e a adaptação da esquerda reformista à ordem burguesa não passaram sem consequências. O movimento de massas retrocedeu em sua consciência e organização. E os revolucionários sofreram os efeitos desses anos de confusão e crise."

Aqui cabe questionar até onde o MAIS considera negativa a queda dos regimes burocráticos soviético e do Leste Europeu. Em seu manifesto o grupo não explica isso e até agora não abordou de forma profunda esta questão de como se posicionaria nas contrarrevoluções que triunfaram entre 1989-91. Assim como a sua organização "fraterna", consideram que os Estados burocráticos remanescentes como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte já "traçaram o caminho" em direção ao capitalismo. Mas, igualmente, não explicou até o momento como ou quando esses Estados teriam sido destruídos e Estados burgueses teriam se construído nesses países. O MAIS passa a impressão de repetir a fórmula do "reformismo ao contrário", segundo a qual esses países teriam se "transformado" em Estado capitalistas por meio de contrarreformas graduais da burocracia, sem um momento preciso de mudança qualitativa ao nível estatal. (Esse tópico merece um texto

à parte, mas para um comentário mais aprofundado, recomendamos nosso artigo de fevereiro de 2012 sobre a Coreia do Norte, e uma visita a nosso **Arquivo Histórico** online, repleto de materiais sobre a questão: http://tinyurl.com/hkam3bs e rr4i.org)

Conclusão

Aqueles que romperam com o PSTU tem o mérito de terem combatido a posição absurda do partido com relação ao golpe e à conjuntura brasileira. Porém, ao não se aprofundarem em romper com o método do PSTU e o legado morenista, o que temos é um grupo comprometido em formar blocos políticos com setores reformistas/eleitoreiros, propondo o programa sem saída de "Eleições Gerais" na atual crise e que não fez, até o momento, nenhuma autocrítica das várias vezes em que a LIT apoiou movimentos reacionários como se fossem "objetivamente revolucionários", ignorando seu caráter de classe e sua política. Portanto, esta nova organização não foi capaz de superar o legado teórico e programático oportunista do PSTU, o que é um obstáculo para contribuir com a construção de uma organização para liderar a revolução socialista no Brasil. Somente assim, rompendo decisivamente com o morenismo e suas consequências oportunistas, é que se evitará ser "mais do mesmo".



Ocupar tudo com greve estudantil!

Por uma universidade dos trabalhadores, derrotar a PEC 241/55 e a MP do ensino médio!

Panfleto distribuído em unidades da UFRJ durante novembro/dezembro de 2016.



No dia 04 de novembro, centenas de estudantes da UFRJ realizaram uma assembleia que decidiu pela ocupação da Reitoria a partir do dia 07, contra a PEC 241/55 e a MP do Ensino Médio. A "PEC do fim do mundo" significará cortes e congelamento do orçamento das áreas sociais, tendo efeitos nefastos nas educação pública, na assistência estudantil e na vida dos estudantes mais pobres e da classe trabalhadora. A MP do Ensino Médio irá restringir o acesso dos jovens trabalhadores à educação e elitizar ainda mais o ensino superior.

Mais de mil unidades escolares e universitárias já se encontram ocupadas pelo país afora, em um poderoso movimento que tem o potencial de barrar esss ataques, caso se unifique e se expanda para mobilizações que envolvam a classe trabalhadora. Porém, o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRJ – dirigido por vários coletivos, como "Não vamos pagar nada", Correnteza, UJC e "Quem vem com tudo não cansa" – NÃO defende a paralisação das aulas na universidade. Ocupar os prédios e deixar as atividades seguirem como se nada estivesse acontecendo não basta. Parar as aulas é um elemento fundamental para prestar solidariedade ativa à greve em andamento dos técnicos-administrativos e causar mais impacto, com vistas a derrotar as medidas do governo golpista. Frente a esse cenário, nós do **Reagrupamento Revolucionário** estamos defendendo:

- **Ocupação com greve estudantil:** fazer piquetes e trancaços em todos os prédios! Apoio ativo à greve dos técnicos-administrativos!
- **Unidade pela base:** eleger representantes revogáveis pela base em todos as unidades ocupadas para unificar o movimento de forma democrática! Formar um comando de luta da UFRJ!
- **Por uma frente nacional de lutas:** incentivar a formação de um comando estadual de ocupações, rumo a uma frente nacional de lutas, democrática e pela base, que erga uma poderosa resistência estudantil e proletária aos ataques do governo golpista e do judiciário!
- **Universidade para a classe trabalhadora:** efetivação dos terceirizados e das terceirizadas com plenos direitos! O orçamento da UFRJ deve ser para assistência aos estudantes e trabalhadores (creches, restaurantes universitários, alojamentos), não para pagar empresas privadas! Lutar pelo fim do vestibular/ENEM e pelo livre acesso! Expandir a rede pública estatizando sem indenização as empresas privadas de ensino! Exigir da Reitoria começar obras para um bandejão no centro e acelerar a obra na PV, os estudantes tem fome!
- **Gestão democrática:** que os estudantes, funcionários/terceirizados e professores tenham o poder de decidir os rumos da universidade, através de uma gestão tripartite!
- Rechaçar as provocações direitistas e reacionárias, como a do "UFRJ Livre" e MBL, de todas as maneiras necessárias! Diego não será esquecido!
- Nenhuma confiança nos ex-governistas do PT e PCdoB! Não esquecer que Dilma já vinha encaminhando pesados ataques à educação pública e à classe trabalhadora!



Declaração de relações fraternais entre o *Reagrupamento Revolucionário* e o grupo *O Que Fazer?*

Setembro de 2016.



É partindo da compreensão da necessidade da construção de um partido revolucionário dos trabalhadores, hoje inexistente no Brasil, que o *Reagrupamento Revolucionário* e o grupo *O Que Fazer?* decidem estabelecer relações fraternas, para discutir as bases de um grupo de propaganda combativo que possa contribuir para a essa tarefa.

O grupo *O Que Fazer?* (OQF) surgiu no estado de São Paulo no segundo semestre de 2015 a partir do encontro de companheiros que romperam com a seção da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT) no Brasil, antes LER-QI (Liga Estratégia Revolucionária) e hoje MRT (Movimento Revolucionário dos Trabalhadores) e companheiros independentes. As críticas levantadas apontavam o caráter empirista das posições políticas do MRT, especialmente o abandono do programa de transição que esta realiza nos momentos mais agudos da luta de classes, substituindo-o por variantes de um programa "democrático". As divergências envolveram também críticas a posturas internas burocráticas desta organização, tais quais o hábito da direção de não reconhecer erros cometidos, ao mesmo tempo em que sutilmente assimilava as críticas em sua linha, uma característica clássica do centrismo. Todo esse processo demonstrou a completa ausência de autocrítica no MRT, elemento central para o partido revolucionário se construir e avançar.

O *Reagrupamento Revolucionário* (RR) teve suas origens no estado do Rio de Janeiro em 2011 a partir de um rompimento com o Coletivo Lenin (CL), organização que reivindicava o legado político programático da Liga Espartaquista (Spartacist League) e da Tendência Bolchevique Internacional (TBI). Estas correntes do trotskismo, em determinado período histórico, representaram um importante resgate e atualização crítica do programa revolucionário contra o oportunismo (a SL nas décadas de 1960-70 e a TBI entre 1982 e meados dos anos 2000). Com a frustração da tentativa de fusão entre o Coletivo Lenin e a TBI em 2010, por conta das posturas desonestas e burocráticas desta e da inexperiência daquele, o CL entrou em uma crise. Um setor majoritário que manteve o nome do grupo, hoje extinto, decidiu que o programa do trotskismo não mais servia e que era necessária, portanto, uma completa modificação de perspectivas. Uma minoria reconheceu a degeneração da TBI e se manteve disposta a defender o programa que o CL havia aprendido a partir da história dessa organização. Essa minoria formou o RR no Brasil ao somar forças com um ex-militante da TBI dos EUA (hoje já não mais em nossas fileiras), que já mantinha relações com o CL e participou da disputa interna **[*]**.

A partir dos primeiros contatos, os dois grupos constataram uma importante concordância sobre a conjuntura brasileira por meio da leitura de publicações mútuas, e temos desde então realizado discussões periódicas que permitiram um acúmulo para dar um passo à frente. As relações fraternais indicam um desejo de nossos grupos de aprofundar as discussões para verificar acordos e resolver diferenças, com a perspectiva de uma fusão no futuro. Alguns importantes pontos comuns foram atingidos por meio dessas discussões (em alguns casos implicando pequenas correções nas linhas das duas organizações). Esses pontos de convergência incluem:

1 — A compreensão de que o Brasil vive um momento de crescimento da reação organizada da burguesia contra a classe trabalhadora, a qual precisa se defender contra as várias formas de ataques que vem sofrendo. É necessário, como parte de tal defesa, oposição ao impeachment sofrido pela presidente Dilma Rousseff (PT). Isso não significa qualquer tipo de apoio ao governo Dilma e seus aliados. Os revolucionários se opuseram ao impeachment (que significou um golpe institucional pela forma como se deu) com seu próprio programa transitório, sem deixar de expor os crimes e as traições dos petistas e seus satélites. Criticamos aquelas organizações que se abstiveram dessa oposição ao impeachment por não

Continua na p. 35